

**UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA**  
**Programa de Pós-graduação em Processos de Ensino, Gestão e Inovação**

**André Salandin**

**Caracterização da percepção dos integrantes da comunidade escolar com  
relação à gestão (democrática) na cooperativa-escola quanto à participação  
dos alunos**

**ARARAQUARA – SP**  
**2020**

**André Salandin**

**Caracterização da percepção dos integrantes da comunidade escolar com  
relação à gestão (democrática) na cooperativa- escola quanto à  
participação dos alunos**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Processos de Ensino, Gestão e Inovação da Universidade de Araraquara – UNIARA – como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Processos de Ensino, Gestão e Inovação.

**Linha de pesquisa:** Gestão Educacional.

**Orientador:** Prof. Dr. Darwin Ianuskiewtz

**ARARAQUARA – SP  
2020**

## FICHA CATALOGRÁFICA

S 153p Salandin, André

Caracterização da percepção dos integrantes da comunidade escolar com relação à gestão (democrática) na cooperativa-escola quanto à participação dos alunos/André Salandin Araraquara: Universidade de Araraquara, 2020. 153f.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Processos de Ensino, Gestão e Inovação - Universidade de Araraquara- UNIARA

Orientador: Prof. Dr. Darwin Januskiewtz

1. Gestão democrática. 2. Gestão participativa. 3. Cooperativa-escola. 4. Autonomia. I. Título.

CDU 370

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

SALANDIN, André. Caracterização da percepção dos integrantes da comunidade escolar com relação à gestão (democrática) na cooperativa- escola quanto à participação dos alunos/ 2020. 153fs. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Processos de Ensino, Gestão e Inovação da Universidade de Araraquara — UNIARA. Araraquara-SP.

## ATESTADO DE AUTORIA E CESSÃO DE DIREITOS

NOME DO AUTOR: André Salandin

TÍTULO DO TRABALHO: Caracterização da percepção dos integrantes da comunidade escolar com relação à gestão (democrática) na cooperativa- escola quanto à participação dos alunos

TIPO DO TRABALHO/ANO: Dissertação/Mestrado

Conforme LEI Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1958, o autor declara ser integralmente responsável pelo conteúdo desta dissertação e concede à Universidade de Araraquara permissão para reproduzi-la, bem como emprestá-la ou ainda vender cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação pode ser reproduzida sem a sua autorização.

André Salandin

Avenida Joaquim de Souza Campos, 224 - Vila Joaquim Paulino CEP:

18.900-368 Santa Cruz do Rio Pardo / SP

E-mail: andresalandin@gmail.com



UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROCESSOS DE ENSINO,  
GESTÃO E INOVAÇÃO, ÁREA DE EDUCAÇÃO

FOLHA DE APROVAÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Processos de Ensino, Gestão e Inovação da Universidade de Araraquara – UNIARA – para obtenção do título de **Mestre em Processos de Ensino, Gestão e Inovação**.

Área de Concentração: Educação e Ciências Sociais.

NOME DO AUTOR: **ANDRÉ SALANDIN**

TÍTULO DO TRABALHO: : **“Caracterização da percepção dos integrantes da comunidade escolar com relação a gestão (democrática) na cooperativa escola quanto a participação dos alunos.**

Assinaturas dos Examinadores:

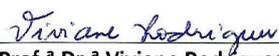
Conceito:

  
\_\_\_\_\_  
**Prof.º Dr. Darwin Ianuskiewtz (Orientador)**  
Universidade de Araraquara – UNIARA

Aprovado ( ) Reprovado

  
\_\_\_\_\_  
**Prof.º Dr. Luiz Carlos Gesqui**  
Universidade de Araraquara – UNIARA

Aprovado ( ) Reprovado

  
\_\_\_\_\_  
**Prof.ª Dr.ª Viviane Rodrigues**  
Faculdades Integradas de Jaú - FIJ

Aprovado ( ) Reprovado

Versão definitiva revisada pelo orientador em: 28/04/20

  
\_\_\_\_\_  
**Prof.º Dr. Darwin Ianuskiewtz (Orientador)**

## AGRADECIMENTOS

A Deus por me dar forças para minha caminhada nesta vida e por permitir a conclusão de mais essa etapa.

Aos meus queridos pais, Antonio e Maria Lúcia, por me mostrarem sempre o caminho correto nesta vida.

Ao meu orientador Prof<sup>o</sup> Darwin Ianuskiewtz, pela paciência, dedicação e ensinamentos.

A todos os funcionários e professores do Programa de Mestrado em Educação da Universidade de Araraquara – UNIARA, em especial a secretária Auci e aos professores Gesqui, Alda, Luciana, Edmundo, Ana Maria, Regina e Betânea.

Ao Prof.<sup>o</sup> Dr. Luiz Carlos Gesqui e a Prof<sup>a</sup> Dr. Viviane pelas relevantes e proveitosas contribuições à minha dissertação.

A todos da direção, professores, funcionários e alunos da Etec Orlando Quagliato, especialmente aos meus amigos que trabalham comigo diariamente na Diretora de Serviços Administrativo e Acadêmico: Fabrícia, Marco Túlio, Suely, Reinaldo, Luciane, Silvana. A vocês meu muito obrigado pelo carinho e paciência nesses dois anos.

A minha amiga Haidê pela contribuição à minha pesquisa com dicas e interferências imensuráveis. A você minha infinita gratidão.

A Diretora Leni de Fátima Dário de Oliveira, por permitir e apoiar a realização dessa pesquisa na Etec Orlando Quagliato.

Aos meus amigos da turma do mestrado pelo companheirismo e reciprocidade nos momentos difíceis, nas alegrias e conquistas.

Ao meu amigo João Alberto (Beto) pelo apoio incondicional nos momentos de angústia e por sabê-los transformar em momentos de descontração.

Dedico este trabalho a minha linda esposa Daniele e aos meus amados filhos Davi e Joana por me encorajar a vencer todos os obstáculos encontrados nesta caminhada. A vocês minha eterna gratidão.

## RESUMO

O objetivo principal deste estudo foi analisar a percepção dos integrantes da comunidade escolar sobre a prática da gestão democrática na Cooperativa-Escola, órgão colegiado da Etec Orlando Quagliato, sobretudo no que se refere a participação dos alunos. Fundamentou-se esta pesquisa com embasamentos teóricos de alguns autores que tratam desta temática, os quais ressaltam as contradições nas práticas escolares quando se fala em gestão escolar democrática e participativa, pois na teoria, a ação democrática existe ou deveria existir, entretanto, na prática, é utópica, visto que muitos obstáculos impedem sua efetivação de fato. Foram consultados também os documentos oficiais do Centro Paula Souza, da Etec Orlando Quagliato, da Cooperativa-Escola, da Constituição Federal, das Leis de Diretrizes e Bases e do Plano Nacional de Educação, os quais versam sobre o tema destacado. Para auxiliar esta pesquisa descritiva utilizou-se de observações do ambiente, e o instrumento para coleta de dados neste estudo de caso foi realizado por questionários aplicados aos alunos, professores, funcionários, equipe dirigente e professores-orientadores da Cooperativa-Escola e à diretora da unidade. Com os dados coletados separados por categorias sendo possível interpretá-los por meio de estatística descritiva com gráficos, seguida então de uma análise qualitativa. Nesta etapa, considerou-se uma estratégia importante a análise com base no referencial teórico, sendo possível apontar as convergências ou divergências nos dados, fazendo uma conexão com a teoria e os objetivos deste estudo. Os resultados desse estudo demonstraram que as atividades da cooperativa demanda de mais visibilidade perante a comunidade escolar. Além disso, a participação dos alunos no processo de gestão democrática na Cooperativa-Escola da Etec Orlando Quagliato, a partir do entendimento dos integrantes da comunidade escolar, ainda está distante do esperado. Nesse sentido, recomenda-se a elaboração de um manual explicativo acerca da relevância da cooperativa para a escola agrícola, aprimoramento da divulgação de suas ações e promoção de práticas mais objetivas para garantir uma efetiva participação da comunidade escolar.

**Palavras-chave:** Gestão democrática e participativa. Cooperativa-Escola. Autonomia.

## ABSTRACT

The study main objective was to analyze the school community members' perception about the democratic management practice in the Cooperative-School, Etec Orlando Quagliato collegiate agency, especially regarding students' participation. This research was based on theoretical foundations of some authors dealing with this theme, which stand out as contradictions in school practices when talking about democratic and participatory school management, because in theory, an existing or concerned democratic action in this practice is utopian, since many obstacles hinder their realization. Official documents of the Centro Paula Souza, Etec Orlando Quagliato, Cooperative-School, Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases and Plano Nacional da Educação were consulted, which are verses on the highlighted theme. To assist this explanatory research was used environment settings, and data collection instrument in this study case was conducted by questionnaires for students, teachers, staff, guiding teachers and directors of the Cooperative-School and to the school director. With the collected data separated by categories, it was possible to interpret them through descriptive statistics with graphs, followed then by a qualitative analysis. At this stage, consider an important strategy for analysis based on theoretical reference, being possible to point data convergences or divergences, making a connection with a theory and the study objectives. The results of this study showed that students participation in the democratic management process at the Cooperativa-Escola da Etec Orlando Quagliato, from the understanding of the school community members, is still far from expected. Therefore, it is recommended to develop an explanatory manual on the cooperative relevance to the agricultural school, improving the dissemination of their actions and promoting more objective practices to ensure effective participations of the school community.

Keywords: Democratic and participatory management. Cooperative-School. Autonomy.

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1: Caracterização e quantidade de participantes.....	87
Quadro 2: Categorias Questionário.....	89
Quadro 3: Categorias Questionário Diretora.....	91

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Funcionamento da Cooperativa.....	93
Gráfico 2 – Princípios do Cooperativismo.....	93
Gráfico 3 – Conhecimento da existência da Cooperativa.....	94
Gráfico 4 – Estatuto da Cooperativa.....	94
Gráfico 5 – Cooperados da Cooperativa.....	95
Gráfico 6 – Direitos e deveres dos cooperados.....	96
Gráfico 7 – Membros da Equipe Gestora da Cooperativa.....	96
Gráfico 8 – Importância da Cooperativa para a Instituição.....	98
Gráfico 9 – Característica da gestão da Cooperativa.....	100
Gráfico 10 – Autonomia da Cooperativa.....	101
Gráfico 11 – Gestão geral da Unidade.....	102
Gráfico 12 – Participação dos alunos na gestão da Cooperativa-Escola.....	105
Gráfico 13 – Funcionamento da Cooperativa.....	106
Gráfico 14 – Decisões da Cooperativa.....	107
Gráfico 15 – Participação dos alunos nos projetos produtivos da Cooperativa.....	108

## LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
APM	Associação de Pais e Mestres
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CD	Classe Descentralizada
CEETEPS	Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza"
CETEC	Coordenadoria do Ensino Médio e Técnico
COAGRI	Coordenadoria Nacional do Ensino Agrícola
CONDEPHAAT	Conselho de Defesa do Patrimnio Histórico do Estado de São Paulo
CPS	Centro Paula Souza
DISAETE	Divisão de Supervisão e Apoio s Escolas Técnicas Estaduais
E.E	Escola Estadual
EESG	Escola Estadual de Segundo Grau
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental
EMEIF	Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental
ETAE	Escola Técnica Agrícola Estadual
ETAESG	Escola Técnica Agrícola Estadual de Segundo Grau
ETEC	Escola Técnica Estadual
ETFs	Escolas Técnicas Federais
FATECs	Faculdades Técnicas
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PPG	Plano Plurianual de Gestão
PPP	Projeto Político Pedagógico
SCIELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
SENAC	Servio Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Servio Nacional de Aprendizagem Industrial
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNESP	Universidade Estadual Paulista

# SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	13
1.1 Contextualização e problema.....	13
1.2 Mapeamento de trabalhos científicos.....	14
1.3 Justificativa.....	21
1.4 Questões norteadoras.....	22
1.5 Objetivo principal.....	22
1.5.1 Objetivos específicos.....	22
1.6 Estrutura do texto.....	23
<b>2 CARACTERIZAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR</b> .....	24
2.1 Gestão escolar e as transformações econômicas e sociais.....	24
2.2 As relações entre as teorias da administração e gestão escolar.....	27
2.3 Gestão escolar democrática-participativa: a democratização do ensino.....	34
2.3.1 A importância da construção da autonomia dos discentes numa gestão participativa e democrática.....	41
<b>3 O ENSINO TÉCNICO: ORIGEM E A CRIAÇÃO DAS ETECS</b> .....	46
3.1 O ensino técnico no Brasil e sua evolução ao longo do tempo.....	46
3.2 O ensino técnico agrícola.....	50
3.3 A implantação do curso técnico no Estado de São Paulo.....	52
3.4 Criação do Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" .....	56
3.5 A Etec Orlando Quagliato.....	58
3.5.1 Histórico da Etec Orlando Quagliato.....	58
3.5.2 A Sede Rural da Etec Orlando Quagliato.....	61
3.5.3 A gestão da Etec Orlando Quagliato.....	61
<b>4 O COOPERATIVISMO E A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NAS COOPERATIVAS</b> .....	69
4.1 Breve histórico do Cooperativismo.....	69
4.2 Revolução Industrial e mudanças sociais.....	69
4.3 Pioneiros de Rochdale.....	70
4.4 Aliança Cooperativa Internacional (ACI).....	71

4.5 Cooperativismo no Brasil.....	71
4.5.1 Cooperativa Educacional no Brasil.....	72
4.6 Gestão democrática e participativa nas cooperativas.....	72
4.7 Educação cooperativista.....	75
4.8 A importância da gestão democrática nas cooperativas-escola.....	76
4.9 A Cooperativa-Escola da Etec Orlando Quagliato.....	77
4.9.1 Os projetos produtivos da Etec gerenciados pela Cooperativa-Escola.....	80
<b>5 MÉTODO.....</b>	<b>84</b>
5.1 Tipo da pesquisa.....	84
5.2 Procedimentos éticos – Comitê de Ética.....	85
5.3 Caracterização dos Participantes.....	86
5.4 Procedimentos e instrumentos de coleta de dados.....	88
5.4.1 Questionário aplicado a Comunidade Escolar.....	88
5.4.2 Questionário aplicado à Diretora da Unidade.....	90
5.5 Análise dos dados.....	91
<b>6 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>	<b>92</b>
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>114</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>117</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>128</b>
<b>ANEXO A CONSENTIMENTO INSTITUCIONAL.....</b>	<b>129</b>
<b>ANEXO B TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....</b>	<b>130</b>
<b>ANEXO C TERMO DE ASSENTIMENTO.....</b>	<b>132</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>135</b>
<b>APÊNDICE A QUESTIONÁRIO PRÉ-TESTE.....</b>	<b>136</b>
<b>APÊNDICE B QUESTIONÁRIO PARA OS ALUNOS.....</b>	<b>138</b>
<b>APÊNDICE C QUESTIONÁRIO PARA OS PROFESSORES.....</b>	<b>142</b>
<b>APÊNDICE D QUESTIONÁRIO PARA OS FUNCIONÁRIOS.....</b>	<b>143</b>
<b>APÊNDICE E QUESTIONÁRIO PARA EQUIPE DIRIGENTE.....</b>	<b>144</b>
<b>APÊNDICE F QUESTIONÁRIO PROFESSORES-ORIENTADORES.....</b>	<b>146</b>
<b>APÊNDICE G QUESTIONÁRIO PARA A DIRETORA DA ESCOLA.....</b>	<b>148</b>

<b>APÊNDICE H TRANSCRIÇÃO DAS RESPOSTAS ABERTAS DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA REFERENTE A OPINIÕES, SUGESTÕES E CRÍTICAS A RESPEITO DA COOPERATIVA-ESCOLA.....</b>	<b>149</b>
<b>APÊNDICE I TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM, NOME, MARCA DE ESTABELECIMENTO ESCOLAR E COMERCIAL – ETEC ORLANDO QUAGLIATO.....</b>	<b>154</b>
<b>APÊNDICE J TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM, NOME, MARCA DE ESTABELECIMENTO ESCOLAR E COMERCIAL – COOPERATIVA-ESCOLA DOS ALUNOS DA ETEC ORLANDO QUAGLIATO.....</b>	<b>155</b>

## **1 INTRODUÇÃO**

Neste capítulo introdutivo são apresentados a contextualização e o problema, o mapeamento bibliográfico realizado, a justificativa, as questões norteadoras, os objetivos e a estrutura do texto.

### **1.1 Contextualização e problema**

Um conceito basilar de uma sociedade, a qual se projeta democrática, é a participação concreta de todos os indivíduos que a constituem nas mais diversas esferas da administração pública. Nesse sentido, as instituições escolares, dentro do campo político, exercem um papel imprescindível na construção e prática de ações coletivas e democráticas, cerne da gestão escolar contemporânea (GADOTTI, 2014).

Deste modo, a Constituição Federal de 1988 e as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, estabeleceram os fundamentos democráticos na gestão escolar no Brasil, resultado de lutas sociais para garantia dos direitos e da igualdade. Entretanto, para a consolidação da democracia no seio das escolas, é preciso abandonar os modelos ultrapassados de administração escolar e instituir uma gestão democrática mediante a participação e envolvimento de toda a comunidade que forma a escola (PARO, 2010).

Para tanto, numa gestão escolar democrática e participativa, faz-se essencial que todos se sintam responsáveis pelas diversas ações e decisões quanto ao funcionamento, estrutura e organização escolar. No entanto, este processo de compartilhamento de compromissos, ações e responsabilidades entre os diversos segmentos da escola não acontece espontaneamente. Dessa maneira, cabe a própria gestão da escola promover e incentivar a construção e efetivação da prática da participação e envolvimento do coletivo (DOURADO, 2001).

Nesse sentido, um importante aliado da gestão escolar são os órgãos colegiados, pois esses viabilizam a descentralização do poder, a prática da participação dos indivíduos, a responsabilidade social e, além disso, melhoria da qualidade na educação (LUCK, 2006).

Diante ao exposto, exercendo a função de Diretor de Serviços Administrativo em uma escola técnica estadual agrícola há quinze anos, pude perceber, como membro da direção da unidade, que diversas tomadas de decisões pela equipe gestora, de certa forma, não condiziam com o conceito de gestão escolar democrático-participativo apregoados na legislação vigente. Além disso, pude perceber também que nos órgãos colegiados da instituição, sobretudo na Cooperativa-Escola, os discentes não participavam efetivamente das decisões, contrariando

um dos sete princípios do cooperativismo: gestão democrática.

Nesse tempo, sentia que as demandas e expectativas dos alunos nem sempre eram atendidas conforme as discussões nos conselhos e comissões da cooperativa, promovendo desta maneira, em diversas situações, tomadas de medidas autoritárias pelos professores-orientadores da cooperativa-escola e pela própria direção da unidade, e além disso, causando descontentamento e revolta no corpo discente.

Acredito que fazer parte da equipe gestora de uma escola pública me fez refletir a respeito da importância da prática concreta do conceito de gestão escolar democrática e participativa no âmbito educacional, e portanto, desde o início do mestrado, tinha a convicção que minha linha de investigação seria a gestão escolar na instituição em que trabalho, a Escola Técnica Estadual Orlando Quagliato.

Enfim, por meio deste trabalho investigativo, espero que esta pesquisa possa colaborar substancialmente com toda comunidade da Etec Orlando Quagliato, provocando, sobretudo, novas discussões acerca da gestão democrática-participativa, visando a implementação e execução de propostas realmente mais eficientes sobre esse tema tão significativo, porém, ainda tão insofrito nessa instituição de ensino.

## **1.2 Mapeamento de trabalhos científicos**

Com o propósito de fazer um levantamento dos trabalhos científicos relacionados com meu objeto de estudo, realizei uma pesquisa nas bases de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e na *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO). Vale lembrar que os trabalhos selecionados nessas bases de dados também serviram de sustentação teórica na elaboração desta dissertação.

No primeiro sítio eletrônico, inserindo na busca a palavra-chave “Gestão Escolar”, encontrei mais de dezesseis mil publicações sobre esse assunto. Na leitura dos resumos de mais de cinquenta trabalhos, localizei vinte publicações relacionadas a minha pesquisa. Como a quantidade de publicações utilizando a palavra-chave mencionada acima foi muito extensa, resolvi incluir a palavra “Democrática” na pesquisa, alterando, então, a busca para “Gestão Escolar Democrática”. Assim, encontrei oitenta e quatro publicações. Nestes trabalhos, notei que alguns deles eram os mesmos autores daqueles que já haviam sido pré-selecionados anteriormente. Isso evidenciou que na maioria dos trabalhos nesta área de Gestão Escolar, atualmente, pressupõe-se que ela seja democrática.

Além destas palavras-chaves pesquisadas, ainda no mesmo endereço eletrônico, resolvi então buscar referências limitando a busca por “Cooperativa-Escola”, principal foco de meu interesse; gestão participativa e democrática na Cooperativa-Escola; e encontrei somente quatro trabalhos nesse campo de estudo.

Seguindo com a pesquisa, na base de dados da ANPED, utilizando a palavra-chave “Gestão Escolar”, verifiquei a existência de treze estudos, dos quais foram escolhidos seis com relevância a essa pesquisa.

Ainda na base de dados da ANPED, alterando a palavra-chave para “Gestão Participativa”, foi obtido somente uma publicação, mas sem relação com meu objeto de estudo. Porém, alterando novamente a palavra-chave para “Gestão Democrática”, encontrei onze pesquisas, dos quais duas delas já haviam sido selecionadas na pesquisa com a palavra-chave anterior. Isto demonstra que esses assuntos estão indubitavelmente relacionados. Todavia, na pesquisa com a palavra-chave Cooperativa-Escola no sítio eletrônico da ANPED, não foram encontradas publicações.

Importante mencionar que, quando realizada pesquisa com a palavra-chave Cooperativa-Escola, inúmeros trabalhos são encontrados sobre Cooperativas Escolares ou Cooperativas Educacionais. No entanto, estas publicações não possuem nenhuma ligação com meu estudo, pois, a Cooperativa-Escola é uma empresa formalmente constituída dentro das Escolas Técnicas Estaduais, a qual participa dos projetos agropecuários e auxilia nas práticas didáticos/pedagógicos das unidades escolares agrícolas do Centro Paula Souza, atuando como órgão colegiado nessas instituições.

A seguir, pesquisando na base de dados da SCIELO, utilizando o mesmo termo “Gestão Escolar”, foram localizados trinta e sete artigos. Destes, selecionei sete, que após a leitura dos resumos, possuem importância com meu objeto de pesquisa. Já neste site, quando pesquisado sobre Cooperativa-escola, encontrei somente um trabalho relevante ao meu interesse.

Notei que existe uma quantidade expressiva de publicações neste campo de estudo, principalmente quando utilizado a palavra-chave “Gestão Escolar” e “Gestão Escolar Democrática”. Entretanto, foram encontrados somente quatro pesquisas sobre gestão escolar relacionadas, principalmente, na atuação democrática e participativa dos “alunos”, e não há publicações sobre a participação dos discentes na gestão das Cooperativas-Escola do Centro Paula Souza.

Portanto, isso me fez refletir a respeito da participação dos estudantes na gestão das Cooperativa-Escola da Etec Orlando Quagliato, e por meio dessa pesquisa científica, tive o

propósito de buscar subsídios importantes para ampliar meu conhecimento sobre os processos democráticos e participativos na escola que atuo, e contribuir, de certa forma, na implantação e efetivação de processos realmente democráticos dentro dessa unidade escolar.

Para finalizar, os estudos elegidos que serviram de embasamento teórico nesse trabalho foram agrupados em três blocos em consonância às etapas teóricas do meu objeto de estudo, “Gestão Escolar”, “Gestão Escolar Democrático-participativa” e “Cooperativa-Escola”, e a seguir serão expostos alguns desses trabalhos, relatando seus principais objetivos e resultados apresentados:

- Gestão Escolar

Em seu artigo, Amorim (2015) buscou encontrar um novo entendimento sobre gestão escolar, destacando o primordial na educação: criatividade, diálogo, participação e diversidade pedagógica e cultural. O autor critica o paradigma fabril que permeia o processo gestor das escolas, o qual reprime qualquer tentativa de inovação na gestão escolar contemporânea. O autor ressalta também a importância do gestor neste processo de inovação e na incumbência da promoção de espaços mais democráticos e igualitários dentro das escolas, possibilitando aos alunos um ambiente de aprendizagem mais dinâmico e prazeroso.

Souza (2012), aponta a face política do conceito de gestão escolar à luz de contribuições dos autores como Max Weber, Pierre Bourdieu e Licínio Lima. O estudo desse autor concluiu que a presença de objetivos e processos institucionais claros e racionais na gestão, ou o contrário, indefinições nesses processos, falta de planejamento, consenso e articulação na organização das escolas, não acoberta a condição política da gestão escolar, pois neste âmbito a ação dos atores é marcada pela disputa de poder.

Coelho (2015) buscou em sua pesquisa entender as percepções da direção, coordenadores e professores a respeito do cotidiano da gestão escolar, sobretudo em dois processos importantes: a sistematização dos problemas enfrentados e seus possíveis encaminhamentos para soluções. Os resultados desse trabalho revelaram a importância na produção de recursos com o intuito de interferir de forma positiva nas práticas escolares. Ainda, segundo a autora, é necessário aproximar os teóricos com a comunidade escolar, pois o afastamento entre esses atores no processo de gestão reflete em uma fragmentação generalizada dentro as unidades escolares.

No seu estudo, Pereira (2010) objetivou analisar as inferências da atuação do gestor escolar na aprendizagem dos discentes, considerando principalmente os princípios da gestão

democrática e as ações organizacionais realizadas por ele por meio de elementos intrínsecos à gestão, como burocracia, poder, participação, autonomia, liderança e aprendizagem. Os resultados desse trabalho confirmaram que o processo de ensino-aprendizagem é influenciado diretamente quando aplicado uma gestão democrático-participativa autêntica, sendo elemento primordial no que diz respeito ao desempenho pedagógico e administrativo nas escolas.

Para Reichert (2015) a gestão escolar está diretamente vinculada aos conhecimentos, atitudes e habilidades dos gestores. Contudo, de acordo com o autor, existe a necessidade urgente de investimentos na formação continuada desses profissionais no que se refere a aquisição e domínio de conhecimentos técnicos de gestão escolar, pois os gestores não devem pautar suas ações somente pela experiência prática e suas idiossincrasias.

- Gestão Escolar Democrático-Participativa

Segundo Passador e Salvetti (2013), a democratização da gestão escolar é fundamental para ocorrência de uma educação de qualidade que pretenda à transformação social. Assim, para que isso realmente ocorra, os autores ressaltam a importância na ampliação de espaços de diálogos entre as teorias educacionais e organizacionais, e ainda apontam a autogestão como possibilidade para os ideais democráticos de gestão.

No seu artigo intitulado: “Por que é tão difícil democratizar a escola pública?”, Lima (2018) descreve que apesar da consagração legal nos textos constitucionais e nas leis bases da educação, a gestão democrática nos ambientes escolares é uma tarefa ímproba de alcançar na esfera institucional efetiva nas escolas.

O autor apresenta alguns entraves políticos, organizacionais, históricos e culturais que têm emperrado a execução da gestão democrática nas unidades escolares, inclusive faz uma análise crítica sobre o este próprio conceito e também a respeito de suas exigências mais substanciais.

Não é possível ensinar nem aprender a democracia, a participação e a cidadania ativa em contextos escolares e através de processos de governo autocráticos, sob práticas elitistas e oligárquicas, subjugadas a líderes autoritários e a dinâmicas patrimonialistas, ou ao império da racionalidade técnico-instrumental. E especialmente nas escolas, como lembrou John Dewey no seu livro clássico *Democracia e Educação*, “A democracia é mais do que uma forma de governo; é, antes de mais, uma forma de vida associativa, uma experiência partilhada em conjunto” (DEWEY, 2007, p. 88). Nesse sentido, a democracia encerra uma dimensão claramente educativa e, pelo menos em sentido metafórico, também uma didática própria, baseada no exercício continuado da participação ativa, do diálogo e

do debate entre posições distintas ou em conflito. E por isso se compreende quão difícil é democratizar a educação e remover das escolas os principais obstáculos políticos, organizacionais, de governo e de gestão, de relações de poder, de teorias e de objetivos educacionais que as vêm impedindo, há séculos - e mesmo em regimes políticos formalmente democráticos -, de se afirmarem como organizações educativas democráticas (LIMA, 2018, p. 26).

De acordo com Souza (2009), o conceito de gestão escolar democrática não se resume unicamente à tomadas de decisão, mas, sobretudo, deve ser escorada no diálogo e na alteridade, com a participação atuante dos diversos segmentos e atores do universo escolar, na construção comunitária de regras e ferramentas e no estabelecimento de canais de comunicação, de sorte a amplificar o domínio das informações a todos os indivíduos que agem na/sobre a escola.

Ainda segundo o autor, as discussões pedagógicas e política a respeito da gestão democrática, faz percebermos que a participação política ativa, mesmo que garantida por meio dos instrumentos organizacionais e legais (associação de pais, conselhos, grêmios estudantis, eleições), isoladamente, não são suficientes para a efetuação da gestão democrática. Para o autor, estes colegiados seguramente favorecem a construção da democracia nas escolas, no entanto, podem se transformar em mecanismos ainda mais burocráticos e insuficientemente democráticos.

O seu potencial só se confirma quando as pessoas do universo escolar tomam a democracia e o diálogo como princípio não apenas das suas relações na escola, mas como um fundamento da vida, em todas as esferas da sociedade, e conseguem transpor a esfera do desejado, implementando o princípio, transformando-o em método ou, pelo menos, em agenda, tanto na organização da educação/escola quanto na pesquisa, na medida em que as escolas (como instituições destinadas à formação humana) e as pesquisas sobre a gestão escolar têm o dever de colocar em pauta os problemas e as alternativas de enfrentamento a esses problemas organizacionais e políticos, histórica e contemporaneamente (SOUZA, 2009, p. 137).

Marques (2012) revela que a gestão democrática não é instituída nas escolas por normas e leis, mas possui um caráter instituinte, ou seja, pode ser construída de diferentes maneiras em cada escola. De acordo com o autor, o discurso como prática social pode manter como transformar as relações sociais, e que estas práticas discursivas auxiliam na construção de significados à gestão de cada unidade escolar, própria da cultura de cada uma. Além disso, as práticas democráticas nas instituições escolares podem contribuir, também, no processo de democratização da própria sociedade.

A dissertação de Bertineti (2014) aponta as contribuições dos fundamentos filosóficos

a respeito de democracia do autor John Dewey para implementação da gestão escolar democrática. O objetivo dessa pesquisa foi discutir o que é democracia e a real importância das experiências das pessoas na construção de uma educação democrática. Para tanto, foram analisadas as práticas de gestão a partir da participação dos sujeitos em órgãos colegiados. Nesta conjuntura, a autora fez aproximações da gestão escolar democrática com o autor escolhido, e elenca algumas contribuições dele para a consolidação desse conceito no interior das escolas: 1ª - a escola possui a missão de preparar seus alunos para que sejam capazes de projetar e encontrar meios para a realização dessas projeções a partir de suas próprias experiências; 2ª – os discentes carecem de liberdade para analisar e expressar suas opiniões para exteriorizar as próprias certezas e conhecimentos; 3ª – as escolas precisam prover espaços de cooperação e de troca de experiências, visto que as experiências educativas são reflexivas e resultarão em novos conhecimentos; 4ª – não existe democracia sem tolerância às opiniões alheias; 5ª - não há como alcançar a democracia por métodos não democráticos.

Com o objetivo de pesquisar a visão dos profissionais que atuam na educação sobre a participação dos pais ou responsáveis dos alunos em colegiados escolares, principalmente os fatores que auxiliam ou prejudicam essa participação, Machado (2008) concluiu em sua dissertação que os agentes escolares reconhecem a importância da participação dessas pessoas na instituição escolar, entretanto, reconhecem, também, as dificuldades em promovê-las, pois, para os pais/responsáveis, falta clareza quanto às finalidades, direitos e deveres nesses canais de participação da vida escolar dos alunos, percebendo, assim, estes espaços como meramente formais e burocráticos.

A pesquisa de Gomes (2013) teve como finalidade entender a relação entre escola pública e democracia, intermediada pela gestão democrática, pressupondo-se que o desenvolvimento da democracia na sociedade deriva de espaços de participação, com decisões. O autor aponta em seu estudo que os gestores criam práticas democráticas na gestão escolar quando estimulam o diálogo e o acolhimento, escutam as demandas, respeitam as diferenças, interesses e singularidades no cotidiano escolar, compartilham decisões e responsabilidades, respeitam as funções e atribuições hierárquicas no ambiente de trabalho, estimulam o trabalho em conjunto e promovem a formação de parcerias entre as famílias dos estudantes com a escola.

- Cooperativa-Escola

Marques e Love (1993) reforçam que as práticas cooperativistas, executadas pelos

alunos de todas as séries do curso de técnico agrícola, funcionam como campo de estágio e ações voluntárias, visto que o envolvimento dos alunos nos setores produtivos desperta neles o senso de responsabilidade para o trabalho, pois atuam como administradores diretos nos projetos.

Corroborando com os autores, Constantino e Oliveira (2013) analisaram a influência das cooperativas-escola na gestão orçamentária das Etecs agrícolas do Centro Paula Souza, e constaram que esta relação é indissociável, ou seja, as unidades agrícolas não conseguem subsistir sem o apoio dessa empresa. Segundo os autores, a Cooperativa-Escola auxilia na redução das dificuldades estruturais na escola, bem como diminuem o distanciamento entre as unidades e o setor produtivo agrícola, além de participar ativamente do processo de ensino-aprendizagem dos alunos, oportunizando atuarem de maneira integral e participativa nos projetos produtivos da escola.

Para Ribeiro (2007), a cooperativa-escola possui um papel imprescindível na formação dos alunos em técnicos agrícolas dentro do contexto social no qual ocorre esta formação, contribuindo desta forma para o fortalecimento das relações com a comunidade externa, promovendo, ainda, a permanência desses filhos de agricultores na terra.

Morais (2009) alerta que as pessoas cada vez mais estão dispostas a trabalhar de maneira associada. Nesse sentido, segundo o autor, nas Cooperativas-Escolas os estudantes desenvolvem atividades que constituem em um aprendizado de vida, visto que são eles quem decidem sobre os destinos da escola, em reuniões ou assembleias. Ainda, reforça o autor que essas atividades desenvolvidas podem auxiliar na melhoria de todo o sistema agrícola, pois eles podem divulgar em suas localidades os principais propósitos e vantagens do cooperativismo, e desta maneira, apoiar para que outras pessoas constituam novas cooperativas e trabalhem de forma associativa.

Dentre os trabalhos selecionados nesta área, destaca-se Belezia (2006) que analisa a implantação e organização das Cooperativas-Escola de Alunos nas Escolas Técnicas Agrícolas do Centro Paula Souza. Para a autora, a consolidação das cooperativas nas Etecs agrícolas possui um caráter transformador nos aspectos gestionários na escola, sobretudo na participação dos estudantes cooperados nas tomadas de decisões dentro do processo produtivo-educacional.

A educação cooperativista promove a organização social solidária, desde a escola até a vida profissional, instrumentalizando o jovem para o enfrentamento das dificuldades que surgirão no seu ambiente de trabalho e, principalmente, subsidiando-o para atuar e propor

alternativas que permitam a organização e o desenvolvimento dos pequenos e médios produtores rurais em suas áreas de ação (BELEZIA, 2009, p. 119).

### **1.3 Justificativa**

É inegável que a educação formal e informal atravessa um momento de grandes mudanças e desafios. A sociedade está em contínua transformação. Os novos conceitos exigem conhecimentos e atitudes que norteiem os gestores escolares no sentido de promover uma aprendizagem em caráter contínuo, preparando o indivíduo para exercer democraticamente um papel ativo e participante dentro da escola e na sociedade.

Desse modo, a gestão escolar é, atualmente, uma ferramenta decisiva para o bom desempenho de uma escola. Assim, inúmeras discussões abordam esse tema a fim de colocar em debate algumas concepções existentes a respeito desse enfoque nas instituições escolares. A gestão escolar apresenta-se, pois, como tópico essencial no desenvolvimento de todo o processo educativo.

Em vista disso, quando se fala em gestão escolar, pressupõe-se, portanto, que ela se dê de forma democrática e participativa. Logo, evidencia-se a importância de isso ocorrer nos órgãos colegiados das escolas, pois neles, garante-se na forma da lei (Constituição Federal de 1988), a prática da participação de toda a comunidade escolar. Ainda, deve-se prezar pela autonomia dos sujeitos nas tomadas de decisões, identificando as potencialidades de colaboração de cada indivíduo dentro da coletividade para a constituição e concretização do processo democrático.

Nessa lógica, buscando compreender esse cenário, esse estudo justifica-se por não terem sido encontradas pesquisas a respeito da participação dos alunos na gestão das Cooperativas-Escola, órgão colegiado das escolas técnicas estaduais agrícolas do Centro Paula Souza.

As Cooperativas-Escola, no âmbito das escolas agrícolas, são essenciais no processo de gestão democrática, pois garantem a descentralização do poder e a prática da participação dos diversos segmentos da escola nas tomadas de decisões por meio da participação, discussão, negociação e encaminhamentos das demandas pedagógicas, administrativas e financeiras da organização escolar. Além de representar os anseios da comunidade escolar, as cooperativas colaboram com a direção das escolas na melhoria do processo de ensino-aprendizagem, pois podem gerir recursos humanos, financeiros e materiais, auxiliando desse modo, na manutenção e conservação de toda a infraestrutura da escola (BELEZIA, 2006).

Não há gestão democrática na escola sem que ocorra a participação de todos os indivíduos nela inseridos. Há que se compreender também, que um dos mais importantes desafios das instituições escolares é dar subsídios a seus alunos para tomarem seus lugares dentro do processo democrático, pois assim, a escola cumprirá sua missão de formar cidadãos autônomos e conscientes de seu papel na sociedade. Entretanto, para que isso realmente ocorra, faz-se necessário que a escola promova e motive a participação efetiva de seus alunos no cotidiano educacional, em suas práticas didáticas-pedagógicas-administrativas.

Portanto, acreditamos que os conhecimentos adquiridos neste estudo são imprescindíveis para o fomento das discussões dessa temática dentro do cenário escolar, e ainda, sobretudo, poderá favorecer consideravelmente a comunidade escolar da Etec Orlando Quagliato, levantando propostas para reflexões e diálogos e provocando mudanças de posturas nas práticas de gestão da própria unidade.

#### **1.4 Questões norteadoras**

Tal conjuntura provocou os seguintes questionamentos: Qual é a visão da comunidade escolar da Etec Orlando Quagliato a respeito de sua cooperativa e da sua forma de gestão? Qual é a importância da cooperativa para essa escola técnica agrícola? A Cooperativa-Escola dessa Unidade incentiva e promove a participação dos discentes na sua gestão? Os alunos estão participando ativamente na gestão da cooperativa e dos setores produtivos agropecuários, principalmente nas tomadas de decisões e resoluções de conflitos?

#### **1.5 Objetivo principal**

Diante dessas indagações, surgiu, então, o objetivo central desta investigação: analisar a percepção dos integrantes da comunidade escolar sobre a participação dos alunos na gestão da Cooperativa-Escola.

##### **1.5.1 Objetivos específicos**

- Apontar os desafios da escola no processo da gestão democrática e participativa, para no final, exteriorizar os sucessos e fracassos, contribuindo assim para que realmente se efetive um procedimento dinâmico e participativo dos alunos na gestão da Cooperativa-Escola da Etec Orlando Quagliato;

- Propor a formação de equipes de trabalho e/ou comissões/comitês formados pelos diversos segmentos da comunidade escolar, sobretudo com fomento à participação dos discentes, para auxiliar na tomada de decisão e resolução de conflitos;
- Elaborar um manual explicativo (*folder*) a respeito da dimensão da Cooperativa-Escola para a Etec Agrícola e da relevância da participação efetiva dos cooperados na sua gestão.
- Implantar, no calendário escolar da Unidade, uma semana dedicada ao cooperativismo, com atividades diversas voltadas a sensibilização da comunidade escolar a respeito do papel social da Cooperativa-Escola, de seus benefícios, valores e princípios.

## 1.6 Estrutura do texto

No segundo capítulo foram abordados os fundamentos teóricos que serviram de sustentação para realização desse trabalho. Nele foram tratados aspectos a respeito das influências das teorias da administração na gestão escolar contemporânea, a democratização da gestão escolar, a importância da autonomia dos alunos numa gestão participativa.

No terceiro capítulo foram apresentados a evolução do ensino técnico agrícola, a criação do Centro Paula Souza e um breve histórico da escola objeto desse trabalho, a Etec Orlando Quagliato.

O quarto capítulo retratou um conciso histórico do cooperativismo e a importância da gestão democrática nas cooperativas. Ainda neste capítulo foi apresentada a Cooperativa-Escola dos Alunos da Etec Orlando Quagliato, principal objeto de estudo deste trabalho.

Em seguida, no quinto capítulo foram expostos o método para realização dessa pesquisa, bem como sua caracterização, contextualização, sujeitos participantes e técnicas para coleta de dados.

No sexto capítulo foram apontados os resultados e discussões dessa investigação, os quais foram embasados no referencial teórico apresentado no segundo, terceiro e quarto capítulos e no banco de dados coletados na pesquisa de campo.

Por fim, no sétimo capítulo foram exibidas as considerações finais dessa dissertação, apresentando as conclusões e sugerindo encaminhamentos para a construção efetiva de uma gestão democrática e participativa no interior da escola pesquisada.

## **2 CARACTERIZAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR**

Neste capítulo foi apresentado, a partir do século XX, os pressupostos teóricos e históricos da concepção de gestão democrática e participativa na educação brasileira. Foram expostos, ainda, as principais Teorias da Administração, seus princípios e precursores, além disso, foram estabelecidas as relações e influências dessas teorias aplicadas à gestão escolar. Ademais, foram historicizados neste item, o ensino técnico e o ensino técnico agrícola, os marcos históricos de criação do Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza, do objeto investigativo deste trabalho, a Etec Orlando Quagliato e sua Cooperativa-Escola.

### **2.1 Gestão escolar e as transformações econômicas e sociais**

Nos últimos tempos, verificou-se um rápido processo de modificações nas mais diversas relações, sejam elas econômicas, sociais, culturais, trabalhistas, tecnológicas e até mesmo ambientais. Segundo alguns autores contemporâneos como: Libâneo, Oliveira e Toschi (2012), Luck (2013) e Kuenzer (2013), estas transformações acontecem em virtude do estabelecimento de novas formas de relação entre a sociedade moderna e o Estado, influenciadas pela globalização e, sobretudo, pela reestruturação produtiva que emergiu a partir da década de 1970. De acordo com Cattani (1997), também é decorrente da crise do capitalismo e do declínio do paradigma fordismo/taylorismo, conseqüente das mudanças nas relações de produção do trabalho e nas organizações políticas e econômicas, principalmente pela inserção das novas tecnologias da chamada Revolução Técnico-Científica Informacional.

Kuenzer (2013), afirma que as revoluções tecnológicas e os novos modelos de organização e gestão do trabalho interferem diretamente nas relações sociais. Assim, para Luck (2013), cabe as instituições escolares a função de ensinar, compartilhar, transmitir e aprimorar estas transformações, em razão da educação possuir relevante papel no desenvolvimento de qualquer sociedade e no bem-estar de seus cidadãos.

Ainda, segundo Kuenzer (2013), estes novos relacionamentos no mundo do trabalho, na ciência e na cultura, provocaram o início de uma reestruturação nos processos educativos e nos projetos pedagógicos dentro da escola, visando atender às novas exigências impostas pela globalização econômica e pela reestruturação da produção.

Dependendo do momento histórico, a escola pode realizar suas funções em diferentes

contextos, ou seja, no capitalismo cumprindo a tarefa de qualificar o indivíduo para o mercado de trabalho, muito embora com abordagens críticas e dogmáticas em relação ao próprio sistema capitalista, ou prestar serviço ao trabalhador, na promessa de proporcionar progressivos graus de autonomia ao educando para suprir suas necessidades básicas, como renda, moradia, saúde, e até as mais prósperas, como lazer e apreciação estética da vida (KUENZER, 2013).

Desta forma, para a autora, a escola pode por meio da ressignificação das informações e dos conteúdos, oportunizar aos alunos a autonomia necessária para viver em sociedade praticando a cidadania, em detrimento a perpetuação do sistema econômico vigente e suas conjecturas.

Libâneo, Oliveira e Toschi (2012) afirmam que a partir das demandas e exigências econômicas, sociais, políticas e culturais apresentadas pela sociedade às escolas, além disso, das exigências sociais e pessoais dos discentes em relação a aquisição de conhecimentos, práticas culturais, mercado de trabalho e exercício da cidadania, é que são traçados os propósitos educacionais. O autor ressalta, entretanto, que os amoldamentos das práticas educativas executadas na escola não atendem exclusivamente as demandas procedentes do sistema econômico vigente, mas também acatam os resultados das pesquisas científicas na área e as necessidades primordiais dos alunos observadas no cotidiano escolar.

Nesta perspectiva de influências de agentes externos na educação, faz-se necessário a compreensão, por parte dos gestores e professores, que os processos deliberativos do Estado e do sistema educacional estão relacionados aos sistemas políticos, sociais e culturais do país, e assim sendo, devem ser discutidos e interpretados com o intuito de nortear as práticas pedagógicas de acordo com o contexto de cada unidade escolar (LIBÂNEO, OLIVEIRA e TOSCHI, 2012).

Diante do exposto, destaca-se a responsabilidade da educação escolar em promover a prática da cidadania no âmbito escolar. Além disto, pela ação pedagógica os sujeitos são constituídos com o objetivo de transformação da realidade social, rompendo com os costumes prefixados, resultante de uma educação ultrapassada que há muito tempo limita os questionamentos e a capacidade dos indivíduos de interferir na sociedade em que vivem.

Ainda sobre o papel fundamental da escola na construção de uma sociedade mais crítica e autônoma, portanto, menos passiva, Kuenzer (2013) ressalta que as escolas deverão proporcionar aos alunos a participação e acompanhamento, de maneira consciente e crítica de sua relação com o conhecimento, buscando assim compreender o novo modelo de controle social e as modernas relações do trabalho, participando ativamente das negociações e usando

conhecimento e experiência para construção de novas relações entre o capital e trabalho menos desiguais.

Observa-se nos fundamentos apresentados que a sociedade e a economia, nos seus mais diversos segmentos e atores, influenciam, de forma relevante, o processo educacional. Provavelmente, por isso, nota-se o consenso entre os pesquisadores desta área e as políticas educacionais da importância da educação na formação do cidadão. Entretanto, para atender esta demanda, a escola precisa melhorar cada vez mais seu sistema organizacional, de gestão e suas práticas pedagógicas.

Libâneo, Oliveira e Toschi (2012) salientam que existem muitas pesquisas e discussões a respeito de como a escola poderia executar sua função com mais qualidade. Isto posto, uma das propostas apresentadas é que as organizações escolares podem contribuir muito neste processo, pois podem interferir diretamente nas relações interpessoais e na efetivação de condições para melhoramento do processo de ensino-aprendizagem de seus alunos, no entanto, a escola deve difundir e promover práticas de gestão participativa entre os seus diferentes atores da comunidade escolar.

Para Luck (2013), a gestão nas escolas brasileiras, dentro do contexto escolar e também fora dele, vem adquirindo maior evidência ao longo dos anos. Este fato se deve, principalmente, às incumbências dirigidas à escola enquanto organização promotora da educação formal. Para a autora, este destaque da escola se fortifica à medida que os problemas enfrentados pelas instituições de ensino são cada vez mais difíceis de resolução, os quais exigem uma gestão escolar eficiente, dinâmica, articulada e participativa.

No campo das políticas sociais, a educação passa a ser entendida como fator de competitividade e estratégia de mobilidade, capaz de possibilitar a inserção dos países em desenvolvimento no mundo globalizado. Para atingir esse objetivo, todo o sistema educacional necessitou ser reformado para se adequar às novas exigências do capital, com destaque para a dimensão da gestão educacional que passou a ser evidenciada como uma estratégia de sustentação da reforma, fundamental para o sucesso da aprendizagem e a melhoria da qualidade da educação (ARAÚJO e CASTRO, 2011, p. 83).

Nessa lógica, começaram a rondar no sistema escolar os conceitos de eficiência, eficácia e produtividade, nos mesmos moldes das aspirações administrativas nas organizações empresariais.

Todo esse movimento, no sentido de rever a concepção de educação, de escola e da relação escola-sociedade, tem demandado dos estabelecimentos de ensino um esforço especial de gestão, de organização dos processos educacionais e de articulação de seu talento e energia

humana, de recursos e processos, com vistas à promoção de experiências de formação de seus alunos [...] (LÜCK, 2013, p. 34).

Assim, neste cenário, o termo Gestão Democrática desponta no âmbito educacional como pressuposto de uma gestão que favorece a integração e participação de toda a comunidade escolar.

Desta forma, buscar-se-á a origem desta concepção para melhor entendimento de suas teorias e práticas. Apesar de Libâneo, Oliveira e Toschi (2012) alegarem que as experiências administrativas empresariais permeiam as práticas de gestão escolar, o autor salienta que essas duas formas de gestão são distintas, em razão da primeira pautar-se nas relações quantitativas, enquanto na segunda qualitativa.

Será apresentado a seguir, ainda que sucintamente, as principais Teorias Gerais da Administração, que de certa forma, influenciaram a organização e gestão escolar no Brasil.

## **2.2 As relações entre as teorias da administração e gestão escolar**

Neste item serão abordadas as relações existentes entre a gestão escolar e as teorias administrativas, com seus vários autores de destaque. Além disso, serão tratados os paradigmas que dominaram o cenário da administração, discutindo-os brevemente e verificando alguns de seus efeitos no cenário da escola.

A gestão escolar possui estreita relação com a administração empresarial uma vez que sua base provém de estudos alçados nas teorias gerais da administração, a fim de dar cientificidade a referida forma de administração. Desta forma, o entendimento a respeito deste assunto é de suma importância, visto que o tema administração escolar tem sido tratado dentro da administração empresarial, sobretudo, em virtude do correlacionamento entre suas organizações. Todavia, esta temática deve ser aprofundada minuciosamente para entendimento das suas semelhanças e divergências (MAYER e CANOPF, 2008).

Mayer e Canopf (2008), afirmam que na história da administração, houve momentos marcantes que revolucionaram o modo de administrar. De acordo com Chiavenato (2000), a administração procede dos resultados históricos e integrados da contribuição cumulativa de vários precursores, entre eles filósofos, economistas, físicos, estadistas e empresários, os quais no decorrer dos tempos e dentro de seus campos de atuação, foram aperfeiçoando e difundindo suas teorias.

Nas Teorias Tradicionais de Gestão, dois engenheiros elaboraram trabalhos inovadores em relação a Administração no início do século XX, o americano Frederick Winslow Taylor, criador da Escola de Administração Científica, e o francês Henri Fayol, criador da Escola Clássica de

Administração.

O estudo de Taylor voltou-se para a racionalização do trabalho operário, definindo então alguns princípios aplicáveis a toda a administração, como a sistematização racional do trabalho, eliminando todo e qualquer desperdício de movimento, fragmentação de tarefas e especialização do trabalhador. No entanto, esta abordagem é criticada e ficou conhecida como a “teoria da máquina” por seu caráter mecanicista (MAYER e CANOPF, 2008).

Em seguida, de acordo com os mesmos autores, a teoria de Fayol buscava formular um novo conceito de administração (prever, organizar, comandar, coordenar e controlar). Também é neste período que surge a ênfase na estrutura das organizações, a divisão do trabalho, a existência de órgãos de linha e *staff*. Entretanto, a administração clássica limitou-se a estudar apenas a organização formal.

A origem deste conjunto teórico coincide com as enormes transformações trazidas pela Revolução Industrial. O aparecimento das fábricas fez surgir um primeiro paradigma, que defendia a produção racionalizada, a supervisão estreita e contínua, a obediência hierarquicamente estruturada e a divisão de tarefas (OLIVEIRA et al; 2009, p. 15).

Na década de 1930, contrariando as ideias anteriores, a preocupação da administração volta-se ao fator humano. Surge então, naquela época, após as experiências realizadas por Elton Mayo na fábrica da Western Electric Company (Hawthorne, Chicago), a abordagem humanística da administração, pautada na transferência da ênfase na tarefa e na estrutura organizacional para a ênfase nas pessoas. Neste período ocorreram os primeiros estudos sobre liderança, comunicação e a organização informal. Esta teoria também foi bastante criticada por seu caráter ingênuo e ênfase exagerada nos grupos informais (CHIAVENATO, 2000).

Segundo Chiavenato (2000), um economista de relevante importância para a administração, na sua época até os dias atuais, foi Max Weber, autor da teoria da burocracia. Esta teoria emergiu em evidente oposição as propostas antecessoras. Com o objetivo de alcançar a máxima eficiência nas organizações, Weber pregava o caráter legal, formal e racional, a impessoalidade, hierarquia, rotinas e procedimentos padronizados. Apesar de apresentar algumas disfunções, como o apego a rígidos regulamentos, formalidades e resistência a mudanças, este modelo possui como vantagens a consistência e a eficiência.

Os princípios da burocracia incluem a visão do “homem funcional” (flexível ao desempenho de vários papéis simultâneos na organização); racionalização, com economia de esforços; divisão do trabalho e hierarquia; promoção e seleção por competência técnica; separação entre propriedade e administração; e

indesejabilidade das organizações informais, porque são imprevistas e pouco racionais. O modelo burocrático de organização, quando aplicado de forma correta, mostrou-se bastante adequado, pois facilita a supervisão do trabalhador, previamente informado sobre a tarefa e sobre a expectativa em relação ao seu desempenho (OLIVEIRA et al, 2009, p. 25).

Na década de 1950 surge as teorias modernas de gestão. Trata-se de um conjunto de teorias as quais buscavam uma retomada das abordagens clássica e científica, tendo como principal referência Peter Drucker. Nesta teoria, o administrador devia ter conhecimento, além da dimensão técnica e específica de seu trabalho, também os aspectos relacionados a direção de pessoas. Ademais, focalizava ainda o papel do administrador de planejar, organizar, dirigir e controlar. Em resultância desta abordagem surge o estudo da departamentalização, que pode ser por função, produto ou serviço, localização geográfica, clientes, fases do processo e por projetos (CHIAVENATO, 2000).

Ainda dentro das teorias modernas de gestão, com os estudos de Chander, Burns e Stalker, Woodward e Lawrence e Lorsch, inicia-se a chamada abordagem contingencial da administração. Nesta abordagem, o funcionamento e a estrutura das organizações dependem das suas interações com ambientes externos (cultura; economia; política; demografia; tecnologia), os quais podem oferecer oportunidades, mas também riscos à organização. No entanto, esta teoria é considerada muito mais uma forma de encarar o mundo do que propriamente uma teoria administrativa, em virtude de seu relativismo (CHIAVENATO, 2000).

Surge na década de 1960, a administração estratégica, tomando de assalto o cenário administrativo na década de 1980. Pois trata-se de um processo de planejamento de longo alcance, o qual será estruturado para uma definitiva consecução dos objetivos organizacionais (OLIVEIRA et al; 2009).

A Administração Estratégica é um processo contínuo e interativo, voltado para a manutenção da organização como um todo, integrado apropriadamente ao seu ambiente. Envolve a realização de uma análise do ambiente, o estabelecimento de diretrizes organizacionais, a formulação de estratégias organizacionais, a implementação das mesmas e a aplicação do controle estratégico. Nunca é demais lembrar que os planejamentos estratégico, administrativo e operacional devem ser integrados, e que o gestor deve ter papel ativo em todos eles (OLIVEIRA et al, 2009, p. 36).

Vale ressaltar que as críticas mais frequentes a esta teoria se tangem às dificuldades de previsão de estratégias a prazos mais longos, face a ambientes em constantes mudanças, além disso, às dificuldades de estabelecer uma cultura organizacional competente para realização

do planejamento estratégico (OLIVEIRA et al, 2009).

Uma nova prática de administração desponta em alguns países orientais, a administração participativa. Maximiano (1995) define administração participativa como uma política ou filosofia de administrar pessoas, valorizando sua capacidade e autonomia para tomar decisões e resolver problemas, além de aprimorar a motivação do indivíduo no trabalho e contribuir para melhorar o desempenho e a competitividade das organizações.

Conforme descreve Mendonça (1987), os principais objetivos da administração participativa são: ampliação das responsabilidades sociais das empresas; desenvolvimento de uma cultura organizacional democrática; redução da alienação do trabalhador; diminuir os conflitos; estimular a cooperação; aumentar a satisfação das pessoas; obter maior capacidade de competitividade das empresas.

Essa teoria também foi criticada por provocar acomodação nos trabalhadores, pela possibilidade de manipulação por parte dos gestores e, sobretudo, dificuldade da criação de uma cultura propícia para sua implementação (OLIVEIRA et al, 2009).

É necessário mencionar que, na pretensão de escolher o melhor caminho para gerir organizações em um cenário de incertezas, a administração tem enveredado para estudos mais recentes, chamadas de Teorias Emergentes de Gestão, tais como: era da informação, qualidade total, reengenharia, benchmarking, equipes de alto desempenho, gestão do conhecimento e capital intelectual, as organizações que aprendem e a gestão participativa (MAYER e CANOPF, 2008).

Trata-se do paradigma mais recente, correspondente às duas últimas décadas, e que, em alguns casos, ainda se encontra mais no universo das pesquisas sobre administração do que na prática cotidiana das empresas. Merece destaque a influência, sobre ele, do enorme desenvolvimento tecnológico, vivenciado pela humanidade neste período (OLIVEIRA et al, 2009, p. 36).

Retratado acima as principais teorias administrativas na área empresarial, serão abordados então, as aplicações destas teorias no âmbito da gestão escolar.

O sistema educacional sempre esteve consonante com as necessidades impostas pelo mercado de trabalho, formando mão de obra para a sociedade capitalista. Portanto, compreender as carências desse mercado, impostas pelas novas formas de organização da produção de mercadorias é indispensável para entender qual é a função da escola na sociedade em que vivemos (BACZINSKI e COMAR, 2016).

A autora destaca, ainda, que devido ao crescimento da indústria, sobretudo pelo avanço nas técnicas administrativas, surge, pois, a urgência de escolarizar o maior número

possível de indivíduos, aptos a dominar a leitura, escrita e matemática, e desta maneira, contribuir produtivamente com o sistema capitalista em absoluta expansão. Todavia, como a grande parte dos trabalhadores ocupariam cargos de executores de tarefas nas empresas, ou seja, realizando trabalhos mecanicistas, não havia necessidade naquele momento de formar mão de obra qualificada.

No entanto, Kuenzer (1998) salienta que com o advento das modernas práticas de organização do trabalho, exigindo cada vez mais trabalhadores flexíveis e polivalentes, coube, naquele momento à escola, a responsabilidade de formar indivíduos com apropriada qualificação técnica.

Desta forma, Hora (1994) ressalta que a administração escolar, regida pelo sistema econômico e social, apoiou-se nas Teorias da Administração Geral, desenvolvidas no decorrer de três momentos históricos, a saber: a escola clássica, que teve sua consolidação a partir da Revolução Industrial, representada por Taylor, Fayol e Weber; a psicossocial, baseada no movimento das relações humanas de Mayo, e a contemporânea, iniciada nas últimas décadas do século XX, quando começam a surgir questionamentos sobre novas perspectivas teóricas no campo da administração.

De acordo com o autor, as instituições escolares atuam como promotoras da socialização do saber e da ciência, das técnicas e das artes, e dessa forma possuem a obrigação de interpretar as deficiências da sociedade, concentrando esforços a partir destas necessidades em função de princípios educativos para atender às demandas sociais (HORA, 1994).

No que tange a organização e gestão educacional brasileira, segundo Sousa (2006) é possível identificar três tendências históricas da influência dos princípios administrativos na gestão escolar: tendência conservadora, tendência democrática e tendência gerencial. A primeira, mantendo relações com as teorias tradicionais de gestão, é identificada no Brasil entre 1930 a 1970, tendo suas raízes no modelo tradicional da organização escolar: hierarquizada, burocrática, rígida e formal, além disso, com valorização na obediência às regras, em detrimento, por exemplo, do aperfeiçoamento profissional. A partir do surgimento no Brasil dos movimentos sociais na década de 1980 e contrariando as ideias conservadoras nas décadas anteriores, surge nesse momento a tendência democrática. Nessa tendência, a organização escolar está em constante construção, configurando um espaço público no qual, podem e devem ser expressas as opiniões e interesses dos diferentes grupos que a formam. A mais recente tendência, gerencial, surgiu nos anos 1990 em substituição ao eixo democrático pelo discurso administrativo-economicista. De certa forma, ressalta a autora, pode-se dizer que este movimento busca não a qualidade do ensino, mas, sobretudo, a excelência do

gerencialmente da instituição escolar nos seus diferentes campos de atuação, além de focalizar no controle dos processos educacionais.

Na tentativa de fazer ainda outras correlações entre as teorias gerais da administração e gestão escolar, Felix (1984) explica que a administração empresarial trata principalmente da organização do trabalho nas empresas dentro do sistema capitalista, ao passo que a gestão escolar preconiza estas teorias para organização do trabalho na escola e no sistema educacional como um todo.

No que diz respeito ao funcionamento e estrutura, a autora menciona que a administração escolar tomou de fato, como referência, as teorias da administração de empresas. No entanto, apesar das escolas e as empresas possuírem finalidades distintas, ainda são análogas, e, portanto, com estruturas correlatas, podendo assim serem conduzidas de acordo com os mesmos princípios e moldes propostos pelas teorias da administração de empresas, salvo realizados os ajustes necessários para alcançar suas propostas específicas. Não obstante as práticas administrativas escolares terem sido influenciadas pelas teorias da administração, é relevante mencionar que a escola opera pessoas, desempenhando papel primordial na formação do cidadão crítico e autônomo. Assim sendo, também a gestão escolar, como aponta Paro (2010), necessita ser entendida na esfera da sociedade política envolvida com a própria transformação social.

Diante disso, é nessa perspectiva que a administração escolar, baseada nos princípios administrativos empresariais, enfrenta significativas críticas.

Arroyo (1979) *apud* Sarmiento e Sousa (2016), questiona se a utilização das práticas empresariais no processo de administração das escolas poderia contribuir para diminuir as desigualdades sociais. No entanto, o autor conclui que “há sintomas de que o sistema escolar vem contribuindo para o contrário” (ARROYO, 1979, p. 38 *apud* SARMENTO; SOUSA, 2016).

Isso acontece porque, segundo o autor, a administração geral está alicerçada na dinâmica do poder capitalista em reproduzir certas relações sociais fundamentais ao manutenção da sociedade civil à luz do desenvolvimento do sistema econômico, e desta forma, a administração educacional ao reproduzir este modelo, colabora para o aumento desse abismo social.

Félix (1984), concordando com Arroyo (1979), menciona que as práticas de exploração do trabalho utilizadas no sistema empresarial, fruto das teorias de Taylor e Fayol, com o firme propósito de exercer pleno controle sobre a produção e a acumulação de capital, apontam, pois, para uma universalidade e neutralidade que não se confirmam na prática, longe disso, concorrem tão somente para manutenção do próprio sistema econômico, majorando, portanto, os níveis de desigualdade social.

Apesar de Paro (2010) não concordar com a utilização das teorias administrativas

capitalistas na administração escolar, o autor defende, enfim, que elas poderiam contribuir para elevar a produtividade escolar, contanto que se procedesse uma efetiva sistematização e organização nos seus procedimentos que culminasse em um ensino de melhor qualidade. Por outro lado, o que o autor percebe na prática é a consolidação nas instituições educacionais do aspecto puramente político da administração empresarial capitalista, estabelecendo, neste caso, muito além do cumprimento das rotinas burocráticas no interior da escola, sobretudo, na manutenção do *status quo*.

Vale ressaltar que a administração escolar necessita estar comprometida com a transformação social, e para tanto, a escola deve buscar e desenvolver em sua própria natureza, seus princípios, métodos e técnicas apropriadas, relacionando-os com seus propósitos específicos para que esta transformação de fato aconteça.

Nesse sentido, o autor conclui que

[...] a especificidade da Administração Escolar só pode dar-se não por aproximação, mas por **oposição** à administração empresarial capitalista. Isto não quer dizer, obviamente, que se deva desprezar pura e simplesmente todo o progresso técnico havido na teoria e na prática administrativa empresarial. Significa apenas que, em termos políticos, o que possa haver de próprio, de específico, em uma Administração Escolar voltada para a transformação social, tem que ser necessariamente antagônico ao modo de administrar da empresa, visto que tal modo de administrar serve a propósitos contrários à transformação social (PARO, 2010, p. 228-229, **grifo do autor**).

Dessa forma, para a efetivação de práticas de Administração Escolar, sobretudo, transformadora, é necessário atender prioritariamente as especificidades do próprio ato educacional, opondo-se firmemente ao paradigma capitalista conservador exigido pela classe dominante. Vale lembrar, também, do papel das classes menos favorecidas diante deste contexto, em virtude da necessidade de conscientização política e participação concreta como protagonistas destas transformações sociais na história (PARO, 2010).

E assim, a partir das críticas apresentadas em relação às influências das teorias administrativas empresariais na área da administração escolar, baseadas notadamente na perspectiva tecnocrática, é que surge na literatura contemporânea a concepção política de Gestão Escolar, com enfoque na prática pedagógica, a qual, portanto, dará sustentação a este novo conceito de gestão escolar, sobretudo democrático e participativo, que ocorreu no processo de democratização do ensino público brasileiro, que ora serão tratados no próximo tópico deste estudo.

### **2.3 Gestão escolar democrática-participativa: a democratização do ensino**

Com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino nas escolas, sobretudo por meio da participação efetiva dos diversos atores da comunidade escolar nos processos decisórios, tanto administrativos quanto pedagógicos, surge então, a concepção de gestão democrática no sistema educacional brasileiro.

Nesse panorama, Luck (2013) confirma que a democratização da gestão no sistema educacional corresponde, portanto, ao planejamento, desenvolvimento e realização do trabalho escolar por todos, em conjunto. Desta maneira, ressalta a autora, que para democratizar a escola é necessário estabelecer um sistema de relacionamento em que todos tenham a oportunidade e autonomia para participar ativamente das tomadas de decisões.

A discussão contemporânea sobre a gestão escolar incorpora um dos princípios fundamentais de uma sociedade que se pretende democrática: o da participação efetiva e integral de todos os que compõem as diferentes instâncias da administração pública, sendo a escola uma dessas esferas políticas que ocupa um lugar de destaque na constituição de práticas mais democratizadas e coletivas, que passam a ser a essência da gestão escolar. Ao falar em administração da escola, estamos nos referindo a uma gestão democrática, participativa e inclusiva e, portanto, à responsabilização coletiva pelas ações da escola e pelas decisões em relação ao seu funcionamento, organização e estrutura. Tudo deve ser compartilhado: responsabilidades, compromissos, ações, enfim, tudo o que caracteriza o trabalho educativo, o qual, por princípio e essência, inevitavelmente deve se constituir como uma prática que exige o envolvimento coletivo (OLIVEIRA, 2014, p.1).

No entanto, para Gadotti (2014), quando se presume que haja gestão democrática nas instituições públicas de ensino, subentende-se que todos os atores da comunidade escolar participam das decisões internas nestas instituições. Porém, o autor explica que a qualidade da democracia na educação depende, pois, de como ocorre esta participação, uma vez que muitos acreditam que a gestão democrática é apenas mais um fardo que a escola precisa carregar. Além do mais, segundo o autor, nada adianta criar ferramentas de participação e de controle social dos processos escolares, é necessário e urgente, portanto, criar condições reais para que estas participações ocorram.

Entretanto, somente no final do século XX, com a queda do período ditatorial na política brasileira, dá-se o início ao processo de resgate da democracia e recuperação dos espaços políticos que a sociedade civil havia perdido. A reestruturação da sociedade, associado às novas e progressistas propostas de políticas educacionais, culminaram no

reconhecimento, pelo estado brasileiro, do fracasso da política educacional (LIBÂNEO, OLIVEIRA e TOSCHI, 2012).

Assim, com a reabertura política no Brasil, pós Ditadura Militar (1964 – 1985), a Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 206, no inciso VI, define, na forma da lei, o princípio de “gestão democrática do ensino público” (BRASIL, 1988).

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - Valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)
- VI - Gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII - garantia de padrão de qualidade.
- VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos da lei federal (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (BRASIL, 1988).

Diante dessas mudanças sociais, das influências políticas e da globalização no sistema econômico, a função social da escola, bem como a função dos entes que atuam na educação, passaram por um processo de reformulação.

Em 1996, a edição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº 9394 (BRASIL, 1996), consolida essa nova proposta educacional no Brasil, quando assegura no seu Artigo 3º que a educação no ensino público terá, dentre outros princípios, o da Gestão Democrática:

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV - Respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - Garantia de padrão de qualidade;
- X - Valorização da experiência extraescolar;

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.  
XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018) (BRASIL, 1996).

A LDB nº 9394/96 representou uma conquista importante para a consolidação do processo de democratização do ensino-aprendizagem no Brasil, assegurando legalmente, ainda de forma tímida, que todos os membros da comunidade escolar possam participar das decisões dentro da escola, principalmente pelos dos órgãos colegiados. Além disso, obriga a participação dos docentes na construção do projeto político-pedagógico nas instituições escolares. Apesar de ocorrer concordância entre os estudiosos da educação do não atendimento total às expectativas das prioridades da educação em nosso país, também há concordância que a LDB/96 representou um marco histórico na educação brasileira.

Lei de Diretrizes e Bases - Lei 9394/96

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - Participação das comunidades escolares e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 1996).

Outro importante passo nesse processo de democratização do ensino no Brasil foi a publicação do Plano Nacional de Educação (PNE) (Lei nº 13.005, de 25/06/2014), o qual prescreve no seu Artigo 9º, prazo de apenas dois anos para que qualquer unidade escolar, federal, estadual ou municipal, sancionassem leis específicas disciplinando a gestão democrática da educação pública (BRASIL, 2014).

Destaca-se no PNE/14, o descortinamento mais detalhado da realidade da escola pública brasileira, revelando suas principais carências e dificuldades. Contudo, também propõe formas de mitigá-las dentro do seu escopo com 14 Artigos, 20 Metas e 254 Estratégias.

Importante ressaltar que tomaremos como aporte teórico para este estudo a Meta nº 19 do PNE e suas Estratégias, a qual referencia a Gestão Democrática na educação.

Em suma, as estratégias expostas na Meta 19 visam aguçar e caracterizar a participação de toda a comunidade no interior das instituições escolares, considerando esse

comprometimento como proposição para implementação de uma gestão democrática na educação. Há, sobretudo, a expectativa da construção e consolidação desse processo de conscientização na participação que envolva os mais diversos segmentos e atores da escola.

Abordado os pressupostos legais que atestam a indispensabilidade da efetivação da concepção de gestão democrática nas escolas públicas brasileiras, a seguir, serão apresentados os aportes teóricos a respeito da importância dessa temática no campo educacional.

Para tanto, de acordo com Libâneo, Oliveira e Toschi (2012), primeiramente é necessário compreender o conceito de autonomia e participação, pois estes termos estão interligados à concepção de gestão democrática.

Nessa ótica, segundo o autor, autonomia é o ato das pessoas autogovernar-se, que conseguem decidir sobre seu próprio destino. No caso das instituições, autonomia é o poder de decisão sobre seus propósitos e sobre suas formas de organização, mantendo-se relativamente independentes do poder centralizado e administrando espontaneamente seus recursos financeiros.

Porém, Luck (2013) ressalta que autonomia não se restringe unicamente ao setor financeiro ou, ainda, à descentralização da gestão, mas pela implementação de práticas e princípios democráticos e participativos no âmbito escolar.

Para Barroso (1998), autonomia pode ser um conceito relacional, porque sempre está relacionado a alguém ou alguma coisa, ou relativa, dependendo do grau que é exercido. Para o autor, autonomia é, pois, dependendo do meio social em que está inserido, uma forma de gerenciar e direcionar as dependências dos indivíduos e dos grupos, a fim de legitimar sua construção social e política no interior das escolas com o intuito de suprir suas necessidades pessoais e os princípios e objetivos escolares.

Vale ainda ressaltar que, segundo o autor, o processo de autonomia deve ser construído dentro do ambiente escolar e não imposto. Para isso, urge a necessidade de investimento em políticas públicas que advoguem na defesa da autonomia das escolas. Todavia, este processo de construção da autonomia não deve constituir-se, unicamente, na definição de regras e normas com relação a divisão de poder e classificação de competências entre os diversos entes e setores da instituição escolar (BARROSO, 1998).

Neste sentido, porém, Paro (2002) reforça que somente a partir do momento em que toda a comunidade escolar (gestores, professores, funcionários, pais, alunos) participarem efetivamente dos processos decisórios na unidade escolar, as instâncias superiores sentir-se-ão pressionadas em atribuir cada vez mais autonomia às escolas.

Segundo o autor, essa conquista da autonomia depende da participação massiva dos

sujeitos nas tomadas de decisões no ambiente escolar, e é nesse sentido, portanto, que a participação dos indivíduos é entendida como indispensável numa gestão escolar democrática, sobretudo ainda, fundamental na construção da autonomia da escola.

Dentro deste contexto, Libâneo, Oliveira e Toschi (2012) enfatizam que

A participação implica os processos de gestão, os modos de fazer, a Coordenação e a cobrança dos trabalhos e, decididamente, o cumprimento de responsabilidades compartilhadas, conforme uma mínima divisão de tarefas e alto grau de profissionalismo de todos. **Portanto, a organização escolar democrática implica não só a participação na gestão, mas a gestão da participação** (LIBÂNEO, OLIVEIRA e TOSCHI, 2012, p. 458, **grifo dos autores**).

O autor argumenta, ainda, que na gestão democrática a participação deve ocorrer em dois momentos distintos, sendo o primeiro na construção, entre os diversos segmentos e atores da escola, de espaços de convívio e relacionamentos para discussões, planejamentos e avaliações dos propósitos e princípios da instituição e, ainda, medidas para sua execução, e no outro, a participação dos indivíduos na realização dessas atividades, de acordo com o compromisso assumido.

Cabe ressaltar que com a participação da comunidade,

A escola deixa de ser uma redoma, um lugar fechado e separado da realidade, para conquistar o *status* de comunidade educativa que interage com a sociedade civil. Vivendo a participação nos órgãos deliberativos da escola, pais, professores e alunos vão aprendendo a sentir-se responsáveis pelas decisões que os afetam em um âmbito mais amplo da sociedade. A participação da comunidade possibilita à população o conhecimento e a avaliação dos serviços oferecidos e a intervenção organizada na vida escolar (LIBÂNEO, OLIVEIRA e TOSCHI, 2012, p. 452, **grifo dos autores**).

Dessa forma, reitera Gutierrez e Catani (2013) que a participação da comunidade escolar nas tomadas de decisões no interior das escolas, representa uma relevante concepção democrática na construção de um processo de ensino-aprendizagem de melhor qualidade, uma vez que corresponderá às pretensões de mudanças na realidade social de uma coletividade.

No entanto, de acordo com Lordeiro e Leão (2016), essa participação na escola deve ser estimulada, porque não acontece de maneira espontânea, sendo, pois, atribuição da gestão da escola desenvolver ferramentas que motivem e convidem os diferentes entes da comunidade escolar a contribuírem, se comprometerem e assumirem responsabilidades no

processo educacional.

A participação faz com que as pessoas possam controlar o próprio trabalho, se sintam autoras e responsáveis pelos seus resultados, desenvolvendo assim, sua própria autonomia (LUCK, 2001).

A autora declara que, independentemente da consciência ou não, todo indivíduo possui poder de influenciar o contexto a que pertence. Entretanto, a falta da consciência desta interferência, resultará em menor poder de participação. Ainda, de acordo com a autora, somente a participação ativa poderá derrotar comportamentos de acomodação, marginalidade e individualismo, e, portanto, estimular a construção de espírito de equipe.

Como destacam Libâneo, Oliveira e Toschi (2012), por se tratar de uma tarefa complexa, a organização e a gestão escolar, considerando as condições reais da instituição, necessitam conhecer e adotar alguns princípios básicos, por isso,

São propostos os seguintes princípios da concepção de gestão democrático-participativa: autonomia da escola e da comunidade educativa; relação orgânica entre a direção e a participação dos membros da equipe escolar; envolvimento da comunidade no processo escolar; planejamento das atividades; formação continuada para o desenvolvimento pessoal e profissional dos integrantes da comunidade escolar; utilização de informações concretas e análise de cada problema em seus múltiplos aspectos, com ampla democratização das informações; avaliação compartilhada; relações humanas produtivas e criativas, assentadas em uma busca de objetivos comuns (LIBÂNEO, OLIVEIRA e TOSCHI, 2012, p. 456).

Apesar disso, para que exista um ambiente onde de fato a participação aconteça, cabe ao gestor assumir o comprometimento de unir todas as pessoas, reunir esforços, dar exemplos e coordenar o trabalho de diversos atores, atribuindo-lhes tarefas e se dispondo a executá-las em conjunto (LORDEIRO e LEÃO, 2016).

[...] há que destacar o papel significativo do diretor da escola na gestão da organização do trabalho escolar. A participação, o diálogo, a discussão coletiva, a autonomia são práticas indispensáveis da gestão democrática, mas o exercício da democracia não significa ausência de responsabilidades. Uma vez tomadas as decisões coletivamente, participativamente, é preciso pô-las em prática. Para isso, a escola deve estar bem coordenada e administrada (LIBÂNEO, OLIVEIRA e TOSCHI, 2012, p. 454).

Todavia, como relatam Libâneo, Oliveira e Toschi (2012), isso não quer dizer que o êxito da escola dependa unicamente do diretor. Pelo contrário, trata-se de valorizar o papel

do diretor como se fosse um líder cooperativo, que pode agrupar os desejos e as expectativas da comunidade escolar e articular a adesão, participação e comprometimento de todos os segmentos escolares na gestão de um projeto comunitário. O diretor não deve prender-se somente às questões administrativas. Espera-se dele, uma visão ampla da unidade escolar nos seus diversos aspectos, administrativos, financeiros, pedagógicos e culturais.

De acordo com Lordeiro e Leão (2016), para que as pessoas possam dar suas opiniões, expressar ideias e repartir tarefas, cabe ao gestor implementar metodologias para fazer com que esses indivíduos se sintam respeitados, independentemente da formação e função de cada um dentro da instituição. Respeitar e ouvir as pessoas se torna um exercício capital. Além disso, também para que estas pessoas se sintam realmente participantes neste contexto, necessitam compreender esta participação não só como presença, mas, sobretudo, como verdadeira atuação, pois, caso contrário, essa participação ocorrerá, muitas vezes, por obrigatoriedade.

Neste contexto de solucionar os problemas enfrentados referente a participação efetiva da comunidade escolar nos processos decisórios, alguns autores ressaltam a importância dos colegiados escolares, ou seja, órgãos democráticos constituídos por um grupo de pessoas, as quais possuem a autonomia por meio do voto de deliberar, tomar decisões, expor ideias e críticas. No entanto, estes órgãos também são alvos de algumas críticas, principalmente no que diz respeito de como ocorre a participação das pessoas.

Segundo Luck (2013), é comum acontecer reuniões para tomar alguma decisão referente a problemas apontados pelas instâncias superiores educacionais ou pela direção da unidade, porém as alternativas para resolvê-los são sugeridas pela própria direção, ou seja, a assembleia é manipulada e serve apenas para ratificar essas decisões.

Vale dizer, portanto, que as atuações desses órgãos colegiados devem estarem atrelados a ativa ocupação e engajamento dos seus membros, contudo, não exercendo apenas serviços voluntários ou ainda atuando somente como meros espectadores, mas, principalmente, como sujeitos produtivos dentro do progresso da tomada de decisão.

Apesar da retórica sobre o assunto ser extensa, há experiências que apontam avanços significativos no conhecimento e na prática da gestão democrática, o que significa que, de certa forma, a gestão democrática funciona. Mas, para esse processo de fato acontecer, ainda é necessário legitimar mecanismos que garantam a democratização na gestão, ou seja, é preciso refletir sobre a participação da comunidade dentro da escola pública. Nesse sentido, a criação de órgãos colegiados ou conselhos escolares, associações de apoio à

escola, agremiações de alunos, é fundamental para a concretização do processo (NUNES, 2019, p. 2).

Participar, portanto, significa buscar a constante melhoria e as transformações necessárias dentro do ambiente, significa, pois, dividir responsabilidades nas decisões tomadas pelo grupo e saber enfrentá-las, para conseqüentemente, promover os avanços esperados.

Essa prática, contudo, não deve ser concedida, mas conquistada pelos segmentos da escola e, para isso, é necessário que gestores, professores alunos, pais e funcionários, sejam sujeitos de sua história e compreendam a importância da participação de cada um. Isso significa a ruptura do modelo tradicional de administração escolar e do modelo tradicional de participação, o que frequentemente é confundido com presença em eventos e atividades eventuais. É preciso romper, sobretudo, com o modelo tradicional de educação (NUNES, 2019, p. 3).

Enfim, pode-se constatar, portanto, que este laborioso processo de implementação da gestão democrática no universo escolar exige, acima de tudo, a construção de uma cultura participativa na comunidade escolar, da ação efetiva desses personagens dentro dos órgãos colegiados, do pensar coletivamente, da busca pelo bem comum. É preciso, pois, experimentar a democracia na escola para que ela se torne uma prática permanente e duradoura, possível de ser vivenciada por todos (NUNES, 2019).

### **2.3.1 A Importância da Construção da Autonomia dos Discentes numa gestão participativa e democrática**

Neste item será abordado a importância da construção de alunos autônomos dentro do processo de gestão participativa e democrática. Para tanto, será analisado a obra de um dos principais teóricos da educação, Paulo Freire, no contexto da pedagogia da autonomia dos alunos e agentes do âmbito escolar. Reflexões foram levantadas acerca de como este trabalho pode contribuir tangente a gestão escolar e como tais princípios refletem no desenvolvimento pessoal dos indivíduos.

Para Freire (2006) a participação na gestão escolar não deve ser resumida puramente à “colaboração que os setores populacionais devem dar à administração pública” - mutirões colaborativos para limpeza de ruas ou praças e reformas de creches e escolas, por exemplo. O educador ainda enfatiza que existe uma concepção autoritária que permeia o sentido de democracia na comunidade escolar. Portanto, um entendimento neste aspecto autoritário

reduz o engajamento dos alunos e demais cidadãos a momentos específicos da administração.

A autonomia da escola se constitui num espaço democrático na medida em que se propõe a ser instrumento de transformação e de expressão dos interesses dos indivíduos que a compõe - incluindo a comunidade que dela se utiliza. Para Luck (2006) a participação em seu sentido pleno ocorre quando a mobilização dos esforços pessoais supera a alienação e marginalização, corroborando para o pleno funcionamento do espírito de equipe, visando, sobretudo, fins comuns.

Entretanto, não há como planejar ações democráticas em uma instituição a qual os atores envolvidos não possuem autonomia para se manifestar. Retomando Freire (2006), a participação dos agentes transformadores não se resume a fins de semana de ações cidadãs para recuperação da estrutura física da escola, que na teoria, é dever do Estado providenciar.

A democracia na gestão escolar, para Freire:

[...] não aparece por acaso nem tampouco pelo gosto de umas poucas pessoas que a regalam ou a impõe as maiorias. Na verdade, a democracia é uma criação social, é uma construção política paciente e persistentemente trabalhada (FREIRE, 2006, p. 201).

Na educação, a consolidação destes processos é complexa e ocorre de forma gradativa. Luck (2000) destaca que estes adquirem maiores graus ao longo dos anos, exigindo maior elaboração na organização do trabalho e participação de toda a comunidade escolar. Necessário se faz este esforço, pois além de ser uma função inerente da gestão escolar democrática-participativa, o aluno necessita entender a vida, conhecer a si e a sociedade, além de simplesmente apreender conteúdos obrigatórios.

Assim como percepções de democracia e autoridade, no ambiente escolar existem outros conceitos com sentidos velados de aspectos implícitos no processo de aprendizagem cognitivo estudantil, e que, muitas vezes, não são tratados no currículo escolar. Aqui, destaca-se o papel da autonomia que o estudante pode exercer sem o suporte de outrem. Ou seja, no âmbito escolar, deve-se trabalhar o empoderamento do aluno por meio da educação com a mediação do docente. Para Luck (2000):

Autonomia é a característica de um processo de gestão participativa que se expressa, quando se assume com competência a responsabilidade social de promover a formação de jovens adequada às demandas de uma sociedade democrática em desenvolvimento, mediante aprendizagens significativas (LUCK, 2000, p. 21).

No entanto, assim como a democracia não é estabelecida por decretos, mas pelo anseio intrínseco de participação em uma sociedade de livre arbítrio, a autonomia também não pode ser imposta por lei – embora existam mecanismos legais que facilitem sua implantação. No ambiente escolar, para atingir tal êxito e efeito, urge-se articulação e envolvimento da equipe gestora, professores, funcionários, pais e alunos.

Foucault (1979) em sua definição de poder explica que este emana de uma fonte maior para outra de menor frequência. Sendo assim, o poder concederia autonomia a alguns, contudo, obediência a outros. Logo, em comparação ao ambiente escolar, a autonomia do professor estaria diretamente relacionada com seus saberes educacionais, enquanto o aluno, a obediência.

Porém, rompendo com princípios da escola tradicional, em que o professor é autoridade máxima, severa e inquestionável, Freire (2006) prega a autonomia, a compreensão tomando como alicerce o respeito ao aluno. Tal respeito não é um favor, mas um imperativo ético, um princípio pedagógico em que o aprendiz não é mero receptáculo de informações.

Autonomia é uma das categorias centrais em vários trabalhos de Freire e, principalmente, na obra *Pedagogia da Autonomia* (2006), onde escreve e reflete sobre esse conceito pedagógico explicitando-o como um método eficaz e sinônimo de humanização.

Na construção de alunos autônomos, espera-se o pleno desenvolvimento dos estudantes com o fomento da curiosidade, estímulo à criticidade e conscientização de obstáculos que o oprimem aceitando a "inconclusão do ser que se sabe inconcluso" (FREIRE, 1981, p. 45).

[...] ninguém sabe tudo, assim como ninguém ignora tudo. O saber começa com a consciência do saber pouco (enquanto alguém atua). É sabendo que sabe pouco que uma pessoa se prepara para saber mais [...] O homem, como um ser histórico, inserido num permanente movimento de procura, faz e refaz constantemente o seu saber. E é por isso que todo saber novo se gera num saber que passou a ser velho, o qual, anteriormente, gerando-se num outro saber que também se tornara velho, se havia instalado como saber novo. Há, portanto, uma sucessão constante do saber, de tal forma que todo novo saber, ao instalar-se, aponta para o que virá substituí-lo (FREIRE, 1981, p. 47).

O pedagogo enfatiza, ainda, que a escola não deve apenas apresentar informações obrigatórias do currículo, mas deve, sobretudo, priorizar e “favorecer a independência, a autonomia e a criatividade dos alunos”. Deste modo, outro conceito necessário deve ser aplicado: a autorregulação.

Para Rosário et al (2007) a autorregulação, nos processos da aprendizagem, envolvem trabalho autônomo, análise de cenário, identificação de recursos e autoconfiança, onde alunos autorreguladores verificam qual a tarefa a ser realizada e ponderam os seus recursos para fazê-las procurando apoio, quando necessário, de modo a poderem alcançar seus objetivos.

O que fica claro pela teoria do autor é que esta ação pode ser ajustada de acordo com as necessidades do discente. Entretanto, o valor docente é fundamental na construção de uma consciência positiva do aluno. Estes educadores são desafiados a trabalharem no processo, metodologia e concepções de currículo que norteiam a ação pedagógica intrínseca a suas ações.

O filósofo Kant (1999) defende a importância da educação no desenvolvimento pessoal dos alunos, no almejo de estabelecer e alcançar metas mediante foco, problematizando ainda, como a liberdade e submissão correlacionam a este processo pedagógico.

É preciso habituar o educando a suportar que a sua liberdade seja submetida ao constrangimento de outrem e que, ao mesmo tempo, dirija corretamente a sua liberdade. Sem essa condição, não haverá nele senão algo mecânico; e o homem, terminada a sua educação, não saberá usar sua liberdade. É necessário que ele sinta logo a inevitável resistência da sociedade, para que aprenda a conhecer o quanto é difícil bastar-se a si mesmo, tolerar as privações a adquirir o que é necessário para tornar-se independente (KANT, 1996. p. 34).

Neste sentido, a escola e o docente têm um papel fundamental de orientar seus estudantes para a vida, além dos ensinamentos curriculares obrigatórios. Kant (1996) acredita que a educação é para a vida, sendo necessário pensar sempre no futuro, norteado pela ideia de moral - que na filosofia seria o fim último da espécie humana.

A autonomia para Freire (2006, p. 120) é um processo de sentido político pedagógico de amadurecimento - um vir a ser - "Ninguém é autônomo primeiro para depois decidir, a autonomia vai se construindo na experiência de várias decisões a serem tomadas". Na área da educação esta relação ocorre principalmente entre aluno e professor. Seu sentido político acontece quando o indivíduo ou povo passa por um processo de emancipação das heteronomias que restringem sua liberdade.

Esta autonomia trabalhada com os alunos possibilita uma transformação em contraposição à educação bancária - alunos como meros receptáculos de conteúdo. Trabalhar o diálogo é primordial, entender o discurso alheio fomenta a humanização e a criticidade do

indivíduo. "No fundo, o essencial nas relações entre educador e educando, entre autoridade e liberdades, entre pais, mães e filhos e filhas é a reinvenção do ser humano no aprendizado de sua autonomia" (FREIRE, 2006, p. 94).

Deste modo, a autonomia desenvolvida na escola é capaz de incentivar cidadãos capacitados, críticos e líderes de suas crenças e ideais. Naturalmente, um ambiente democrático participativo é mais propício e auxilia no desenvolvimento dessas capacidades. Neste sentido, a escola deve trabalhar a coliderança e gestão compartilhada, possibilitando o diálogo e iniciativas democráticas aliadas a diversos agentes constituintes do seio escolar.

### 3 O ENSINO TÉCNICO: ORIGEM E A CRIAÇÃO DAS ETECS

#### 3.1 O ensino técnico no Brasil e sua evolução ao longo do tempo

O Brasil desde os primórdios é caracterizado por uma classe trabalhadora marcada inicialmente pela servidão desempenhada pelos índios e escravos, e posteriormente pelos menos desfavorecidos a aprender uma profissão, sendo esta forma de ensino representada por trabalhos manuais e pesados (FONSECA, 1961 *apud* RODRIGUES, 2002).

Desde então, a sociedade acostumou-se a ver a aprendizagem técnica fadada às pessoas de baixa renda e às classes sociais inferiores (FONSECA, 1961 *apud* RODRIGUES, 2002).

No Brasil colônia, a educação era dedicada aos índios pelos Jesuítas como forma de pregação da fé católica e aos ensinamentos de costumes europeus. Segundo Piletti e Piletti (1987), os jesuítas também educavam tanto os filhos de senhores de engenho quanto os dos colonos e escravos. Com a expulsão dos jesuítas pelo governo de Marques de Pombal, a educação passou de aprendizagem da fé para atender os objetivos da Coroa, ou seja, aprender um ofício para desempenhar funções que corroborassem aos serviços do Império, surgiram neste período as profissões ligadas à fundição do ouro, realizadas nas Casas de Fundição, da época do ouro no Brasil.

Na fase do Império, pouco se fez como melhoria do ensino técnico e profissional, pois apesar de serem criados diversos cursos, a intenção era formar a elite dirigente do país. Piletti e Piletti (1987), afirmam que quase nada se fez em relação ao ensino técnico, ao contrário, este segmento educacional foi marginalizado, dando prioridade ao ensino superior e secundário, privilegiando a educação da elite, enquanto que a educação profissional não era formalizada, ofertada aos pobres em um sistema assistencialista.

No período seguinte – II Império (1840), ocorreram várias mudanças e transformações no Brasil e no mundo. No Brasil ocorreu o fim da escravatura, fim do Império e Proclamação da República, [...] “o país acelera seu desenvolvimento econômico com a expansão cafeeira, com as estradas de ferro, com a navegação a vapor, com os bancos e com os milhares de imigrantes substituindo os escravos” (TEIXEIRA e DANTAS, 1979, p. 265). No mundo acontecia a Revolução Industrial, surgindo a sociedade capitalista, refletindo mudanças nas áreas econômicas, políticas, sociais e culturais, em consequência interferindo em todo sistema educativo (ALMEIDA e SUHR, 2012).

O que antes era produzido em pequena escala e de forma artesanal, aprendido por

meio de observações e repetições, com o advento da Revolução Industrial surgem grandes quantidades de máquinas com capacidade de produção em grande escala e em pouco espaço de tempo. Neste processo, com as novas mercadorias e aumento no consumismo, sente-se a necessidade de mão de obra específica, com conhecimento técnico para exercer a profissão e atender a demanda de consumo (OLIVEIRA, 2010).

No Brasil da Primeira República o cenário social sofria grandes transformações, pois a aprendizagem industrial se fez necessária, assim surgem os liceus de ofícios para suprir as demandas. Foi neste contexto que o Governo de Nilo Peçanha assume a educação profissional, com o decreto 7.566, de 23 setembro de 1909, criando a Educação profissional e tecnológica.

Com o falecimento de Afonso Pena, em julho de 1909, Nilo Peçanha assume a Presidência do Brasil e assina, em 23 de setembro de 1909, o Decreto nº 7.566, criando, inicialmente em diferentes unidades federativas, sob a jurisdição do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, dezoito “Escolas de Aprendizes Artífices”, destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito (BRASIL, 2009, p. 2).

Estas escolas objetivavam preparar o indivíduo para o trabalho, assim, o governo atendia uma população carente, aplicando uma política pública de caráter moral: educar pelo trabalho, suprimindo assim a necessidade de mão de obra para os novos processos de produção. Embora sofrendo dificuldades, com falta de professores qualificados elas foram se expandindo, ofertando novos cursos e se estabilizando, constituindo assim o sistema das escolas técnicas do Brasil (VIEIRA e SOUZA JÚNIOR, 2016).

No final da década de 20 e início de 1930, já no Governo de Getúlio Vargas, com criação de um novo Ministério, começaram a surgir as escolas profissionais, voltadas à classe de trabalhadores e com baixa escolaridade, para atender as necessidades de mão de obra, seu perfil era totalmente diferente do anterior, que atendia crianças carentes, mas estes eram escolhidos por testes vocacionais, onde os métodos de ensino eram voltados para a formação de mão de obra padronizada e homogênea, atendendo aos objetivos das indústrias de manufaturas e ao regime fabril (MACHADO, 2011).

O ensino profissional foi intensificado no Brasil a partir da década de 1940, onde uma vasta quantidade de cursos em áreas específicas foi instalada nas capitais brasileiras. A Escola Técnica no Brasil foi criada a partir das necessidades da Reforma Capanema, onde a necessidade de mão de obra voltada para o campo da mecânica se fazia necessário. Em 1942, as Escolas de Aprendizes que antes configurava como assistencialista, passam a ser

denominadas escolas industriais e técnicas, (EITs), o ensino então passa por reformas realizadas pelo Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública ainda sob o governo de Vargas. Assim, a educação profissional passa a ser finalmente estruturada com decretos que organizam o ensino técnico nas áreas da economia brasileira, alcançando os setores industriais, comerciais e agrícolas (MENDONÇA, 2014).

A principal finalidade da Reforma Capanema era preparar os jovens para o mercado de trabalho, devido à industrialização do país, mas não alcançou êxito, pois o ensino profissionalizante não chamava atenção da classe média que preferia cursar o ensino superior. Devido à falta de mão de obra é que surgiram por Decreto as escolas profissionalizantes Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), onde os alunos recebiam um salário para se preparar e estagiar nas empresas, esta iniciativa serviu de incentivo aos menos desfavorecidos (ALMEIDA e SUHR, 2012).

Percebe-se com isso que os dirigentes do país se preocupavam em abastecer a mão de obra do sistema capitalista, uma vez que os conteúdos não ofereciam conhecimento de disciplinas de base para entrada nas universidades, e o mais importante, não se preocupavam com a formação plena do cidadão, ou seja, cidadão crítico, autônomo e participativo.

Vale mencionar que o Governo Vargas apresentava caráter elitista e autoritário, com poder centralizado e em 1959, as EITs foram transformadas em Escolas Técnicas Federais (ETFs) com autonomia pedagógica e administrativa. Em 1961, o ensino técnico ganhou um novo status, com a fixação das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, equiparando o ensino profissional ao ensino acadêmico (BRASIL, 2011).

Com o golpe militar de 1964, o poder político passa às mãos dos defensores do desenvolvimento por via da internacionalização do país, onde há abertura do comércio à multinacionais. Com a reforma da educação pela Lei n. 5.692, de 1971 – o ensino tornou-se profissionalizante, obrigatório e compulsório – o governo mais uma vez interviu no sentido de continuar a formação técnica para servir de mão de obra às indústrias internacionais que aqui aportaram suas filiais (ALMEIDA e SUHR, 2012).

Os militares, novos dirigentes do país, lançaram campanhas com frases em propagandas, lançando slogans, visando a contribuição da educação para que a produção brasileira aumentasse. Por trás destas campanhas, onde se propagava que o Brasil era um país próspero, ocorriam a censura e a dificuldade em implantar o novo sistema, pois havia falta de professores qualificados e as escolas estavam em condições precárias e sem equipamentos necessários para o desenvolvimento dos cursos técnicos.

[...] a ditadura militar tentou estabelecer o domínio utilizando-se da força, como também através do controle político e ideológico exercido pelo Estado, viabilizando reformas educacionais veiculadas sob a égide de discursos favorável a erradicação do analfabetismo, a valorização e a expansão da educação escolar, quando na prática se vivenciava forte repressão política e ingerência de recursos públicos destinados à educação, transformando assim a política educacional numa estratégia de hegemonia e num veículo para obtenção de consenso para legitimar suas ações (SILVA e ROCHA, 2015, p. 9).

A reforma do ensino nas décadas obscuras de 70 e 80, em nível técnico acarretou uma série de problemas, uma vez que as escolas tinham dificuldade de adaptação ao novo currículo e aos conteúdos, além ainda da precariedade de recursos físicos e humanos, e o mais sério, a formação do aluno ficou comprometida, pois lhe foi tirado o direito de aquisição do conhecimento no todo.

Em meados da década de 80 e anos 90, com o fim da ditadura militar e a redemocratização do país, a educação passa a ser colocada em pauta nos âmbitos políticos, sendo considerada de suma importância, assim, a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) surge repaginada – Lei n.º 9.394/1996, que institui as bases para a reforma do ensino em geral e do ensino profissionalizante no Brasil. Art. 39. “A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva” (BRASIL, 1996).

A partir daí vários foram os avanços para tornar a educação profissional mais justa, sem o caráter assistencialista que até então era conhecida. Com a Lei n.º 11.741/2008,

[...] a expressão Educação Profissional, que constava do artigo 39 da LDBEN, passou para Educação Profissional e Tecnológica. Essa alteração teve por objetivo redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura (VIEIRA e SOUZA JÚNIOR, 2016, p. 159).

Atualmente, depois de uma série de decretos, propostas, leis, portarias, resoluções, o setor educacional ainda busca um ensino com qualidade e para todos, mas é necessário que estas novas leis e propostas sejam desenvolvidas sem segundos interesses, com a verdadeira intenção de garantir educação de qualidade. Quanto à educação técnica profissional, que ela seja relacionada aos direitos do cidadão, democrática e justa, com escolas adequadamente

estruturadas e professores qualificados, objetivando formar o aluno não só apto para desenvolver sua função nas fábricas, indústrias ou empresas, mas também para formar o homem, o cidadão em toda a sua plenitude.

### **3.2 O ensino técnico agrícola**

O Brasil foi marcado historicamente por um país com a colonização de exploração, ou seja, aqui se obtinha matéria-prima para enviar aos países europeus, sem nenhum critério e observância de direitos. Quem realizava o trabalho bruto eram os escravos, obrigados a cumprir tarefas sem nenhum pagamento. Deste cenário foi conceituado o trabalho técnico profissional, sendo uma função que não era necessária uma formação acadêmica, apenas a mão de obra para desenvolver serviços manuais e pesados.

Neste sentido, a sociedade da época não se importava com a qualificação dos serviços e sim com o rendimento lucrativo, sendo os trabalhadores marginalizados por tal trabalho, assim

[...] o descaso ou repúdio no tocante à educação profissional da área de agropecuária devia-se ao fato de ser o trabalho manual/rural caracterizado como coisa vil/trabalho abjeto e trabalho de escravo no bojo de economia agrária de relações escravistas de produção. Assim, o ensino agrícola não conseguiria se desenvolver proficuamente numa sociedade escravocrata (SILVA, 2015, p. 78).

A característica principal que se formou naquele momento é que o ensino técnico agrícola, ou a educação técnica profissional é destinada aos menos favorecidos, e aos escravos, criando-se a partir disso um preconceito racial. Outro fator histórico importante relacionado ao preconceito é a criação de escolas técnicas, denominadas Corporações de Ofícios, onde eram conduzidos homens para aprendizagem das profissões, não permitindo a entrada de escravos, apenas homens livres (MENDONÇA, 2014).

E com essa concepção a educação profissional e principalmente o ensino agrícola é visto como educação para o trabalho, acompanhando este estigma nas várias etapas históricas prevalecendo até os dias atuais.

Com a abolição da escravatura, a maioria da população, constituída por ex-escravos, ficou à mercê do destino, sem saber para onde ir e sem saber o que fazer com sua liberdade, começa então a migrar para a cidade. Este movimento fez com que as autoridades da Primeira República, representada pelo Ministério da Agricultura, desenvolvesse uma [...] “política para

o ‘ensino agrícola’ voltada para a qualificação de mão de obra para o campo, mediante os mais variados mecanismos, todos eles marcados pelo centralismo político adotado pelo Estado no que diz respeito à construção do mercado de trabalho no país”(ARAÚJO, 2013, p. 4).

A migração dos libertos para a cidade houve a necessidade de criação de escolas agrícolas, com a intenção de segurar o homem no campo, assegurando não só mão de obra e prejuízos, mas também uma forma de conter a desordem dos desocupados na cidade grande. Mas esta iniciativa não obteve sucesso. Neste período ocorre a imigração de europeus no país, substituindo o trabalho escravo (ARAÚJO, 2013).

No início do século XX a economia brasileira alcança prosperidade, com produtos agrícolas, como o café, mas também um pequeno desenvolvimento de produtos industriais. Surge a necessidade de preparação de mão de obra, ocorrendo a criação de escolas com caráter profissionalizante, de ensino técnico. Nasce então o Liceu de Artes e Ofícios em São Paulo, objetivando uma educação voltada para as artes, à indústria, ao comércio e à agricultura (SOBRAL, 2015).

Ocorre também neste período, a primeira regulamentação de estruturação do ensino agrícola no Brasil com o Decreto nº 8.319, de novembro de 1910. Embora esteja voltado ainda para os menos favorecidos, com uma educação diferenciada, currículos e programas relacionados a cultura rural (SOBRAL, 2015).

Durante décadas vários fatores históricos, econômicos, políticos e sociais influenciaram para a ampliação e consolidação do ensino agrícola, mesmo prevalecendo como escola para os pobres, como já foi mencionado anteriormente (SOBRAL, 2015).

Na segunda República, especificamente no Governo de Getúlio Vargas, surgem leis orgânicas que vão impulsionar a criação de escolas técnicas agrícolas por todo país. O Decreto Lei 9.613 de 20 de agosto de 1946 permanece em vigor até 1970 (PIPITONE, 2019).

Vele mencionar que em 1967 com a reforma administrativa dos ministérios o MEC – Ministério da Educação e Cultura, assume o ensino agrícola implantando a metodologia do sistema “Escola Fazenda”, conciliando a educação, trabalho e produção (SOBRAL, 2015).

A educação agrícola passa por várias mudanças, pelo fato de ocorrer neste período instabilidade administrativa no governo. Surge então em 1971, a Lei 5.692, reformando o ensino de 1º e 2º graus, tendo como objetivo principal a obrigatoriedade da qualificação para o trabalho (PIPITONE, 2019).

Em 1973, é criada a Coordenadoria Nacional do Ensino Agrícola (COAGRI), possibilitando inovações no ensino agrícola, mantendo 33 escolas agrícolas federais com uma

metodologia adequada. Em 1979 as escolas agrícolas passam a denominar-se escolas agrotécnicas federais com extensão do nome do município onde se encontram. Em 1986 a COAGRI extingue-se e o ensino agrícola subordina-se a SESG (Secretaria de Ensino de 2º grau). Nos anos 80 ocorrem mudanças no cenário brasileiro e a era da globalização da economia é marcada com novas tecnologias e novos métodos de gestão, mencionando ainda que o Brasil enfrenta uma crise na inflação. Neste período vários debates são realizados para a reestruturação do ensino médio e profissional para compor as reformas e bases da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a Lei 9.394 de 1996 (SOBRAL, 2015).

Com a implantação da LDB 9.394/96 e o Decreto Federal nº 2.208/97, o ensino profissionalizante é revisto. O Decreto nº 5.154/04 dá um novo conceito à formação profissional, e a qualidade social passa a fazer parte dos projetos de curso. Novas escolas são construídas e profissionais da rede federal com professores, diretores e membros das escolas técnicas, por intermédio de reuniões e discussões propõem a Formação Politécnica, que integra os conhecimentos do Ensino Médio e o ensino técnico, dando um novo conceito para o ensino agrícola (SOBRAL, 2015).

Assim, a Lei 9394/96, surge com alguns avanços no que concerne a educação de forma integral, mas ainda voltada para tão somente à formação para o trabalho. O Estado, por meio de leis e decretos, mas com a participação da sociedade terá que definir para o ensino agrícola uma formação humana integral visando prepará-lo para o mundo contemporâneo, com prioridade para uma formação voltada para a autonomia e emancipação, dando o direito ao sujeito de adquirir conhecimentos não apenas manual, que é a força de trabalho, mas também o conhecimento intelectual, dando-lhe possibilidade de participar e agir na sociedade.

### **3.3 A implantação do curso técnico no Estado de São Paulo**

A implantação do Curso Técnico no Estado de São Paulo surgiu a partir da instalação da Escola de Aprendizes e Artífices, no ano de 1910. O Curso Técnico de Construção de Máquinas e Motores foi o pioneiro, atendendo assim a alta demanda de trabalho e pessoas qualificadas para a realização das atividades. O Decreto 7.566, registrado em 23 de setembro de 1909 garantia essas oportunidades de aprendizagem para que os trabalhadores fossem qualificados em áreas específicas e pudessem atender assim às necessidades das empresas. Os cursos eram ministrados de forma gratuita. O aperfeiçoamento desses cursos e sua ministração gratuita ocorreram entre os anos de 1910 a 1941 (CUNHA, 2000).

O Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio era o responsável por essas escolas.

Com isso, os cursos eram destinados a pessoas carentes, tendo por objetivo a formação profissional adequada para o seu desenvolvimento pessoal e profissional, de maneira a permitir sua inserção no mercado de trabalho. Cunha (2000) ressalta que o funcionamento dessas escolas colocou em prática a chamada Rede Federal de Educação Profissional, sendo a primeira modalidade de ensino no formato de educação voltada para uma abrangência nacional.

Os cursos eram ministrados de maneira que os alunos cursavam as matérias consideradas como básicas para o processo de aprendizagem, mas também tinham um momento de aprendizagem prática. O ideal da criação e implantação desses cursos era a formação de profissionais para atuação em profissões até então com um intenso volume de trabalho, como é o caso de contramestres, operários de indústrias e áreas de construção civil. O processo de ensino era voltado para jovens que desejasse aprender um novo ofício, que pudesse lhe garantir a entrada no mercado de trabalho de maneira mais rápida, de acordo com a demanda das empresas (CUNHA, 2000, p. 92).

Ao assumir a Presidência da República em 1930, Getúlio Vargas representou a Aliança Liberal ocorrida com a Revolução de 1930. A criação do Ministério da Educação e Saúde foi um marco em sua trajetória política, onde, por meio do Decreto nº 19.402 de 14 de novembro de 1930. Com isso, ações voltadas para o ensino à população em geral, especialmente para aqueles que pudessem aprender um novo ofício e colocá-lo em prática de forma mais imediata foram intensificadas em seu governo. A Escola Nova foi um momento de defesa da escola pública de qualidade e gratuita, de maneira a promover oportunidades para todos.

A partir de então, a industrialização no Brasil ganhou novos rumos, trazendo repercussões voltadas para a educação brasileira. Segundo Dominschek (2008):

Foi a industrialização que obrigou o próprio estado a assumir a responsabilidade de erradicar o analfabetismo, pois as tarefas demandavam ao menos um mínimo de qualificação para o maior número possível de trabalhadores. O próprio mercado de trabalho assim o exigia. O crescimento da demanda social faz pressão sobre o processo educativo existente e, no Brasil é a revolução de 1930 que determina a formulação dessa nova demanda e modifica o papel do próprio estado neste processo. A revolução de 1930 cria condições para a modificação dessa situação e abre a possibilidade de se expandir o ensino, para incluir uma parcela maior da população especificamente nas regiões mais industrializadas (GILES, 1987, p. 221 *apud* DOMINSCHKEK, 2008, p. 24).

Esse processo de industrialização trouxe a necessidade de trabalhadores no campo da

indústria que soubessem manusear máquinas específicas e praticarem atividades industriais que exigiam um conhecimento apurado a respeito. A Constituição de 1937 trouxe um embasamento na necessidade das indústrias no preparo e aplicação de conhecimento técnico, reforçando assim ainda mais a ideia da importância do ensino técnico no Brasil. O Artigo 129 da referida Constituição traz o ensino pré-vocacional profissional como sendo voltado para as classes mais pobres, sendo esse um dever que o Estado deveria colocar em prática.

Com todos esses acontecimentos e registros por parte do Governo Federal, a Escola de Aprendizes e Artífices de São Paulo passou a ser uma importante contribuinte no processo de formação técnica de novos profissionais. Esse processo fez com que a economia do estado fosse intensificada, contribuindo ainda com o processo de crescimento das indústrias (CUNHA, 2000, p. 34).

A educação para o trabalho passou a ser defendida e muito bem aceita por jovens e adultos interessados em aprender um novo ofício que pudesse gerar a rápida entrada no mercado de trabalho. As escolas de nível técnico promoviam vestibulares e testes específicos capazes de apontar a aptidão para a realização das atividades propostas no curso. Com isso, as oportunidades foram sendo oferecidas, de maneira que a pobreza não era mais um empecilho para a aprendizagem de uma profissão, cabendo apenas ao interessado a aprovação para o início das aulas (CUNHA, 2000).

O Curso Técnico de Construções de Máquinas e Motores promoveu a formação de muitas turmas na cidade de São Paulo, contribuindo assim com o crescimento industrial desse setor. Esse desenvolvimento aconteceu não só na área de produção de bens manufaturados, mas também na área de produção de recursos voltados para a indústria e seus equipamentos específicos, fazendo assim com que a década de 1930 a 1940 passasse por um importante processo de crescimento.

É importante ressaltar ainda, conforme orienta Cunha (2000) que esse processo de crescimento e a disponibilização de vagas voltadas para atender as demandas das indústrias aconteceu não só no ponto de vista da necessidade de mão de obra braçal ou de profissionais para a atuação apenas no ponto de vista prático.

Com essa demanda surgia também a necessidade de profissionais para a atuação no campo administrativo como: cargos de chefia, coordenadores de equipe, profissionais na área de gestão de projetos, dentre muitos outros profissionais. Com isso, a valorização de áreas técnicas ganhava ainda mais força, pois trazia consigo a abertura de espaço para as demais áreas do processo trabalhista e a disponibilização de novas vagas de trabalho.

Esse processo de necessidade de vagas específicas no mercado de trabalho fez com

que, no ano de 1942, por meio da Lei Orgânica do Ensino Industrial muitas mudanças fossem feitas, a fim de promover ainda mais essa modalidade de ensino. Com isso, o ensino técnico passou a ser ofertado em nível secundário, tendo os alunos de passar por exames de admissão na busca por uma vaga nos cursos oferecidos.

A didática de ensino dos cursos passou a ser feita em dois níveis, sendo o primeiro deles correspondente às bases do ensino industrial, artesanal e de aprendizagem sobre mestría. O segundo nível é voltado para a área técnica escolhida e suas nuances, trabalhando assim o seu desenvolvimento prático. O curso tinha duração de três anos e mais um de estágio para a prática nas indústrias sobre os conhecimentos adquiridos.

Com o passar dos anos, a Escola de Aprendizes e Artífices de São Paulo ganhou novos rumos e foi sendo aperfeiçoada, deixando de ser uma instituição de ensino de ofícios artesanais, como em tempos de outrora, para se dedicar no preparo de novos profissionais que pudessem atender às demandas das indústrias. Passou ainda de uma escola primária, voltada para o ensino não muito abrangente para classes mais pobres para uma instituição voltada para o ensino secundário e o preparo de pessoas selecionadas a partir dos segmentos mais pobres para que assim pudessem aprender um novo ofício que lhes garantissem uma sobrevivência mais digna e com a abertura de novas possibilidades de crescimento.

A modalidade do ensino técnico visava promover a formação de pessoas com um alto nível de aptidão para os cursos escolhidos, promovendo assim o que Fonseca (2006) denominou de “elite para a indústria” oferecendo bons profissionais para as empresas. Com isso, o chamado técnico industrial passou a ser uma peça importante nas indústrias.

A formação técnica tornou possível ainda a aproximação do profissional de nível superior, que muitas vezes necessita de ações técnicas eficazes no processo industrial, criando um elo entre engenheiros e técnicos diversos bem como outras áreas onde o ensino técnico complementa as ações de um profissional de ensino superior (VIANNA, 1970, p. 25).

Sobre isso, Vianna (1970) afirma que:

O técnico industrial de nível médio é o profissional que presta assistência aos profissionais de nível superior, devidamente habilitado, no estudo e desenvolvimento dos projetos das suas especialidades, incumbindo-se particularmente de: cálculos, desenhos e especificações auxiliares; estudo da utilização adequada de equipamento, instalações e materiais; estudo de técnicas e normas relativas a processos de trabalho; organização de canteiros ou ambientes de trabalho; explicação ou interpretação de partes ou detalhes do projeto aos encarregados; condução da execução dos trabalhos de sua especialidade; supervisão e controle dos trabalhos em execução; supervisão ou execução de trabalhos em laboratórios industriais ou em seções de controle de qualidade; orientação e coordenação dos serviços de operação

dos equipamentos fabris, da sua instalação e manutenção preventiva ou corretiva; assistência técnica à compra, venda e utilização de produtos ou equipamentos especializados; responsabilidade, a juízo dos conselhos profissionais competentes, por projetos da sua especialidade e respectiva execução, desde que compatíveis com o nível da sua formação profissional (VIANNA, 1970, p. 1).

Com isso, o processo de aprendizagem abriu ainda a possibilidade de o profissional técnico ampliar seus conhecimentos por meio da realização do curso superior. Esse processo fez com que a procura por cursos de especialização acontecesse de maneira que os profissionais poderiam ser preparados ainda mais para o mercado de trabalho, já que adquiriam formação plena e preparada para as atividades realizadas nas indústrias.

Atualmente essa modalidade de ensino tem aberto uma nova possibilidade entre os campos do ensino técnico e superior: os cursos de tecnologia. Muitos profissionais que fizeram um curso técnico estão ampliando seus conhecimentos por meio de cursos que os tornam tecnólogos, colocando o profissional a um patamar acima do nível técnico e de maneira a prepará-lo ainda mais para as exigências do mercado. O estado de São Paulo, bem como em praticamente todos os estados brasileiros, tem recebido uma importante demanda de profissionais técnicos que optam pela realização da ampliação de conhecimentos por meio dessa outra possibilidade de modalidade de ensino. Esse processo permitiu o crescimento industrial do estado de São Paulo ao longo dos anos, fazendo assim com que a economia fosse movimentada e desenvolvida (PADUA e MONTE MÓR, 2004, p. 8-9). Trata-se ainda de preparar e colocar novos profissionais no mercado, dotados de aptidão e conhecimento técnico específico nas diversas áreas de atuação proporcionadas.

A disponibilidade cada vez maior de cursos técnicos na área da educação ainda movimentava o mundo do trabalho, especialmente em tempos de crise financeira, permitindo assim que os profissionais adquiram novas experiências e conhecimentos que poderão ser aplicados no mercado de maneira mais rápida e eficaz.

### **3.4 Criação do Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza"**

O Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" (CEETEPS), nasceu no ano de 1969, historicamente, o Brasil vivia sob uma política militarista, e o país vivia sob regime militar e a educação passava por muitas reformas. Tinha a missão de implementar o

ensino técnico e tecnológico no Estado de São Paulo, seu objetivo principal era a formação de recursos humanos qualificados profissionalmente (MOTOYAMA, 1995).

No início surge como uma autarquia com vínculo administrativo à Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e financeiro à da Fazenda, tendo por finalidade a articulação, a realização e o desenvolvimento da educação tecnológica nos graus de ensino médio e superior, devendo para isso:

- I – Incentivar ou ministrar cursos de especialidades correspondentes às necessidades e características dos mercados de trabalho nacional e regional, promovendo experiências e novas modalidades educacionais, pedagógicas e didáticas, bem assim o seu entrosamento com o trabalho;
- II – Formar pessoal docente destinado ao ensino técnico, em seus vários ramos e graus, em cooperação com as universidades e institutos isolados de ensino superior que mantenham cursos correspondentes de graduação de professores;
- III – desenvolver outras atividades que possam contribuir para a consecução de seus objetivos (MOTOYAMA, 1995, p. 200).

Em 1976 o CEETEPS vinculou-se à UNESP e mais tarde, em 1981, integrou-se ao Centro seis escolas estaduais. Em 1994, depois de muito estudo e reuniões com dirigentes, professores e profissionais da área, todas as escolas técnicas do estado, antigas escolas profissionais, passaram para o Centro. As FATECs estão em franca expansão, no vácuo deixado pelas universidades estaduais, já que estas são de difícil acesso à camada social de menor poder aquisitivo. De modo semelhante às ETECs, não mais se restringem à área educacional relacionada com a engenharia, abrindo novos cursos e reciclando outros, direcionados aos setores produtivos e de serviços em geral. Atualmente, as escolas técnicas do estado perderam muito das antigas características do ensino profissional. Reduziu-se a parte prática em oficinas, tornando-se a parte teórica semelhante ao do colégio tradicional. Tal fato, somado à queda de qualidade do ensino médio administrado pela Secretaria da Educação, transformou as ETECs em trampolins para a universidade (TAIRA, 2007).

Hoje o Centro Paula Souza (CPS) está representado em 321 municípios, a instituição administra 223 Escolas Técnicas (ETECS) e 73 Faculdades de Tecnologia (FATECS) estaduais, com mais de 297 mil alunos em cursos técnicos de nível médio e superiores tecnológicos.

Nas ETECS o número de matriculados ultrapassa 213 mil estudantes nos Ensinos Técnico, Médio e Técnico Integrado ao Médio, incluindo habilitações nas modalidades presencial, semipresencial, online, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e especialização técnica. As ETECS oferecem 151 cursos, voltados a todos os setores produtivos públicos e

privados (CENTRO PAULA SOUZA, 2019).

Já as FATECS atendem mais de 84 mil alunos matriculados em 77 cursos de graduação tecnológica, em diversas áreas, como Construção Civil, Mecânica, Informática, Tecnologia da Informação, Turismo, entre outras. Além da graduação, o CPS oferece cursos de pós-graduação, atualização tecnológica e extensão (CENTRO PAULA SOUZA, 2019).

### **3.5 A Etec Orlando Quagliato**

A Escola Técnica Estadual “Orlando Quagliato” (Etec), por se tratar do local da investigação desta pesquisa e com a devida autorização da direção, foi descrita por meio de informações obtidas do Plano Plurianual de Gestão (PPG), do Projeto Político Pedagógico (PPP), de relatórios e documentos da unidade e dos Órgãos Colegiados (APM, Grêmios, Conselho da Escola, Cooperativa-Escola), do site da unidade e também de dados coletados nas anotações de campo das observações no perímetro da escola.

Nesta descrição, pretende-se revelar o contexto histórico da escola desde sua constituição até o presente momento, no que se refere a estrutura física, pedagógica e de gestão da unidade, visando relacionar, quando possível, uma confrontação da realidade escolar com o objeto deste trabalho, principalmente no que tange a gestão democrática e participativa nesta unidade.

#### **3.5.1 Histórico da Etec Orlando Quagliato**

Localizada na cidade de Santa Cruz do Rio Pardo, a Etec Orlando Quagliato foi, juntamente com outros quatro Colégios Técnicos Agrícolas, instituída pelo Decreto nº 52.553 de 06 de novembro de 1970, recebendo o nome de Colégio Técnico Agrícola Estadual,

No entanto, suas atividades escolares iniciaram-se somente em 28 de março de 1971, pelo Decreto nº 52.689 de 08 de março de 1971, contemplando os cursos de Monitor Agrícola, Técnico em Agropecuária e de Técnico em Economia Doméstica. No início, a escola instalou-se no Colégio Ave-Maria (antigo colégio de freiras, pertencente a prefeitura), localizado no centro da cidade de Santa Cruz do Rio Pardo, contudo, as aulas práticas dos cursos de Técnico em Agropecuária e Monitor Agrícola eram realizadas na zona rural, mais precisamente na Fazenda Cachoeira, situada à Rodovia Engº João Baptista Cabral Rennó, km 309, numa área doada pela família Quagliato, usineiros da região. Portanto, em vista disso, a escola ficou conhecida como Colégio Agrícola "Orlando Quagliato", que por intermédio de convênio

assinado entre a Prefeitura e o Governo do Estado de São Paulo, publicado no Diário Oficial de 19 de março de 1971, assim adotou e divulgou seu nome (NICOLINI, 2016).

De acordo com a resolução SE nº 15/76, de 23 de janeiro de 1976, em virtude do Plano de Redistribuição da Rede Física pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, a escola passa a denominar-se Escola Estadual de Segundo Grau de Santa Cruz do Rio Pardo, subordinada, então, à Delegacia de Ensino de Santa Cruz do Rio Pardo.

Em 26 de julho de 1978, pelo Decreto nº 11.947, a escola muda sua nomenclatura para Escola Estadual de Segundo Grau (EESG) “Maria Joaquina do Espírito Santo”, ofertando apenas o curso de Técnico em Agropecuária.

A unidade ficou instalada provisoriamente no prédio do antigo Colégio Ave Maria até o ano 1979. Entretanto, em 12 de fevereiro do mesmo ano, passou a executar suas atividades definitivamente em instalações próprias na Fazenda Cachoeira.

Por meio do Decreto nº 23.544 de 10 de junho de 1985, foi criada a Divisão de Supervisão e Apoio às Escolas Técnicas Estaduais (DISAETE), com o objetivo de supervisionar e coordenar as escolas técnicas estaduais. Neste momento, escola altera novamente sua denominação para Escola Técnica Agrícola Estadual de Segundo Grau (ETAESG) “Maria Joaquina do Espírito Santo”.

Em 1991, por força do Decreto nº 34.032/91, toda a rede de escolas técnicas do Estado de São Paulo foi transferida da Secretaria da Educação para a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico. No entanto, no ano de 1994, mediante o Decreto nº 37.735 de 28 de outubro de 1993, as unidades foram transferidas novamente, agora para o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS), tendo sido alterado seu nome para Escola Técnica Agrícola Estadual (ETAE) “Maria Joaquina do Espírito Santo”.

A instituição escolar, após participar com outras cinco escolas de um projeto piloto do Centro Paula Souza (CPS), o qual demonstrou a viabilidade de implantação de cooperativas-escolas para as unidades agrícolas, foi então aprovado pelo Conselho Administrativo em 14 de setembro de 1994, pela Deliberação CEETPS – 17, a autorização para funcionamento da Cooperativa-Escola de Produção e Serviços nas ETAEs. Desta maneira, em 1995, formou-se na escola agrícola a Cooperativa-Escola dos Alunos da ETAE Maria Joaquina do Espírito Santo.

Atendendo a uma antiga reivindicação da comunidade escolar, com o intuito de resgatar as origens do nome original de fundação, a escola adota pela Lei nº. 9.679, de 14 de maio de 1997, a denominação de ETAE “Orlando Quagliato”.

Em 1999, a escola inicia o curso de Auxiliar de Enfermagem em uma sala de aula

emprestada pela prefeitura municipal na EMEF Prof<sup>o</sup> Arnaldo Moraes Ribeiro, permanecendo ali até 2001, quando transfere, em 2002, o curso para a escola municipal EMEIF “Prof.<sup>a</sup> Maria José Rios”, também no sistema de empréstimo de sala de aula, ofertando agora os cursos técnicos de Técnico em Enfermagem, Técnico em Açúcar e Álcool e Técnico em Segurança do Trabalho.

A partir de 1999, as escolas técnicas administradas pelo CPS alteram a sigla de ETAE para ETE, e no ano de 2006 de ETE para ETEC. Portanto, conseqüentemente, a escola passa a chamar-se ETEC Orlando Quagliato.

No dia 04 de agosto de 2008, a escola transfere novamente seus cursos do período noturno, os quais vinham funcionando provisoriamente, desde 2002, na escola municipal EMEIF “Prof.<sup>a</sup> Maria José Rios”, para o prédio da antiga Delegacia de Ensino de Santa Cruz do Rio Pardo “Prof. Gentil Marques Valio”, no centro da cidade, iniciando assim, o processo de cessão de posse do referido prédio pertencente à Secretaria de Educação do Estado para Centro Paula Souza. “A ocupação do prédio pela escola era uma reivindicação de longa data da comunidade, uma vez que oferece as condições mais adequadas para melhor funcionamento dos cursos” (NICOLINI, 2016).

Enfim, em 24 de fevereiro 2011, o governador do estado assinou o Decreto nº 56.785 que autoriza a transferência da antiga delegacia de Ensino para o Centro Paula Souza, finalizando a fase de ministrar cursos em salas de aula cedidas pela municipalidade, e, portanto, passando a Etec Orlando Quagliato a possuir oficialmente uma sede urbana.

No entanto, vale mencionar que a doação realizada em favor do CPS tratava-se de um prédio centenário, tombado em 2010 pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico do Estado de São Paulo (Condephaat). Além disso, toda a estrutura do prédio, desde o assoalho até ao telhado, incluindo a parte elétrica e hidráulica, apresentavam sérios problemas estruturais, os quais causavam riscos eminentes à integridade física dos estudantes, professores e funcionários.

Assim sendo, em 2016, após uma longa e exaustiva demanda da gestão da unidade na busca por recursos financeiros para reformar/restaurar as instalações no antigo prédio, porém sem êxito, o CPS decide interditá-lo ao uso público, transferindo, pois, os cursos da Etec para uma escola estadual, a E.E. Sinharinha Camarinha, localizada também no centro da cidade.

Atualmente, na zona urbana, a unidade oferece os cursos diurnos de Ensino Médio, Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio; e noturnos de Técnico em Enfermagem, Técnico em Administração, Técnico em Desenvolvimento de Sistemas, Técnico em

Alimentos, Técnico em Agroindústria, Técnico em Segurança do Trabalho, Técnico em Agronegócio. Importante lembrar que a unidade conta, novamente, com salas de aulas emprestadas, todavia, agora pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.

Na sede rural, a Etec oferece, no momento presente, o curso de Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio. O Etec também oferece o curso Técnico de Administração na Classe Descentralizada (CD) na cidade de Bernardino de Campos e o curso Técnico em Recursos Humanos na cidade de Óleo, municípios vizinhos da cidade de Santa Cruz do Rio Pardo.

Por final, em razão do objeto desta pesquisa estar centralizado na sede rural, e ainda tendo em vista a unidade não possuir um prédio próprio na cidade, não será detalhado no próximo item o atual espaço físico, acadêmico e pedagógico da sede urbana.

### **3.5.2 A Sede Rural da Etec Orlando Quagliato**

A sede rural da Etec Orlando Quagliato, conhecida por Escola Agrícola, como mencionado anteriormente, constitui-se de uma fazenda que faz parte da Etec desde o início de suas atividades, em 1971. Porém, até 1978, a propriedade era utilizada apenas nas aulas práticas, e a partir de 1979, após o término das construções das salas de aula, cozinha, refeitório, secretaria, alojamentos, enfim, de toda infraestrutura para funcionamento, a escola mudou-se definitivamente para a zona rural. No início, a propriedade possuía 83 alqueires, os quais foram doados à Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Rio Pardo. No entanto, em 1994, por uma Escritura de Permuta, o Sr. Prefeito naquela época, transmitiu por permuta 33 alqueires a uma comerciante local, e em troca, o citado comerciante cedeu a prefeitura municipal a propriedade a qual está instalado o atual parque industrial da cidade, restando para a escola 50 alqueires, doados definitivamente para o CEETEPS em 16/06/1997.

### **3.5.3 A gestão da Etec Orlando Quagliato**

As escolas técnicas são dirigidas pelo Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, o qual no Artigo 2º declara que:

As Etecs integram uma rede de escolas, caracterizada: I- pela unidade de princípios e procedimentos pedagógicos e administrativos para a implementação de políticas públicas de educação profissional definidas pelo CEETEPS; II- pelo respeito à diversidade das Etecs e ao atendimento

às demandas locais e regionais (CEETEPS, 2013, p. 1).

Vale mencionar que, de acordo com o Artigo 3º do Regimento Comum, a Etec Orlando Quagliato possui autonomia administrativa, norteado, especialmente, por princípios de gestão democrática, valorizando as relações baseadas no diálogo e consenso, tendo como prática a participação, discussão coletiva e autonomia (CEETEPS, 2013).

A participação deverá possibilitar a todos os membros da comunidade escolar o comprometimento no processo de tomada de decisões para a organização e para o funcionamento da UE e propiciar um clima de trabalho favorável a uma maior aproximação entre todos os segmentos da ETECs (CEETEPS, 2013, p. 2).

As escolas técnicas possuem, ainda, de acordo com o Artigo 4º do Regimento Comum, a finalidade de capacitar os alunos para o exercício da cidadania, desenvolvendo no educando aptidões para a vida produtiva e social, fornecendo-lhes, portanto, meios para inseri-los no mercado de trabalho (CEETEPS, 2013).

### O Plano Plurianual de Gestão

Com o propósito de nortear toda ação educacional nas escolas técnicas, cada unidade escolar deve definir suas propostas de trabalho e elaborar um Plano Plurianual de Gestão (PPG), com vigência de cinco anos, e também elaborar um Plano Escolar (PE) (anual) que será incorporado ao PPG. Desta maneira, o PPG, o PE e demais planos de trabalhos são os documentos que conduzem a gestão escolar das Etecs (CEETEPS, 2013).

O PPG, que deve ser revisto e aprimorado constantemente, apresenta para o quinquênio 2019-2023, os objetivos e metas estabelecidos a partir da concepção coletiva da escola, levando em consideração os pontos fortes e fracos, valorizando as ações e práticas que obtiveram êxito e redirecionando e corrigindo aquelas que não atingiram o resultado esperado. Além disso, a inclusão de novos projetos visando quebrar um estado confortável para arriscar-se num período de desconforto que sempre acontece quando buscamos o novo, até que se consiga alcançar o objetivo a que se propôs. Não podemos deixar de registrar a importância da participação ativa de todos os envolvidos na construção deste documento, pois é através do trabalho coletivo e articulado que esta unidade Escolar vem, ao longo desses 48 anos construindo sua história e se firmando a cada dia como uma instituição de ensino competente, formando cidadãos capazes de contribuir positivamente na construção de uma sociedade mais justa e participativa (ETEC ORLANDO QUAGLIATO – PPG, 2018).

## O Projeto Político Pedagógico

O Projeto Político Pedagógico (PPP) da Etec, integra o PPG e possui o objetivo de expressar, de maneira formal, as propostas que, em síntese, representam o pensamento e os anseios administrativos-pedagógicos da escola. O PPP expõe os valores que elencam as diversas ações escolares estabelecendo as normas e condutas relativas ao processo de ensino-aprendizagem. Destaca, além disso, os princípios pedagógicos que correspondem ao contexto no qual a escola está inserida, possui caráter intencional, devendo, pois, ser o balizador da educação oferecida pela instituição escolar (NICOLINI, 2016).

Isto posto, os valores norteadores do PPP da Etec Orlando Quagliato são: postura democrática e participativa; ética e transparência nas relações; solidariedade e tolerância; cooperação; participação social; inovação e sustentabilidade. Centrados na interdisciplinaridade, contextualização e aprendizagem do aprender, os princípios pedagógicos da Etec foram separados em duas realidades totalmente distintas, em face da unidade possuir sede rural e urbana (ETEC ORLANDO QUAGLIATO – PPG, 2018).

Na sede rural, procura-se desenvolver o estímulo ao cooperativismo e empreendedorismo associado à sustentabilidade, pois a escola oferece todas as condições para que o aluno encontre significado à aprendizagem dentro desses projetos desenvolvidos na unidade de ensino associados à demanda regional. Ainda dentro desse propósito, a escola desenvolve um trabalho voluntário junto aos setores produtivos em que os alunos participantes são orientados pelos coordenadores de curso e auxiliares de instrução podendo vivenciar mais profundamente a realidade de cada setor, além de trabalhar em equipe, trocar experiências, envolver-se na solução de problemas com criatividade e liderança. Na sede urbana, cada curso desenvolve seus projetos buscando o desenvolvimento das competências necessárias a cada área, através da aprendizagem baseada em problemas, procurando inteirar-se da realidade de demanda do mercado de trabalho para desenvolver um ensino contextualizado e significativo, onde não se encontra um saber pronto, que resolva todos os problemas, mas que os leve a buscar soluções dentro das competências que lhes são atribuídas, além da participação nos projetos que envolvem todos os cursos da escola (ETEC ORLANDO QUAGLIATO – PPP, 2018, p. 2).

Portanto, o PPP institui-se em um documento formal do ethos da escola, no qual se baseiam todos os seus atos. Refere-se de um documento de planejamento, acompanhamento e avaliação. Mostra os rumos da escola. É, também ainda, um processo inclusivo, que procura oferecer, por intermédio de uma formação profissional e cidadã, as conjunturas e oportunidades necessárias à inserção do aluno no mundo do trabalho. Trata-se de um recurso teórico metodológico que auxilia a enfrentar os desafios do cotidiano de forma consciente,

sistematizada e participativa (ETEC ORLANDO QUAGLIATO – PPP, 2018).

### A administração/gestão da Etec Orlando Quagliato

A administração/gestão da Etec é composta pela Direção, Coordenação Pedagógica, Diretoria de Serviços Administrativos, Diretoria de Serviços Acadêmicos e Serviços de Relações Institucionais. Importante informar que toda a estrutura organizacional, bem como as atribuições e competências dos responsáveis pelos serviços são delineadas por normas do Conselho Deliberativo do CEETEPS, de acordo com a dimensão, complexidade e proposta pedagógica de cada Etec.

Cabe a Direção da Etec, sendo o Diretor o núcleo executivo, administrar e gerir todas as atividades da escola. De acordo com o Artigo 17 do Regimento Comum (CEETEPS, 2013), são atribuições do Diretor de Escola Técnica:

- I - Garantir as condições para o desenvolvimento da gestão democrática do ensino, na forma prevista pela legislação e neste Regimento;
- II - Coordenar a elaboração do projeto político-pedagógico da escola;
- III - gerenciar os recursos físicos, materiais, humanos e financeiros para atender às necessidades da escola a curto, médio e longo prazos;
- IV - Promover a elaboração, o acompanhamento, a avaliação e o controle da execução do Plano Plurianual de Gestão e do Plano Escolar;
- V - Coordenar o planejamento, execução, controle e avaliação das atividades da escola;
- VI - Garantir: a - o cumprimento dos conteúdos curriculares, das cargas horárias e dos dias letivos previstos; b - os meios para a recuperação de alunos de menor rendimento e em progressão parcial;
- VII - assegurar o cumprimento da legislação, bem como dos regulamentos, diretrizes e normas emanadas da administração superior;
- VIII - expedir diplomas, certificados e outros documentos escolares, responsabilizando-se por sua autenticidade e exatidão;
- IX - Desenvolver ações, visando ao contínuo aperfeiçoamento dos cursos e programas, dos recursos físicos, materiais e humanos da escola;
- X - Administrar o patrimônio da escola, observadas as normas e diretrizes estabelecidas;
- XI - promover ações para a integração escola-família comunidade-empresa;
- XII - coordenar a elaboração de projetos, submetendo-os à aprovação dos órgãos competentes, acompanhar seu desenvolvimento e avaliar seus resultados;
- XIII - criar condições e estimular experiências para o aprimoramento do processo educacional;
- XIV - integrar as ações dos serviços prestados pela escola;
- XV - Prestar informações à comunidade escolar;
- XVI - gerir a execução de ajustes administrativos que envolvam atividades nas dependências da Etec;
- XVII - desempenhar outras atividades correlatas e afins (CEETEPS, 2013).

Tendo em vista sua natureza, o processo educativo, está ligado ao conceito de direção.

Sua estrutura e funcionamento adequado são fundamentais para atingir os propósitos de formação. Desta forma, o trabalho escolar demanda de direção. Diante deste pressuposto, vale destacar o importante papel do diretor na gestão da escola. Cabe ao diretor promover a participação, o diálogo, a discussão coletiva e a autonomia, a fim de estabelecer a prática indispensável de uma gestão democrática. No entanto, no exercício da democracia há responsabilidades. Quando uma decisão coletiva for tomada, com a participação de todos, é necessário colocá-la em prática. Portanto, a escola deve estar bem coordenada e administrada (LIBÂNEO, OLIVEIRA e TOSCHI, 2012).

Nesse sentido, para auxiliar a direção da unidade de ensino, a Coordenação Pedagógica exerce também destaque, pois é responsável pela área didática e pedagógica no processo de ensino-aprendizagem. Esta função é exercida pelo Coordenador Pedagógico com apoio dos Coordenadores de cada curso e ainda pelos Conselhos de Classe, com atribuições definidas no regimento escolar. Há, ainda, dentro da Coordenação Pedagógica, um profissional que exerce a função de Orientador Educacional, com a responsabilidade de assistir o estudante, de maneira individual ou em grupo, com o intuito de desenvolver de forma integral e harmoniosa a personalidade dos discentes, bem como orientá-los para a vida profissional (CEETEPS, 2013).

A Diretoria de Serviços Administrativa possui a responsabilidade de administrar os recursos humanos, físicos, financeiros e materiais. Além disso, cabe a essa diretoria responsabilizar-se pelas compras, almoxarifado, limpeza, segurança, patrimônio, manutenção dos equipamentos e instalações (CEETEPS, 2013).

De acordo com o Artigo 31 do Regimento Comum, é de responsabilidade da Diretoria de Serviços Acadêmicos todo o processo de escrituração, expedição e registro dos documentos escolares, fornecimento de informações e dados para o planejamento e controle dos processos e resultados do ensino-aprendizagem (CEETEPS, 2013).

Por fim, o Artigo 32 do Regimento Comum descreve a atividades do Núcleo de Gestão de Relações Institucionais, sendo as mais importantes: estabelecer contatos com os empresários e trabalhadores com o objetivo de acompanhar a evolução tecnológica e as mudanças na organização do trabalho; coletar dados para construção e atualização da organização curricular dos cursos técnicos; obter subsídios para apoiar a avaliação e, caso necessário, a reformulação dos currículos desenvolvidos na escola; estabelecer parcerias para oferta de novos cursos; programar palestras, conferências, visitas técnicas e coordenar atividades para prestação de serviços à comunidade.

## Os órgãos colegiados da Etec Orlando Quagliato

### Conselho de Escola

De acordo com o Artigo 10 do Regimento Comum, a Etec deve ter como órgão máximo deliberativo o Conselho de Escola, o qual deverá ser composto prioritariamente com membros da comunidade escolar e da comunidade extraescolar. No Artigo 11 do mesmo regimento, são definidas as atribuições do Conselho de Escola:

I - Deliberar sobre:

- a - O projeto político-pedagógico da escola;
- b - as alternativas de solução para os problemas acadêmicos e pedagógicos;
- c - as prioridades para aplicação de recursos.

II - Estabelecer diretrizes e propor ações de integração da Etec com a comunidade; III - propor a implantação ou extinção de cursos oferecidos pela Etec, de acordo com as demandas locais e regionais e outros indicadores;

IV - Aprovar o Plano Plurianual de Gestão e o Plano Escolar;

V - Apreciar os relatórios anuais da escola, analisando seu desempenho diante das diretrizes e metas estabelecidas (CEETEPS, 2013, p. 4-5).

Diante do exposto, definidos os propósitos e atribuições, pode-se afirmar que o Conselho de Escola é um espaço no qual se permite a participação do povo, promovendo o compromisso com uma gestão democrática, envolvendo a comunidade na construção de uma escola para todos, garantindo assim a mobilização para um aprofundamento do debate educacional (SCHWARTZ, ARAÚJO e RODRIGUES, ORGS. 2010).

### Associação de Pais e Mestres

As APMs, Associações de Pais e Mestres, são uma importante ferramenta de gestão democrática dentro do universo escolar, pois permite a participação de toda a comunidade, interna e externa, na administração das escolas. Com o objetivo de auxiliar a direção da escola, as APMs representam as demandas da comunidade, e além disso, contribuem com as instituições escolares para alcançar as metas educacionais esperadas.

A Associação de Pais e Mestres da Etec Orlando Quagliato (APM), instituição que funciona como auxiliadora das atividades escolares da Etec, foi constituída em 1994 e possui como membros professores, pais de alunos, funcionários, comerciantes locais e alunos.

De acordo com o Artigo 2º do seu Estatuto, têm a finalidade de contribuir no

desenvolvimento do processo educacional, na assessoria aos estudantes e ainda na integração entre a escola, a família e a comunidade. Além disso, a APM não tem fins lucrativos, políticos, raciais ou religiosos, pautando-se única e exclusivamente de propósitos sociais e educativos.

Portanto, para atendimento desses fins, a APM da Etec Orlando Quagliato propõe:

I - colaborar com a direção do estabelecimento para atingir os objetivos educacionais propostos pela escola; II - representar as aspirações da comunidade e dos pais de alunos junto à escola; III - mobilizar os recursos humanos, materiais e financeiros da comunidade, para auxiliar a escola, no que diz respeito a: a)- melhoria do ensino; b)- o desenvolvimento de atividades de assistência ao escolar carente, nas áreas sócio-econômica e de saúde; c)- a conservação e manutenção do prédio, máquinas e equipamentos e das instalações técnicas; d)- a programação de atividades culturais e lazer que envolvam a participação conjunta de pais, professores e alunos; IV - colaborar na programação do uso do prédio da escola pela comunidade, principalmente nos períodos ociosos; V - favorecer o entrosamento entre pais e professores; VI – prestar serviços à comunidade, oferecendo cursos de educação profissional de nível básico, promovendo eventos e outras atividades mediante retribuição financeira, através de convênios, parcerias, termo de cooperação ou de iniciativa própria (ETEC ORLANDO QUAGLIATO – PPG, 2018. p. 8).

Enfim, todas as atividades a serem desenvolvidas para que se possa alcançar os propósitos acima especificados deverão estar contidos na proposta pedagógica da Etec.

A democracia, enquanto processo permanente e dinâmico de construção de relações, só se efetiva com a garantia de espaços que não são nenhuma dádiva do poder público. A gestão democrática, pela via colegiada abre espaços de conquistas onde a comunidade escolar tem vez e voz. É importante que os representantes desses segmentos organizados que funcionam no interior das escolas públicas de gestão se reconheçam como agentes transformadores, que esses sujeitos se constituam como sujeitos de direitos e busquem na participação e mobilização desses colegiados a construção contínua de um espaço que garanta uma escola que não tenha como única preocupação “formar” mão de obra para atender as demandas empresariais. É fundamental que se preze a formação crítica e consciente dos sujeitos para que tenham uma expectativa de mudança, à medida que constituam-se como agentes transformadores (OLIVEIRA e ARTIGAS, 2017).

### Grêmios Estudantis

A sede rural da Etec Orlando Quagliato não possui um Grêmios Estudantis constituído,

em virtude da não necessidade de sua existência na unidade. Não há nenhuma obrigatoriedade na legislação vigente para não constituição de grêmios estudantis em escolas agrícolas que possuam cooperativa, pois, como nos grêmios, as cooperativas-escola também são espaços de representação dos alunos nas escolas, pois facilitam a participação dos discentes na administração escolar por meio de apresentação de propostas e opiniões. Além disso, permitem discussões visando fortalecer inúmeras possibilidades de práticas, tanto dentro da escola como na comunidade externa. Como no grêmios estudantis, a cooperativa fortalece a cultura democrática no ambiente escolar, configurando-se em uma das primeiras oportunidades que os estudantes têm de participar politicamente na sociedade, propiciando aos estudantes, sobretudo, a ação democrática como via principal para a conquista e efetivação dos direitos, fortalecendo, deste modo, o associativismo e a cultura cívica.

#### Cooperativa-Escola da Etec Orlando Quagliato

Apesar da Cooperativa-Escola atuar como um órgão colegiado da escola, suas características serão tratadas no próximo capítulo específico sobre Cooperativismo.

## **4 O COOPERATIVISMO E A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NAS COOPERATIVAS**

### **4.1 Breve histórico do Cooperativismo**

Na atualidade, o cooperativismo pode ser entendido como sendo uma união de forças em um mundo de ampla concorrência a competição. Deste modo, pode-se dizer que a cooperativa surge como reação do homem mediante momentos de dificuldades nos quais ele se sente fragilizado e em desvantagem (SALES, 2010).

Entretanto, de acordo com Bialoskorski (2006), as diferentes formas de cooperação vem acompanhando o homem desde os primórdios da civilização. Indícios desta prática foram encontrados na Pré-História, em antigas civilizações, tal como a Babilônica e também em diferentes tribos indígenas.

É fato que, ao se unirem, as pessoas são capazes de produzir muito mais do que se estivessem sozinhas. Além disso, um grupo sempre é visto como sinônimo de força pelas pessoas ao seu redor.

### **4.2 Revolução Industrial e mudanças sociais**

A Revolução Industrial é considerada um marco histórico para a sociedade como um todo, visto que ela fez a transição da sociedade rural para a sociedade industrial. E esta mudança trouxe consigo uma série de mudanças sociais, tais como a mudança do trabalho artesanal para o trabalho assalariado e a substituição da energia humana pela energia a vapor.

A partir de então as relações sociais já não eram mais regidas pela relação familiar ou pelo tempo natural, mas sim pela domesticação dos corpos em chãos de fábrica com o intuito de se produzir cada vez mais, em um menor tempo possível para a obtenção dos maiores lucros.

E a classe burguesa, em ascensão, começa a aprender a conviver com o outro, ou seja, uma multidão de rostos desconhecidos que ocupam o mesmo espaço urbano.

Assim, a Revolução Industrial, ao mesmo tempo que traz grandes transformações consideradas benéficas a sociedade, produz também alguns impactos colaterais, visto que ao buscar a produtividade em nome da competitividade, muitos não obtém o resultado esperado, ou seja, o homem não é a prioridade, e sim o lucro” (SALES, 2010).

Deste modo, de acordo com Sales (2010) o Cooperativismo surge como uma resposta às atrocidades do capitalismo.

### 4.3 Pioneiros de Rochdale

Silva (2007) afirma que

A doutrina cooperativa encontrou sua forma sistemática somente no fim do século XX. Todavia, desde o início do século XIX, um vasto movimento de ideias e de realizações já a preparava. Esse movimento, inspirado pelo associativismo, apresentara-se como reação profundamente humana contra os abusos da concorrência do capitalismo industrial liberal da época. Desde o começo, o ideal cooperativista consistiu essencialmente na organização de um meio social e econômico harmonioso, no qual o antagonismo de interesses individuais foi substituído pela colaboração e pela associação (SILVA, 2007, p. 35).

As primeiras iniciativas de organização de cooperativas não obtiveram sucesso devido às condições políticas desfavoráveis. Porém, durante a Revolução Industrial emergiram condições socioeconômicas favoráveis ao desenvolvimento das sociedades cooperativas, e então 28 operários, em sua maioria tecelões, finalmente conseguiram colocar em funcionamento um empreendimento fundamentado no sentimento de cooperação e mutualidade, posteriormente nomeado de Cooperativa (REIS, 2006).

Esta Cooperativa foi fundada em 1844 intitulada como fundação da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale (Rochdale Society of Equitable Pioneers), em Manchester na Inglaterra (REIS, 2006).

Para tanto, os pioneiros de Rochdale inauguraram um armazém, organizado e regido por normas estatutárias que tinham por objetivo buscar meios de melhorar as condições sociais e econômicas dos cooperados (SALES, 2010).

Os princípios e valores universais apresentados pelos pioneiros de Rochdale são, na realidade, cultivados por todos os povos do mundo inteiro. É, por via das sociedades cooperativistas democraticamente organizadas, que homens e mulheres são capazes de trabalhar em conjunto visando o bem comum (MORAIS e VILAS BOAS, 2008).

Em outras palavras, as ideias que fundamentaram e organização e funcionamento da primeira cooperativa, ainda orientam as cooperativas atuais, tanto é que a redação dos princípios do cooperativismo apresentados pelos pioneiros em 1844, sofreram poucas mudanças até então (SILVA, 2007).

#### **4.4 Aliança Cooperativa Internacional (ACI)**

A Aliança Cooperativa Internacional (ACI) é o órgão representativo para o Cooperativismo. Ela foi fundada no ano de 1895 por líderes cooperativistas ingleses, franceses e alemães com o intuito de formar um órgão capaz de realizar o intercâmbio de informações nos campos doutrinários, educativo e técnico entre as cooperativas do mundo inteiro (SALES, 2010).

#### **4.5 Cooperativismo no Brasil**

Desde a época da colonização portuguesa, a cultura da cooperação já era perceptível em nosso país. Entretanto, de acordo com Silva (2007),

A primeira sociedade brasileira organizada no molde cooperativo de que se tem notícia foi instalada em 1847, no Estado do Paraná, pelo francês Jean Maurice Faivre e um grupo de residentes, conhecidas como colônia Tereza Cristina. As cooperativas urbanas tiveram seu início a partir de 1891, com a primeira Constituição Republicana (SILVA, 2007, p.44).

A fomentação do cooperativismo na área urbana brasileira se deu por intermédio dos funcionários públicos, militares, operários e profissionais liberais a fim de atender às suas necessidades. Quanto a cooperativa de consumo, a primeira da qual se tem conhecimento no Brasil é a Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, fundada em Ouro Preto (MG) no dia de 1889. Depois disso, diversas outras cooperativas foram criadas em diferentes estados do Brasil. A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), órgão responsável pela representação e defesa dos interesses das cooperativas no território brasileiro, foi fundada no ano de 1969 (TRUGILHO et al, 2014).

E apesar de ter iniciado tardiamente em nosso país, o cooperativismo, hoje assume papel de destaque.

Atualmente, o cooperativismo é um movimento marcante no Brasil, pois já se registram 13 ramos desse sistema abrangendo os mais diferentes setores da sociedade e as mais diversas classes sociais. Sempre com o intuito de manter vivo o espírito do cooperativismo e de fortalecer um sistema que deve ser mantido de forma democrática e participativa. Os principais segmentos do cooperativismo são o agropecuário, consumo, crédito, educacional, ramos especial, habitacional, infra-estrutura, mineral, produção, trabalho, saúde, transporte, turismo e lazer (MORAIS e VILAS BOAS, 2008, p. 5).

#### **4.5.1 Cooperativa Educacional no Brasil**

O início da Cooperativa Educacional no Brasil se deu tardiamente quando comparado aos outros países. Ele ocorreu na década de 1990, devido à Reforma Administrativa do Estado Nacional, que fez com que a classe média perdesse poder aquisitivo. Deste modo, esta classe passou a buscar maneiras de assegurar a qualidade educacional de seus filhos, visto que eles não queriam que os mesmos fossem para as Escolas do Estado, no entanto, também não tinham condições de matriculá-los em Escolas da rede privada, devido ao alto custo das mensalidades (SILVA, 2007).

Pode-se dizer que a criação de escolas cooperativas se enquadra em um contexto político marcado por um processo de acentuado esforço da sociedade civil organizada com o intuito de ampliar a democracia, assegurando, desta forma, os direitos de cidadania (SILVA, 2007).

Além das escolas fundadas como cooperativas, em grande parte pelos pais dos alunos nela matriculados, que visam sobretudo assegurar a qualidade de ensino a seus filhos, existem no Brasil outros tipos de escolas, que são denominadas cooperativa-escola. Veja o que nos diz Moraes e Vilas Boas (2008) sobre elas.

No ramo do cooperativismo educacional a cooperativa-escola se constitui uma organização apropriada para o desenvolvimento da atividade educativa não-formal, dentre outras igualmente importantes. Ela é constituída por alunos de escolas agrotécnicas ou profissionalizantes e se propõe a educá-los segundo a filosofia do cooperativismo. Através dela o aluno desenvolve atividades que constituem um aprendizado de vida. O aluno é quem deve decidir sobre os destinos de sua entidade em assembleias e reuniões. Ele deve estar atento às mudanças que ocorrem nesse campo do cooperativismo e contribuir de forma mais decisiva para o sucesso de sua cooperativa (MORAIS e VILAS BOAS, 2008, p. 8).

A cooperativa-escola, devidamente estruturada e organizada é capaz de defender a qualidade de ensino, sobretudo da educação tecnológica pública. Para tanto, é importante que sejam firmados cada dia mais projetos educativos por meio de parcerias e de convênios com outras instituições que possuam atividades afins (MORAIS e VILAS BOAS, 2008).

#### **4.6 Gestão democrática e participativa nas cooperativas**

Para uma gestão ser considerada participativa ela deve conter quatro processos: interdisciplinaridade, motivação, socialização e participação. A ideia de gerir as organizações

desta maneira é bem antiga, ela remonta da Grécia Antiga, sendo denominada por eles de democracia (MACHADO e LEITE, 2002).

Entretanto, a implantação deste tipo de gestão é bastante recente, quando comparado aos demais existentes. De acordo com Machado e Leite (2002), a utilização da gestão participativa tem cerca de 220 anos apenas. São diversas as denominações atribuídas a ela na atualidade, tais como: autogerenciamento, envolvimento dos funcionários, administração participação ou gestão participativa, autogestão e cogestão.

Várias definições foram propostas para a gestão participativa, entretanto a que se fará uso remete à gestão participativa nas cooperativas que diz: a gestão participativa é um direito paralelo a todos os associados em participarem da organização, por meio, principalmente, das assembleias gerais, partilhando, dessa forma, dos benefícios e ônus resultantes de suas decisões (BARRIOS, 1995).

A Gestão Democrática é o segundo dos 7 princípios que regem o Cooperativismo, e que deixa claro que a soberania deve ser exercida pelos cooperados.

...com relação ao princípio cooperativo, controle democrático significa que “os cooperados, reunidos em assembleias gerais, democraticamente, participam das decisões, além de elegerem seus representantes para administrar a cooperativa”. Os membros possuem igual direito de voto, não importando a quantidade de cotas de cada associado (OLIVEIRA et al, 2016, p.588).

A Gestão Democrática é sem dúvida a maior diferença existente entre empresas comerciais e cooperativas, visto que nas cooperativas, todos os associados têm igualdade de voto, qualquer que seja o capital que ele tenha aplicado na sociedade, enquanto que nas organizações empresariais, de modo geral, o sócio tem seu voto proporcional ao capital aplicado na empresa, ou seja, o controle na empresa é exercido pelo capital enquanto que nas cooperativas ele é exercido pelas pessoas (ARAÚJO, 2013).

Deste modo é imprescindível que cada cooperado participe de tudo o que diz respeito à cooperativa da qual ele faz parte: formulação do estatuto, regimento interno (se houver) e principalmente na tomada de decisões, que se dão sempre por meio de assembleias e estas, por sua vez, são soberanas (DRUMOND, 2010).

Silva et al (2018) esclarecem que a participação dos cooperados pode ocorrer de formas distintas. Dentro da cooperativa há aquele cooperado que participa apenas no período de realização das Assembleias Gerais, uma vez que ele foi convocado, isto é, sua contribuição ocorre apenas ao nível do voto, e existe também aquele cooperado que possui uma

participação permanente mais ativa.

Quando a Gestão Democrática de fato ocorre nas cooperativas, o que se observa é que os cooperados dividem responsabilidades, participam do estabelecimento de objetivo e metas, debatem decisões e traçam os rumos do negócio (DRUMOND, 2010).

Entretanto, com o passar dos anos e com a chegada da globalização, as cooperativas vem passando por transformações que estão a cada dia mais as distanciando de seu objetivo inicial. Como mencionado anteriormente, o surgimento das cooperativas se deu em resposta ao capitalismo que imperava na época da Revolução Social, e buscavam cooperação entre os pares, igualdade e descentralização do poder. Entretanto, o que se tem observado é que as cooperativas no Brasil estão se tornando empresas de cunho capitalista nas quais cada cooperado visa apenas os benefícios individuais (VISINTIN e ESTEVAM, 2016).

A Gestão Democrática nas cooperativas pode deixar de acontecer por diversos motivos, dentre eles: nem sempre é fácil estimular a participação dos cooperados na gestão da cooperativa, isto porque muitas vezes o próprio cooperado, já com o individualismo enraizado em sua mente, não consegue enxergar a sua importância na aprovação de um novo regimento interno, por exemplo, ele pensa, vou fazer isso para quê? No que isso irá me beneficiar?

Pode ocorrer ainda aqueles diretores de cooperativa que centralizam o poder da decisão em suas mãos. Neste caso, observa-se o contrário do descrito acima. O cooperado quer participar, porém, são os diretores que não convocam os cooperados, usando o mesmo exemplo, ele escreve o novo regimento interno e depois simplesmente informa aos cooperados.

Existem vários limites e empecilhos à participação dos cooperados nas ações e decisões de uma cooperativa. A falta de informação e a prestação de informações não qualificadas se projetam como uma das principais. Muitas vezes o que acontece é a falta de utilização e de constituição de mecanismos que viabilizam a participação dos cooperados, mantendo uma relação mais íntima entre estes e a cooperativa. O fluxo de informações e as atividades educativas na perspectiva da ajuda mútua podem gerar um melhor relacionamento entre cooperativa e cooperados (FREITAS et al, 2011, p. 92).

A partir dos exemplos citados acima, fica claro que o ideal é o equilíbrio, ou melhor, o cooperado entender o seu papel dentro da cooperativa e o diretor entender que ele não é o dono da mesma, isto é, ele está no comando da cooperativa neste momento, portando toda e qualquer decisão deve ser realizada em conjunto com seus pares.

Para resolver o primeiro problema, ou seja, fazer com que o cooperado queira fazer

parte da Gestão, deve-se buscar criar um ambiente no qual ele se identifique com a sociedade cooperativista, e conseqüentemente, aumente sua confiança com relação à cooperativa (VISINTIN e ESTEVAM, 2016).

Um ponto fundamental nas cooperativas é despertar o interesse de seus associados, em três níveis diferentes: econômico, social e político, tarefa extremamente difícil e complicada. Na atualidade, várias cooperativas estão passando por dificuldades, pois muitos associados desconhecem os princípios do cooperativismo, ou ainda não se identificam com o movimento cooperativista, no entanto, aderiram a ele visando ganhar algo para si com isso (ROSALEM e SILVA, 2008).

#### **4.7 Educação cooperativista**

Para se obter êxito na gestão democrática é preciso investir também na educação cooperativista, tão em moda na atualidade, para intensificar a integração dos cooperados e no seu envolvimento com o empreendimento (SILVA et al, 2018).

E, apesar do termo educação cooperativista e sua prática estarem sendo objeto de estudo de diversos autores, a sua origem dá-se com os pioneiros do cooperativismo, como afirma Sales (2010)

Os pioneiros do cooperativismo tiveram a intuição de que além de melhorar a situação econômica das pessoas, era preciso também melhorar as pessoas. Uma intuição, que o momento presente confirma, pois, hoje as pessoas e/ou empresas para se manterem no mercado, precisam se aprimorar constantemente (SALES, 2010, p. 31).

Deste modo, para que os resultados de uma cooperativa sejam alcançados, torna-se imprescindível que haja a capacitação tanto da gestão quanto dos cooperados.

De certa forma, uma cooperativa só será legítima se for fiel aos princípios cooperativistas, em especial ao que se refere a gestão democrática, a qual assegura-se que haverá a participação de todos, tanto no estabelecimento de suas políticas quanto na tomada de decisões (SAPOVICIS e SOUZA, 2004).

Diversos são os benefícios obtidos quando o gestor do empreendimento faz uso de gestão participativa. Veja:

Quando mais de uma pessoa está envolvida, mais ideias podem ser geradas, visões diferentes podem ser introduzidas, as propostas de outros promovem o surgimento de novas ideias nos demais participantes, além de que cada área especializada pode ser representada (MACHADO e LEITE, 2002. p. 5).

Embora estas ações tenham bons resultados, muitos gestores não conseguem enxergar desta maneira e acabam por centralizar toda a tomada de decisão em suas mãos.

#### **4.8 A importância da gestão democrática nas cooperativas-escola**

Segundo Freitas et al (2011) a participação é, sobretudo, geradora de aprendizado. Assim sendo, ao se trabalhar com métodos e técnicas com perspectiva participativa e crítica, como é o caso das cooperativas-escola, estará se realizando uma ação educadora.

Machado e Leite (2002) afirmam que as relações humanas estão interligadas com a produtividade, seja ela fabril ou educacional. Deste modo, uma cooperativa-escola que tem uma gestão democrática e social que funcione na prática, é capaz de proporcionar a seus cooperados (alunos) uma maior participação nas decisões referentes ao ambiente escolar, bem como, e principalmente, uma maior produtividade, em outras palavras, um processo de ensino-aprendizagem mais efetivo.

Ao se optar pela fundação de uma cooperativa-escola, estará dando ao jovem estudante a oportunidade de descobrir os valores da cooperação, prática esta existente desde os primórdios da civilização, que visa ter um melhor relacionamento consigo mesmo e com o próximo (MORAIS e VILAS BOAS, 2008).

Além disso, o desenvolvimento da consciência crítica do aluno tão defendido por Freire, tornar-se-á possível uma vez que por intermédio da cooperativa o estudante será capaz de descobrir o valor do trabalho solidário, da partilha dos frutos obtidos por ações conjuntas, bem como produzirá conhecimento democrático. Nesse sentido, o saber adquirido pelo aluno é capaz de transformá-lo como ser social (MORAIS e VILAS BOAS, 2008).

Diante das transformações pelas quais a sociedade vem passando dia após dia, vêm ficando cada vez mais difícil preparar os alunos para os desafios deste novo século, visto que, para tanto, é necessário dotar cada um deles com uma infinidade de competências, e a aprendizagem cooperativa vem de encontro a esta nova realidade, por esse motivo, este tipo de ensino vem sendo implantando nas escolas que desejam fornecer a seus alunos um ensino de qualidade (MAGALHÃES, 2014).

No que se refere as competências sociais que devem ser adquiridas pelo aluno ao longo de seu processo formativo, ao fazer uso de uma metodologia diferenciada baseada no cooperativismo, obter-se-á um resultado melhor do que seria obtido pela metodologia tradicional, ou seja, professor e quadro negro (MAGALHÃES, 2014).

Apesar de sua comprovada eficiência no combate à competição e individualismo tão enraizados nas escolas, a aprendizagem cooperativa não pode ser considerada como sendo a solução de todos os problemas educacionais, isto é, não basta apenas reunir um grupo de pessoas e montar uma cooperativa-escola para acabar os problemas. Pelo contrário, se esta cooperativa não for formada por pessoas capacitadas e treinadas, em especial, seus gestores, ela não será capaz de atingir os objetivos almejados.

Nesse sentido, a cooperativa-escola deve estar muito bem estruturada e organizada, a fim de que ela possa proporcionar a seus alunos a educação que eles buscam e que ela é capaz de oferecer.

Uma cooperativa-escola alicerçada na gestão democrática tende a contribuir para a formação de novas lideranças e para socializar os conteúdos de ensino de forma multidisciplinar (MORAIS e VILAS BOAS, 2008).

E quem ganha com isto? Todos os envolvidos, pois os alunos participando da rotina administrativa da cooperativa passam a entender melhor o seu funcionamento, e os gestores, que ao gerir democraticamente uma cooperativa, se veem menos sobrecarregados de trabalho e podem pensar com mais tranquilidade quanto ao futuro do empreendimento.

Em contrapartida, quando a cooperativa-escola não conta com a efetiva participação dos alunos, ela passa a ofertar um ensino baseado na metodologia tradicional, o qual, como já comprovado, não oferece o melhor ensino-aprendizagem.

De acordo com Moraes e Vilas Boas (2008), para os alunos o modelo de aprendizagem predominante na cooperativa ainda é tradicional. Portanto, a filosofia do cooperativismo e da cooperativa-escola precisa e deve ser amplamente divulgada no âmbito da própria cooperativa e da escola.

Assim, por mais que haja uma gestão democrática nas cooperativas-escola, é preciso deixar claro para os alunos a importância de sua participação, bem como o valor que tal metodologia de ensino terá para a sua formação como cidadão e profissional.

#### **4.9 A Cooperativa-Escola dos Alunos da Etec Orlando Quagliato**

O Projeto para implantação das Cooperativas-Escola começou em 1994 no CPS por meio de um projeto piloto com seis escolas técnicas agrícolas, dentre elas, a Etec Orlando Quagliato. A expansão das Cooperativas-Escola para outras unidades agrícolas baseou-se, sobretudo, nas experiências das Etecs pioneiras e de acordo com os princípios sociais, econômicos, políticos e pedagógicos, num contexto de relativa autonomia, pois cabe aos

alunos a responsabilização pelo gerenciamento e execução das atividades nos setores produtivos da escola. Assim, hoje, existe uma Cooperativa-Escola em cada uma das 32 unidades agrícolas do CPS (BELEZIA, 2006).

A Cooperativa-Escola veio como instrumento pedagógico e gerencial, proporcionando aos alunos a possibilidade de gerenciarem os setores produtivos da escola e de vivenciarem os conceitos do cooperativismo, a Cooperativa-Escola se tornou parte fundamental dos processos de ensino e aprendizagem e também dos processos administrativos da escola, viabilizando a residência dos alunos e estimulando todo o desenvolvimento econômico da fazenda que ganhou autonomia para seus investimentos e comercialização de seus resultados (ETEC ORLANDO QUAGLIATO, 2019, p. 3).

A Cooperativa-Escola dos Alunos da Etec Orlando Quagliato fundamenta-se na Lei nº 5.764 de 1971, tendo seu funcionamento garantido pela Resolução CNC 23/82. No CPS, as Cooperativas-Escola tiveram seu funcionamento autorizado pela Deliberação CEETEPS 17 de 14/09/94, e sua operacionalização, regulamentada pelo Convênio CEETEPS/Cooperativa-Escola e o Estatuto Social de 1995, o qual fora atualizado em 2005.

As cooperativas representam uma atividade peculiar dentro do sistema econômico, com características próprias que as diferem dos demais tipos de organizações econômicas. A cooperativa é uma empresa de participação: o associado participa da cooperativa nas operações e participa nas decisões (ROSALÉM e SILVA, 2008, p. 2).

Segundo Ricciardi (1996) é importante destacar que as pessoas só participam daquilo que elas têm interesse e também daquilo que elas se sentem atraídas e motivadas a participar. Assim, desta forma, o bom inter-relacionamento entre a cooperativa e seus cooperados estimula-os a sentirem mais confiança e, além disso, acreditarem que por meio da participação e união deles a cooperativa possa progredir e atingir seus objetivos.

Isto posto, os principais objetivos da Cooperativa-Escola são: estimular um trabalho harmonioso entre os diversos atores da comunidade escolar agrícola, para que todos possam conhecer a situação da escola, seus problemas e as causas desses problemas; integração escola e comunidade rural por meio de prestações de serviços e de extensão rural; co-responsabilizar os estudantes pelos projetos produtivos da unidade, desde o planejamento à execução e comercialização do excedente produzido; gerenciar os recursos financeiros, materiais e físicos da escola; educar os discentes dentro dos princípios do cooperativismo (BELEZIA, 2006).

Desta feita, a Cooperativa-Escola participa ativamente no processo de ensino e aprendizagem, como um organismo responsável pela viabilização das atividades da Escola, inserindo-a na realidade do mercado e tornando ágil a administração e gestão dos recursos disponíveis, evitando a excessiva burocracia estatal e dando oportunidades aos alunos de atuarem nos processos produtivos de forma integral e participativa (CONSTANTINO e OLIVEIRA, 2013, p. 510).

Para Belezia (2006), o sucesso no funcionamento e consolidação de uma cooperativa está intrinsecamente relacionado na conscientização, motivação e participação de toda a comunidade, sendo, pois, fundamental conhecer seus objetivos, finalidades e a doutrina cooperativista.

A valorização da cooperativa-escola e a tentativa de resgatar seu papel na formação do educando têm se tornado primordial nos dias de hoje, pois as pessoas estão cada vez mais dispostas a trabalhar de forma associada. Através das cooperativas-escolas, o aluno desenvolve atividades que constituem um aprendizado de vida. O aluno é quem decide sobre os destinos da sua entidade, através de reuniões e assembleias gerais. As atividades desenvolvidas pelo aluno podem contribuir para melhoria do sistema de ensino agrícola. Pois, ele pode divulgar em sua região os propósitos e vantagens da cooperação e contribuir para que outras pessoas possam constituir cooperativas e trabalhar de forma associativa. Além de contribuir para a formação de novas lideranças e para socializar os conteúdos de ensino (MORAIS, 2009, p. 7).

Nesse sentido, a cooperativa poderá ainda contribuir na formação de novos líderes e na aprendizagem dos conteúdos do ensino. Os alunos aprendem, pela atuação participativa, o significado e importância do trabalho contextualizado e organizado (MORAIS, 2009).

No entanto, para que a cooperativa avance nesse sentido é preciso que o quadro social seja atuante, pois do contrário a tendência será a de se perpetuar um cenário no qual se repete o que tradicionalmente se observa nas salas de aula que seguem um modelo tradicional e conservador onde imperam a centralização das ideias, a concentração do poder e a lei do silêncio. Como a pedagogia não está presente somente na sala de aula, ela deve se fazer presente também na cooperativa (MORAIS, 2009, p. 7).

Entre os sete princípios do cooperativismo: adesão voluntária e livre; gestão democrática; participação econômica dos associados; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação; responsabilidade social. Vale ressaltar que dentre esses princípios, o segundo e o quarto possuem relevante importância para este estudo, pois, como já mencionado, as cooperativas são organizações democráticas gerenciadas pelos seus membros, no caso da Cooperativa-Escola da Etec Orlando Quagliato, os alunos, os quais

devem participar ativamente, de forma autônoma e independente, nas tomadas de decisões, pois, além deles contribuírem no direcionamento do rumo da escola, isso favorecerá, sobretudo, na formação profissional e social destes indivíduos.

Finalmente é preciso salientar-se que a importância da cooperativa não se esgota na mera atividade de gerenciadora de recursos. Mesmo que esta necessidade venha a desaparecer, ainda ficará o importante papel de desenvolvimento de responsabilidade, liderança e da disseminação dos ideais do cooperativismo (MARQUES e LOVE, 1993, p. 516).

#### **4.9.1 Os projetos produtivos da Etec gerenciados pela Cooperativa-Escola**

Os projetos produtivos da unidade, também chamados de setores produtivos, correspondem aos vários segmentos, tanto agrícola quanto pecuária, ou seja, bovinocultura, avicultura, suinocultura, culturas perenes e anuais, olericultura, etc. Esses projetos constituem-se de laboratórios de aulas práticas basicamente para o curso de Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, todavia, alguns setores também são utilizados pelos cursos Técnicos em Agronegócio, Agroindústria e Alimentos, que ora são oferecidos na sede urbana.

Estes laboratórios são gerenciados por funcionários que exercem a função de Auxiliares de Docente, sob a supervisão dos Coordenadores de Área (Agropecuária; Alimentos; Agroindústria e Agronegócio), contanto, além disso, do auxílio dos professores da área técnica, funcionários braçais e, sobretudo dos alunos, os quais possuem relevante participação na administração e gestão desses projetos.

Cabe a cooperativa-escola a responsabilidade de superintender os setores produtivos da instituição, responsabilizando-se pela gestão financeira e planejamento dos projetos, sendo que a execução deles é de responsabilidade de todos os supracitados. Portanto, além da função didática desses laboratórios, eles cumprem um importante papel como fonte de recursos financeiros, pois podem comercializar todo o excedente da produção. A seguir, serão descritos as estruturas e funcionamento dos setores produtivos da escola:

##### Piscicultura

O Projeto da Estação de Piscicultura iniciou-se no ano 2000 na escola agrícola, com o incentivo e patrocínio da Fundação Vitae. O projeto corresponde a um laboratório para reprodução induzida de peixes reofílicos e exóticos, das espécies pacu, piaçu, curimba,

matrinxã, carpa comum, carpa colorida, trairão, lambari. No local do projeto há vinte viveiros escavados ocupando uma área aproximadamente de 13.600 m<sup>2</sup> e um reservatório de água com capacidade de 80.000 litros para abastecimento do laboratório, contando com uma produção anual de aproximadamente 500 mil alevinos diversos.

Na fazenda há ainda uma represa com 26.000 m<sup>2</sup> de lâmina d'água que abastece os viveiros de peixes e também onde é desenvolvido o projeto de engorda de tilápias em tanque-rede. Atualmente o projeto possui quatro tanques-rede com uma produção anual de 4.000 kg.

### Ovinocultura

O projeto da ovinocultura da unidade iniciou-se em 2005. Atualmente ocupa uma área de 2,5 ha de pastagens, com três barracões de manejo e um rebanho de 82 ovinos, sendo 2 reprodutores, um da raça IL de France e outro mestiço, 48 matrizes mestiças Santa Inês e Dorper, 32 cordeiros/borregas.

### Suinocultura

O projeto da suinocultura está em atividade desde a fundação da escola, entretanto, sofreu significativas mudanças desde sua implantação, visto que inicialmente o sistema adotado era extensivo, ou seja, os animais eram alimentados pelos resíduos do refeitório da unidade, e atualmente o projeto é intensivo, com alimentação balanceada, com excelentes índices de produção.

O projeto conta com 8 matrizes de raça híbrida, 1 reprodutor, 30 leitões híbridos e 2 leitões caipiras. Os porcos terminados são abatidos e nas aulas práticas são processados em linguças ou defumados e comercializados na comunidade escolar interna e externa. Vale destacar que todos os dejetos do projeto da suinocultura são destinados para um biodigestor, produzindo um rico biofertilizante, utilizado na própria fazenda.

### Apicultura

Na escola agrícola há também um pequeno projeto de apicultura, com abelhas Europeias (*Apis mellífera mellífera*), contando com 15 caixas e produção média anual de 20 kg por caixa.

### Avicultura de postura e corte

Atualmente, instalado em um barracão de 70 m<sup>2</sup>, o projeto de avicultura de postura possui 150 aves da raça Embrapa 51, contudo somente 100 aves em fase de postura e 50 são ainda aves jovens. A produção média de 100 ovos por dia.

O projeto aves conta ainda com 100 galinhas caipiras para corte. Também há 30 codornas da raça Japonesa confinadas para produção de ovos. Vale ressaltar que uma vez abatido um lote de frango, ocorre normalmente a reposição com novo lote.

### Bovinocultura de leite

A bovinocultura de leite é um projeto antigo da escola, no entanto, no ano de 2012, a ordenha deixou de ser manual e foi instalada uma ordenha mecânica, juntamente com um tanque de resfriamento com capacidade de armazenamento de 500 litros de leite.

Atualmente, o projeto possui 53 vacas holandesas, sendo 23 em lactação, 40 novilhas e/ou bezerras e 9 bezerros machos. A produção média diária de leite é de 300 litros que são destinados para o processamento de queijos e o excedente vendido para um laticínio na região. Este projeto gera uma importante renda mensal para a escola.

Cabe lembrar que, apesar da escola possuir um touro, todas as vacas são inseminadas artificialmente com sêmen selecionados adquiridos de empresa conceituada no ramo. No projeto, há ainda três cavalos e uma mula, os quais são utilizados no manejo do gado. A escola não possui no momento projeto para gado para corte.

### Silo e Fábrica de rações

Todo ano, em decorrência do período com escassez de chuvas (inverno), a escola realiza o projeto silagem, construindo três silos cobertos com capacidade de armazenamento de 400 toneladas. A matéria prima utilizada é o milho, cultivado especialmente para este fim. Este projeto é muito importante, pois caso contrário, a Etec não conseguiria atender a demanda de alimentação do gado leiteiro somente com a pastagem, e conseqüentemente teria que adquirir ração específica em lojas do ramo.

Visando atender a demanda na alimentação de todos os animais da fazenda (suínos, ovinos, vacas, aves), a escola possui um local específico para fabricar rações, com capacidade de produção de 500 kg por dia.

### Culturas perenes e anuais

A Etec destina, atualmente, uma área de 80 ha para o cultivo de culturas anuais e perenes. Deste total de área, 29 ha é reservado para plantação de soja, 10 ha para milho, 2,43 ha para cana-de-açúcar, 2,2 ha para eucalipto e 35 ha para pastagens. Também serão destinados 2 ha para plantação de café, projeto que já existiu na escola somente com a variedade catuaí, porém será renovado, ainda neste ano, com o plantio de 11 novas variedades. Cabe informar que o cultivo da soja é a cultura que mais renda gera para a unidade e que o cultivo de cana-de-açúcar e milho são destinados a alimentação dos bovinos.

### Viveiricultura e olericultura

Na unidade agrícola há uma estufa automatizada destinada unicamente a produção de mudas de diversas espécies nativas, ervas medicinais e aromáticas.

A Etec possui, ainda, 1 ha destinado a produção de legumes e hortaliças dos mais variados tipos. Também nessa área estão instaladas 5 estufas para produção de legumes no sistema de viveiricultura.

### Sala de Industrialização Agropecuária

A escola agrícola possui um espaço destinado somente para a industrialização dos produtos procedentes da agricultura e pecuária, chamada de IAP (Industrialização Agropecuária). Nesta sala são produzidos derivados de leite (queijo, doces, requeijão, iogurte, ricota, etc), embutidos, defumados, conservas, molhos diversos, processamento de mel, panificação, derivados de milho (pamonha, cural, bolo) e processamento de suínos e aves.

Portanto, todos esses projetos produtivos são essenciais para a escola, pois além de servir como laboratório de ensino-aprendizagem para os professores e discentes, são ainda geradores de recursos financeiros, pois a escola, por meio da cooperativa, pode comercializar o excedente da produção.

## 5 MÉTODO

Ao iniciar-se uma pesquisa, seja ela de caráter descritivo, estudo de caso, etc., o pesquisador deve planejar seu plano de estudo e de ação, elaborar roteiros e caminhos a serem percorridos. Nesse processo um fator importante, entre outros, está a definição do método a ser empregado na investigação, pois por meio dele é que a pesquisa será delineada cientificamente, obtendo os resultados desejados, logo, são processos utilizados na investigação e na busca da verdade (CERVO, BERVIAN e DA SILVA, 2006).

Assim, este estudo foi dividido em etapas distintas: levantamento bibliográfico ou revisão da literatura, os procedimentos metodológicos e tabulação, análise e interpretação dos dados obtidos. Nesta fase de explicitação metodológica serão descritos a seguir os passos que delinearão esta investigação.

### 5.1 Tipo da pesquisa

No primeiro momento, buscou-se um maior conhecimento sobre o assunto a ser percorrido por meio de fontes secundárias disponíveis em livros, artigos de periódicos, sites, revistas eletrônicas, Monografias, Teses e Dissertações, pois a pesquisa proporciona não só a repetição do que já foi relatado sobre um determinado assunto, mas também “[...] propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras.” (MARCONI e LAKATOS, 2010, p. 166), oferecendo ao pesquisador bases concretas para analisar e manipular as informações e dados de seu estudo.

Foi necessário, ainda, a realização de uma coleta de informações em fontes primárias, isto é, documentos de arquivos fornecidos pela própria instituição, com devida autorização, de conteúdos legislativos, estatutos, deliberações, portarias, para averiguação dos fenômenos do estudo. De acordo com Gil (2008), ela se parece com a bibliográfica, mudando apenas a sua natureza, podem ser analisados de “primeira mão”, são documentos públicos, administrativos, contendo estatísticas, relatórios, cartas, contratos, etc. Esta fonte documental serve de complementação à pesquisa, oferecendo subsídios na complementação das informações.

Em um segundo momento, de acordo com os objetivos, definiu-se a pesquisa como descritiva, uma vez que irá descrever as principais características do local e das pessoas a serem estudadas, pois,

A pesquisa descritiva visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de levantamento (SILVA e MENEZES, 2000, p. 21).

Já no que diz respeito à natureza, a abordagem será de caráter quali-quantitativo, uma vez que serão necessárias as duas abordagens para tratamento e interpretação dos dados e também as interpretações das pessoas, suas percepções, motivações e valores, sendo uma complementação da outra, pois de acordo com Demo (2002, p. 35) “[...] só tem a ganhar a avaliação qualitativa que souber se cercar inteligentemente de base empírica, mesmo porque qualidade não é a contradição lógica da quantidade, mas a face contrária da mesma moeda”.

Neste estudo, optou-se ainda dentro da abordagem quali-quantitativa, o estudo de caso, já que o objeto da pesquisa em questão necessita de investigação ampla e detalhada para um melhor conhecimento da veracidade dos fatos e fenômenos, pois “Um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (YIN, 2001, p. 33), e se caracteriza por uma análise profunda e abrangente da unidade ou objeto estudado, além ainda de nortear o pesquisador pelo embasamento teórico que lhe darão suporte necessário durante toda a investigação (TRIVIÑOS, 1987).

## **5.2 Procedimentos éticos – Comitê de Ética**

Para a execução desta pesquisa foi encaminhado ao Comitê de Ética da Universidade uma cópia do Projeto para ser submetida a uma análise e aprovação, garantindo assim a proteção dos participantes da pesquisa e maior segurança ao pesquisador, com o protocolo aprovado e de posse do Parecer nº 3.500.390 do Comitê de Ética, foram iniciados os procedimentos para a coleta de dados.

As atitudes aqui descritas pelo pesquisador tiveram o intuito de preservar os sujeitos participantes, preservando seus direitos, bem-estar, sua segurança, bem como sua integridade e sigilo, como recomenda a Resolução 196/96.

Neste sentido foi elaborado um requerimento (ANEXO A) dirigido à direção da unidade de ensino solicitando consentimento institucional para a realização da pesquisa e também foi elaborado o Termo de Autorização de Uso de Imagem, Nome, Marca de

Estabelecimento Escolar e Comercial da ETEC Orlando Quagliato e da Cooperativa-Escola (APÊNDICE I E J). Foi elaborado, ainda, um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (ANEXO B), autorizando a participação voluntária na pesquisa e um Termo de Assentimento (ANEXO C), uma vez que os sujeitos são estudantes menores de 18 (dezoito) anos, este último foi entregue para o colhimento das assinaturas de seus pais ou responsáveis, tomando cuidado de compará-las com as assinaturas nas matrículas dos alunos, evitando assim, falsas assinaturas.

### **5.3 Caracterização dos Participantes**

Este estudo foi realizado na Escola Técnica Estadual “Orlando Quagliato”, pertencente ao Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza”, localizada na região rural da cidade de Santa Cruz do Rio Pardo – SP, tendo como sujeitos da pesquisa o diretor de escola, alunos, funcionários, professores e professores-orientadores da Cooperativa-Escola.

A Unidade oferece o curso de Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, contando com 2 (duas) salas de aula em cada série (1<sup>as</sup>, 2<sup>as</sup> e 3<sup>as</sup> séries), com 40 (quarenta) alunos em cada sala, sendo a maioria na faixa etária entre 15 e 18 anos e provenientes de uma categoria socioeconômica média baixa.

Embora muitos alunos residam na cidade de Santa Cruz do Rio Pardo, a instituição também atende alunos oriundos de diversos estados do Brasil, principalmente Mato Grosso do Sul, Paraná, Minas Gerais, Goiás e Pará. Esses alunos de outras regiões do país residem na escola em sistema de internato, permanecendo a maior parte do ano letivo nas dependências da unidade, inclusive aos finais de semana, desempenhando diversas atividades nos setores produtivos da escola, tais como: jardinagem; ordenha, alimentação e manejo dos animais; etc.

A escola conta com uma equipe de gestores, coordenadores, professores, e funcionários qualificados que dão apoio pedagógico e suporte administrativo para um melhor desenvolvimento das atividades e execução das práticas educativas.

O questionário foi aplicado no primeiro semestre de 2019, do dia 24 ao dia 26 de junho, para 60 (sessenta) alunos, sendo 10 (dez) discentes de cada série, também para 20 (vinte) professores, 10 (dez) funcionários, 10 (dez) membros da equipe dirigente da cooperativa e para 02 (dois) professores-orientadores da Cooperativa-Escola, perfazendo um total de 102 (cento e dois) participantes. O quadro a seguir apresenta a caracterização dos participantes deste estudo:

Quadro 1: Caracterização e quantidade de participantes

CATEGORIAS	Nº	CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES							
ALUNOS	60	SÉRIE				GÊNERO			
		1º A	1º B	2º A	2º B	3º A	3º B	Masculino	Feminino
		10	10	10	10	10	10	40	20
FUNCIONÁRIOS	10	Tempo de Serviço/ Anos		Formação Acadêmica		Idade	Função	Gênero	
		1	08	Superior		44	Agente Téc. e Adm.	Masc.	
		2	22	Superior		49	Agente Téc. e Adm.	Fem.	
		3	22	Superior		46	Diretor Serv. Acad.	Fem.	
		4	17	Superior		45	Auxiliar de Apoio	Fem.	
		5	09	Superior		33	Auxiliar Docente	Masc.	
		6	09	Superior/Esp.		56	Bibliotecária	Fem.	
		7	11	Superior		39	Assessor Adm.	Masc.	
		8	24	Pós-Graduação		50	Auxiliar Docente	Masc.	
		9	21	Médio		45	Auxiliar de Apoio	Masc.	
	10	24	Médio		63	Auxiliar Docente	Masc.		
PROFESSORES	20	Tempo de Serviço/Anos		Formação Acadêmica		Idade	Área de atuação	Gênero	
		1	04	Tecnologia em Computação		41	Ensino Técnico	Masc.	
		2	04	Direito/Pedagogia		28	Ensino Técnico	Fem.	
		3	15	Química		46	Ensino Médio	Fem.	
		4	20	Medicina Veterinária		53	Ensino Técnico	Fem.	
		5	04	Geografia		36	Ensino Médio	Masc.	
		6	25	Engenharia Agrônoma		53	Ensino Técnico	Masc.	
		7	04	Ciência da Computação		28	Ensino Técnico	Masc.	
		8	15	Engenharia Agrônoma		59	Ensino Técnico	Masc.	
		9	22	Eng. Agrônoma/Mestrado		55	Ensino Técnico	Masc.	
		10	10	Letras/Filosofia/Pedagogia		39	Ensino Médio	Masc.	
		11	10	Física		39	Ensino Médio	Masc.	
		12	09	Engenharia de Alimentos		36	Ensino Técnico	Fem.	
		13	25	Engenharia Agrônoma		63	Ensino Técnico	Masc.	
		14	25	Biologia		58	Ensino Médio	Fem.	
		15	02	História/Mestrado		28	Ensino Médio	Fem.	
		16	25	Eng. Agrimensura/Pós-Grad.		58	Ensino Técnico	Masc.	
		17	24	Geografia/Mestrado		52	Ensino Médio	Masc.	
		18	13	Processamento de Dados		36	Ensino Técnico	Masc.	
		19	14	Medicina Veterinária/Mestrado		38	Ensino Técnico	Masc.	
20	25	Matemática/Pós-Graduação		54	Ensino Médio	Fem.			
MEMBROS DA EQUIPE DIRIGENTE DA COOPERATIVA	10	Idade		Ano Série	Função na Cooperativa		Gênero		
		1	20	3º B	Diretor-Presidente		Masc.		
		2	22	3º B	Diretor-Vice presidente		Masc.		
		3	19	3º B	Secretário		Masc.		
		4	19	3º B	Conselheiro Assistente		Masc.		
		5	19	2º A	Conselheiro Assistente		Masc.		
		6	22	3º A	Conselho Fiscal		Fem.		
		7	22	1º A	Conselho Fiscal		Masc.		
		8	19	2º A	Conselho Fiscal		Fem.		
		9	21	3º A	Conselho Fiscal		Masc.		
10	17	2º B	Comissão Téc. Apoio e Execução (COTAE)		Fem.				
PROFESSORES ORIENTADORES	02	Tempo de Serviço/Anos		Formação Acadêmica		Idade	Área de Atuação	Gênero	
		01	19	Letras – Pós-Graduação em Meio Ambiente		52	Ensino Médio	Fem.	
	02	14	Zootecnia – Mestrado em Produção Animal Sustentável		47	Ensino Técnico	Masc.		
<b>TOTAL GERAL: 102 PARTICIPANTES</b>									

Fonte: o próprio autor (2019)

Este é um percentual de amostragem, uma vez que o universo da pesquisa abrange o total de 285 sujeitos, sendo desnecessária a participação de todos da comunidade escolar.

#### **5.4 Procedimentos e instrumentos de coleta de dados**

A escolha da técnica para coletar dados em uma pesquisa científica requer instrumentos previamente selecionados e elaborados minuciosamente para não correr o risco a erros nos resultados.

##### **5.4.1 Questionário aplicado a Comunidade Escolar**

Nesta pesquisa, o primeiro instrumento de coleta de dados escolhido foi o Questionário, aplicado aos alunos, professores-orientadores, equipe dirigente da cooperativa, professores e funcionários, pois ele “[...] possibilita medir com mais exatidão o que se deseja” (CERVO, BERVIAN e DA SILVA, 2006, p. 53).

Estes questionários para obtenção de dados possuem conteúdo com perguntas fechadas, de múltipla escolha e uma pergunta aberta, possibilitando investigações mais profundas e precisas, podendo propiciar à informante liberdade para responder com sua própria linguagem e opiniões próprias (MARCONI e LAKATOS, 2010).

É importante ressaltar que antes da aplicação do questionário definitivo, foi aplicado um pré-teste (APÊNDICE A) em formato impresso para 5 (cinco) alunos, objetivando evidenciar a existência de falhas, entendimento adequado das questões, linguagem acessível, etc. Este pré-teste foi realizado no dia 11 de junho de 2019. De posse das respostas, foi verificado alguns erros de digitação e questões duplicadas e mal interpretadas, corrigindo-as em seguida. Ressalta-se que, após a aplicação do pré-teste, foram suprimidas algumas perguntas em virtude do não alinhamento com os objetivos propostos na pesquisa, reformulando-se o necessário para a aplicação concludente.

Os questionários foram aplicados aos participantes de todos os segmentos durante o período de intervalo entre as aulas, visando a não perda de conteúdos ministrados, sendo que a aplicação total levou cerca de 3 (três) dias.

Para a aplicação do questionário foi utilizado o formulário eletrônico online denominado *Google Forms*, o qual consiste em uma plataforma que oferece suporte para a elaboração de questionários personalizados, facilitando o acesso para o participante da pesquisa. “As respostas às pesquisas são coletadas de forma organizada e automática nos

Formulários, com informações e gráficos em tempo real” (GOOGLE, 2019). Esta ferramenta também facilita as atividades do pesquisador, uma vez que gera automaticamente e disponibiliza a apresentação dos dados em uma tabela e também a disposição em gráficos, agilizando a tabulação dos dados.

Assim, os participantes da pesquisa foram convidados a se dirigir à biblioteca da escola, onde há a disposição de 6 (seis) terminais de computador, eram orientados em como acessar o formulário e respondiam de acordo com a sua opinião.

O conteúdo de cada pergunta do questionário foi igual para todos os segmentos, (alunos, professores, funcionários, equipe dirigente e professores-orientadores da cooperativa), porém, em algumas questões, houve a necessidade de fazer algumas adaptações de acordo com cada grupo respondente (APÊNDICES B, C, D, E, F). O questionário foi composto de 15 (quinze) perguntas fechadas, o que torna possível a obtenção de respostas mais precisas, e também uma pergunta aberta ao final solicitando sugestões/opiniões/críticas. Cabe também informar que as perguntas iniciais do questionário, as quais não foram numeradas, tinham o objetivo de traçar o perfil dos pesquisados.

As perguntas foram elaboradas e posteriormente separadas em 04 (quatro) categorias de acordo com os objetivos propostos, as questões norteadoras e a hipótese principal deste estudo, pois, conforme Bardin (2015), a separação por categorias trata-se da classificação de elementos por intermédio de características peculiares, de acordo com suas analogias, facilitando a análise temática dos dados.

A seguir o quadro de perguntas, separados por categorias.

### **Quadro 2: Categorias Questionário**

<b>CATEGORIAS</b>	<b>PERGUNTAS DO QUESTIONÁRIO</b>
<b>I - Conhecimento da comunidade escolar a respeito da Cooperativa-Escola dos Alunos da Etec Orlando Quagliato.</b>	1. Você sabe o que é, para que serve e como funciona uma cooperativa? 2. Você sabe quais são os 7 (sete) princípios cooperativistas? 3. Você tem conhecimento da existência de uma cooperativa nesta escola? 4. Você conhece o estatuto da cooperativa desta escola? 5. Você sabia que você é cooperado da Cooperativa-Escola desta Instituição de Ensino? 6. Você sabe quais são os direitos e deveres dos cooperados da Cooperativa-Escola? 7. Você sabe quem são os membros da equipe gestora da Cooperativa-Escola? Por exemplo: Presidente; Secretário; Conselho Fiscal; Cotae, etc?
<b>II - A importância da Cooperativa-Escola para</b>	8. Na sua opinião, qual é a importância da Cooperativa-Escola para essa Instituição de Ensino?

<b>a Instituição de Ensino.</b>	
<b>III - A gestão da Cooperativa-Escola dos Alunos da Etec Orlando Quagliato.</b>	<p>9. Na sua opinião, qual é a principal característica da gestão da Cooperativa-Escola nesta Etec?</p> <p>10. Na sua opinião, a direção da Etec Orlando Quagliato interfere de alguma forma na gestão da Cooperativa-Escola desta Unidade de Ensino?</p> <p>11. Na sua opinião, de maneira geral, como é a gestão da escola pela direção da Etec Orlando Quagliato?</p>
<b>IV - Participação dos alunos na gestão da Cooperativa-Escola, nos projetos produtivos e nos processos decisórios da unidade.</b>	<p>12. Como você avalia, hoje em dia, a participação dos alunos na gestão da Cooperativa-Escola dessa Unidade?</p> <p>13. A Cooperativa-Escola desta Etec promove e permite oportunidades de participação dos alunos quando necessita resolver problemas, conflitos e tomar decisões?</p> <p>14. Quando a Cooperativa-Escola necessita tomar uma decisão sobre qualquer assunto, quem decide?</p> <p>15. De maneira geral, a Cooperativa-Escola permite e estimula o envolvimento/participação dos alunos nos projetos produtivos da escola gerenciados pela cooperativa?</p>

Fonte: próprio autor (2019).

#### 5.4.2 Questionário aplicado à Diretora da Unidade

O questionário para a diretora da escola foi um outro instrumento de coleta de dados, objetivando obter dados que complementem este estudo. Devido ao fator tempo e compromissos inadiáveis da diretora, não foi possível realizar uma entrevista presencial, portanto, foi elaborado um questionário (APÊNDICE G) com perguntas abertas e enviado por e-mail à diretora no dia 30 de outubro com devolutiva no dia 13 de novembro de 2019.

Cabe informar que o questionário aplicado à diretora não foi utilizado nos resultados e nas discussões deste trabalho, pois ocorreu atraso no retorno, e quando entregue, estes procedimentos já haviam sido realizados. Contudo, as informações obtidas são relevantes à pesquisa, pois a diretora é servidora da Instituição de Ensino há 34 anos, possui dois mandatos de Diretor de Escola Técnica com duração de 8 anos cada, além de ter desempenhado vários outros cargos de relevância dentro da unidade, tais como: Coordenadora de Curso, Assistente Técnico de Direção, Coordenadora Pedagógica. Atualmente, encontra-se no final do seu segundo mandato de Diretor de Escola, o qual terminará em julho de 2020.

Importante mencionar que as perguntas dirigidas à Diretora também foram separadas por categorias, como demonstrado no quadro a seguir:

**Quadro 3: Categorias Questionário Diretora**

<b>IDENTIFICAÇÃO DA PARTICIPANTE</b>				
<b>Função</b>	<b>Tempo de Serviço</b>	<b>Formação acadêmica</b>	<b>Idade</b>	<b>Gênero</b>
Diretora de Escola Técnica	34 anos	Superior/Especialização	58	Feminino
<b>QUESTIONÁRIO SEMI-ESTRUTURADO</b>				
<b>CATEGORIA I: Conhecimento da comunidade escolar, sobretudo dos alunos, a respeito da Cooperativa-Escola</b>		A Sra. acha que essa comunidade escolar possui conhecimento da existência da Cooperativa-Escola nesta Unidade de Ensino? A Sra. acha que todos conhecem o estatuto da Cooperativa-Escola? Conhecem seus direitos e deveres como cooperados? O que poderia ser feito para melhorar o conhecimento de todos indivíduos dessa escola a respeito da Cooperativa-Escola?		
<b>CATEGORIA II: Importância da Cooperativa-Escola para a Etec Orlando Quagliato</b>		Na sua opinião, qual é a importância da Cooperativa-Escola para essa Instituição de Ensino?		
<b>CATEGORIA III: A gestão da Cooperativa-Escola</b>		A Sra. poderia falar um pouco sobre a gestão da Cooperativa-Escola? A Sra. acha que a Cooperativa-Escola atua de forma democrática, promovendo e estimulando a participação dos alunos nos processos decisórios da escola? O que poderia ser realizado para melhorar a gestão da Cooperativa-Escola? A Sra. como diretora, acha que a Direção deve ou não interferir nas decisões da Cooperativa-Escola? Por quê? A Sra. acha que sua gestão da escola como um todo é democrática ou não? Por quê?		
<b>CATEGORIA IV: Participação dos alunos na gestão da Cooperativa-Escola e nos processos decisórios da Unidade</b>		Como está a participação dos alunos na gestão da Cooperativa-escola? E a participação dos alunos nos setores produtivos da escola gerenciados pela Cooperativa? A Sra. acha que os alunos possuem VOZ e VEZ dentro desta escola? O que poderia ser feito, na opinião, para que estes discentes possam ter mais interesse nas atividades da cooperativa.		

Fonte: próprio autor (2019).

### 5.5 Análise dos dados

Com os dados coletados, foi possível analisar cada categoria por meio de estatística descritiva com gráficos, e posteriormente interpretar cada um deles, seguida então de uma análise qualitativa dos dados obtidos. Nesta etapa considerou-se uma estratégia importante a análise com base no referencial teórico, sendo possível apontar as convergências e/ou divergências nos dados, fazendo uma conexão com a teoria e os objetivos deste estudo. Estes itens serão arrolados no próximo capítulo desta dissertação.

## 6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo foram abordados os resultados e as discussões desta pesquisa. Para tanto, utilizou-se métodos distintos com o intuito de favorecer a análise e entendimento, e por final, uma discussão embasada sobre os dados coletados.

Nessa perspectiva, os documentos oficiais da instituição de ensino, objeto desta pesquisa, e de seus órgãos colegiados, assim como a legislação vigente e o aporte teórico sobre o tema, contribuíram para a realização desta análise e discussão dos resultados deste trabalho.

Vale lembrar, conforme mencionado anteriormente, que as questões dos questionários aplicados aos alunos, funcionários, professores, professores-orientadores e equipe-dirigente da cooperativa foram agrupadas em quatro categorias, visando tornar as análises e discussões mais didáticas. Ressalta-se novamente que os dados coletados do questionário aplicado à Diretora da Unidade não foram utilizados nos resultados e discussões, porém seus relatos foram colocados neste capítulo por serem informações relevantes à pesquisa, pela experiência que a Diretora possui dentro da Instituição.

Categoria I: Conhecimento da comunidade escolar a respeito da Cooperativa-Escola dos Alunos da Etec Orlando Quagliato.

Nesta primeira categoria, objetivou-se fazer uma retrospectiva sobre o conhecimento da comunidade escolar em relação a Cooperativa-Escola que atua dentro da Etec Orlando Quagliato.

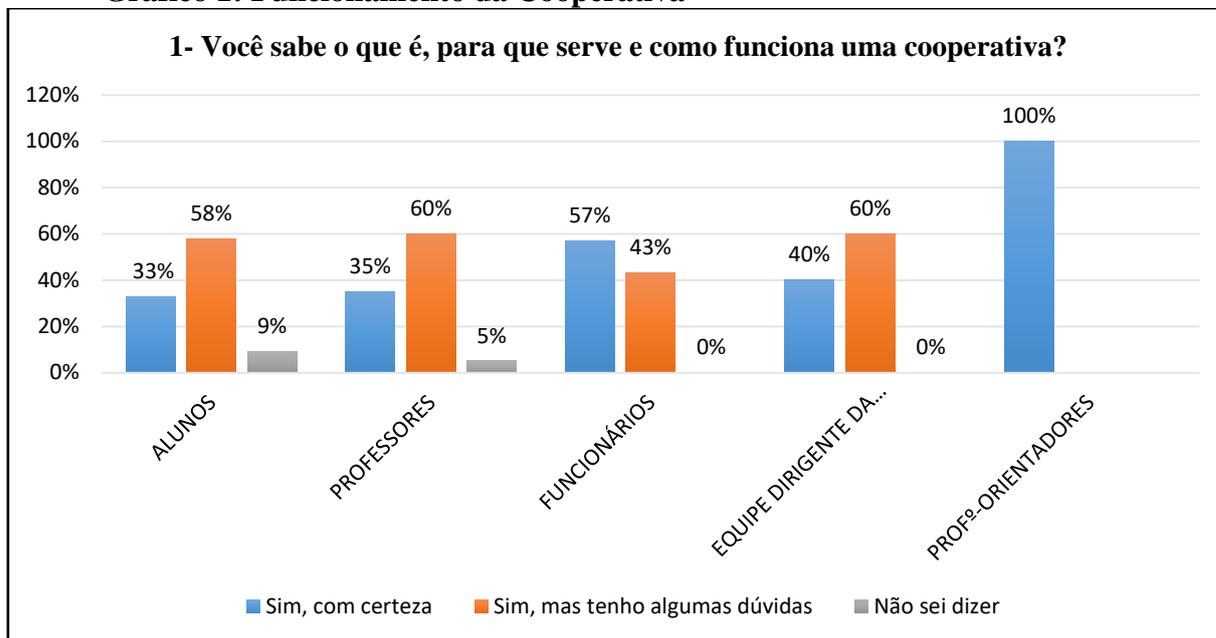
Assim, da primeira pergunta à sétima, o objetivo foi levantar dados dos participantes sobre como eles percebem essa empresa, a qual atua como órgão colegiado da instituição de ensino, do ponto de vista estrutural e funcional.

Desta forma, os gráficos a seguir traçam um panorama de como os alunos, professores, funcionários, professores-orientadores e, ainda, a própria equipe gestora da cooperativa, reconhecem a Cooperativa-Escola.

Quando perguntado a comunidade escolar a respeito do que se trata, qual seu propósito e como funciona uma cooperativa, nota-se que a maioria dos alunos participantes, apesar de ter certo conhecimento, possuem dúvidas sobre o assunto. No caso dos professores e da equipe dirigente e dos professores-orientadores, a maioria tem conhecimento e 50% dos funcionários consultados também, porém 35% dos professores, 50% dos funcionários e 40%

da equipe dirigente não possuem certeza sobre o que é, para que serve e como funciona uma cooperativa.

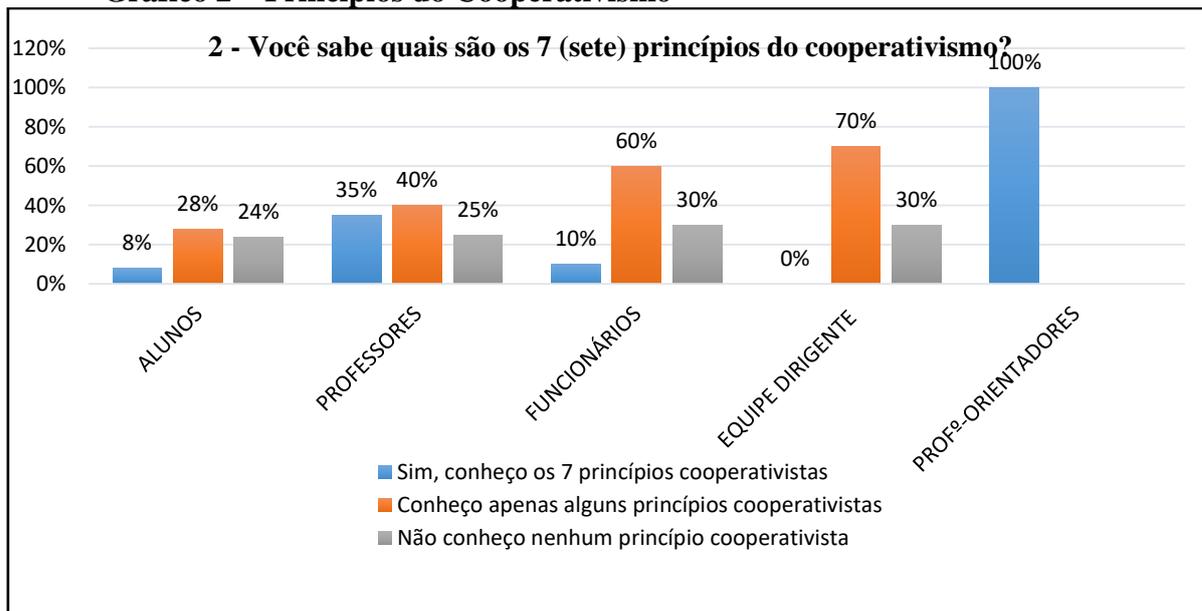
**Gráfico 1: Funcionamento da Cooperativa**



Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

Em relação aos princípios que regem o cooperativismo, a maioria dos participantes conhece somente alguns deles, destacando-se, no entanto, que 40% dos alunos, 25% dos professores, 30% dos funcionários e 30% da equipe dirigente, não conhece nenhum princípio cooperativista.

**Gráfico 2 – Princípios do Cooperativismo**

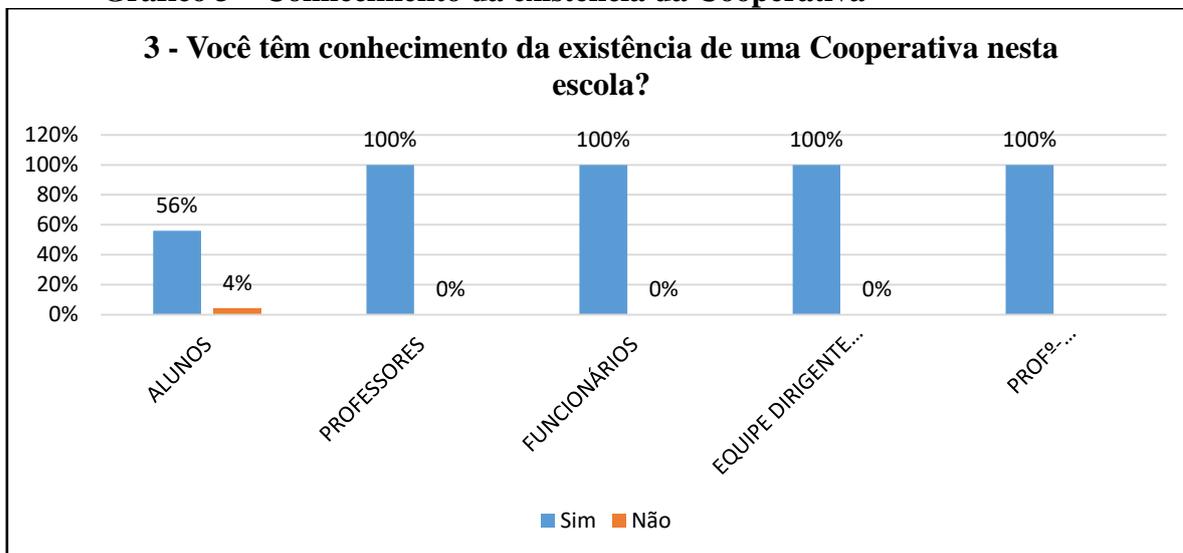


Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

Porém, praticamente a totalidade dos pesquisados sabem que existe uma cooperativa

que atua dentro da unidade de ensino objeto deste trabalho.

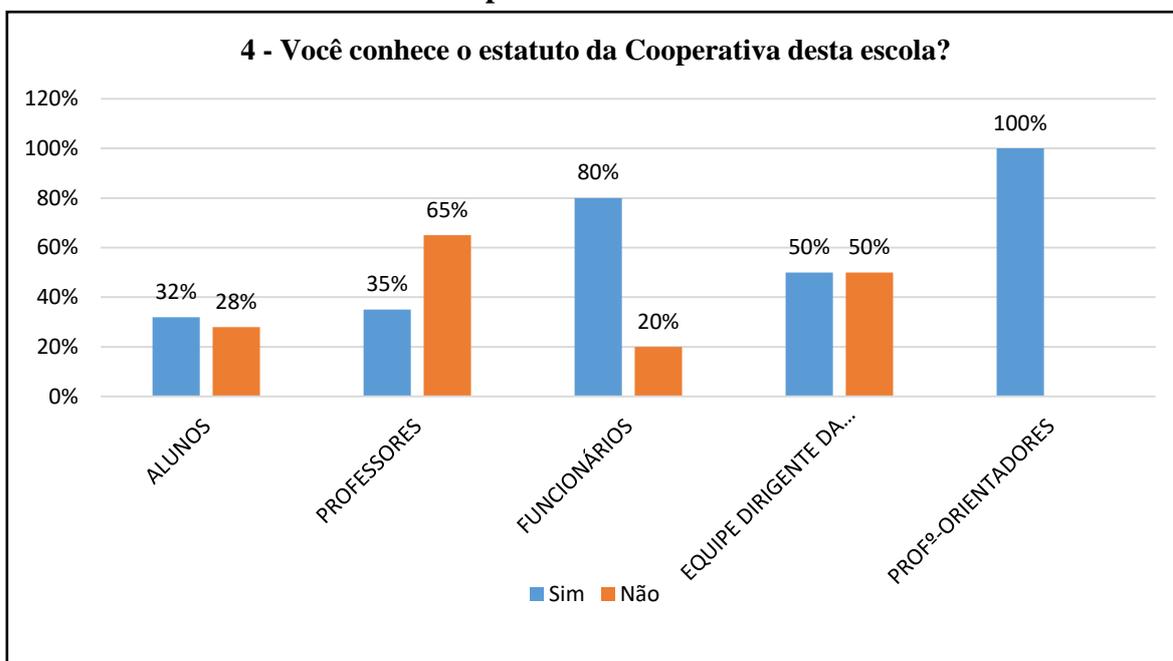
**Gráfico 3 – Conhecimento da existência da Cooperativa**



Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

Outro importante dado é sobre o estatuto da Cooperativa-Escola, pois 47% dos alunos, 65% dos professores, 20% dos funcionários e 50% da equipe dirigente não o conhecem.

**Gráfico 4 – Estatuto da Cooperativa**

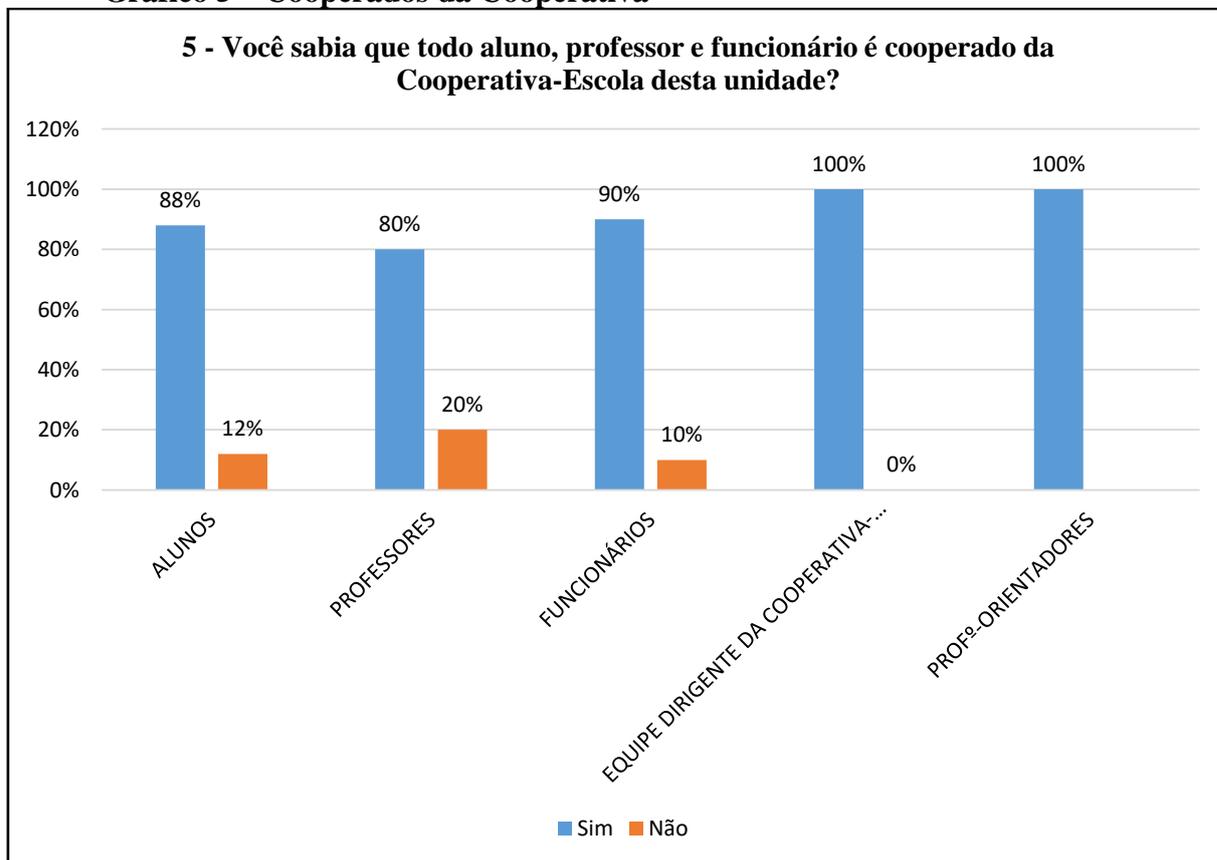


Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

Entretanto, apesar de parte deles não conhecerem o estatuto da Cooperativa-Escola, a

maioria dos participantes possui ciência que são cooperados dessa empresa. Porém, cabe salientar que 12% dos alunos, 20% dos professores e 10% dos funcionários não possuem conhecimento dessa informação.

**Gráfico 5 – Cooperados da Cooperativa**



Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

Ainda assim, a maioria dos alunos e funcionários e 50% dos professores, apesar do conhecimento de serem cooperados, não sabem quais são seus direitos e deveres em relação a Cooperativa-Escola.

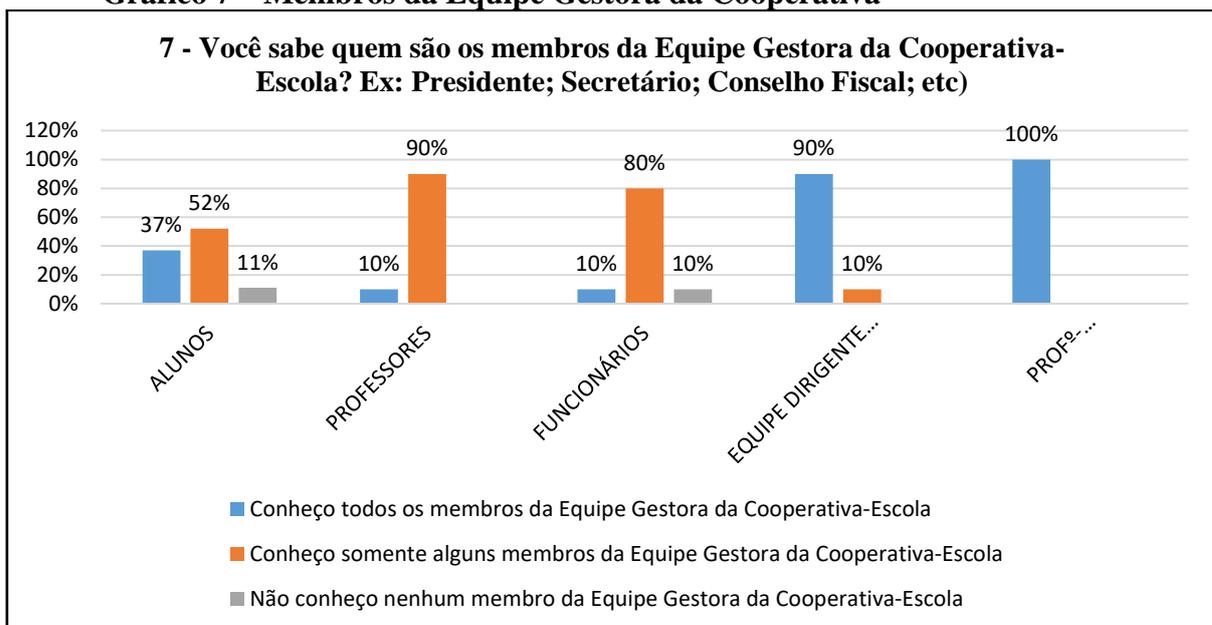
Gráfico 6 – Direitos e deveres dos cooperados



Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

No quesito sobre os membros da equipe gestora da cooperativa, a maioria dos pesquisados alega conhecer somente alguns membros dessa equipe, destacando-se ainda que, 11% dos alunos e 10% dos funcionários apontam não os conhecer.

Gráfico 7 – Membros da Equipe Gestora da Cooperativa



Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

Portanto, quanto ao conhecimento da comunidade escolar acerca da estrutura e

funcionamento da Cooperativa-Escola, após a análise dos dados obtidos, fica evidenciado que, embora os diversos atores dessa escola pesquisada saibam da existência de uma cooperativa atuando dentro do campo escolar pesquisado, muitos não possuem ciência dos seus direitos e deveres perante esse órgão colegiado, tampouco conhecem seu estatuto, sua equipe dirigente, seu efetivo propósito e princípios.

Segue algumas respostas dos pesquisados sobre essa primeira categoria:

*“Acho que a Cooperativa Escola deveria ser mais divulgada dentro da Instituição de Ensino.” (Professor).*

*“Na minha opinião, primeiramente deve haver uma maior divulgação da existência da cooperativa-escola, (para toda comunidade escolar: alunos, funcionários, professores, etc.) quais suas finalidades e objetivos. Posteriormente, um maior envolvimento da comunidade escolar, com participação em reuniões, divulgação das atividades, resultados obtidos, etc., e através de conteúdos em sala de aula, aplicar atividades que envolva o aluno de forma dinâmica nos trabalhos desenvolvidos, para que possa ser transmitido conhecimentos para sua formação, agregando valores que contribuam para sua formação, tornando-o capaz de assumir compromissos na sociedade” (Funcionário).*

Nesse contexto, nota-se a inobservância por parte da própria equipe dirigente e até mesmo dos seus orientadores do princípio cooperativista da educação, formação e informação, pois é primordial que a cooperativa promova a educação e a formação de seus membros, de modo que estes, quanto mais informados forem, possam contribuir de forma eficaz para o desenvolvimento da própria cooperativa que fazem parte.

A educação e a capacitação são indispensáveis em qualquer instituição, mas nas cooperativas elas são questão de sobrevivência. Sem essas atividades, as cooperativas são desvirtuadas ou até absorvidas pelo sistema socioeconômico e pelo processo social dominante que é a concorrência e o conflito SCHNEIDER (2003 p.13 *apud* BELEZIA (2006)).

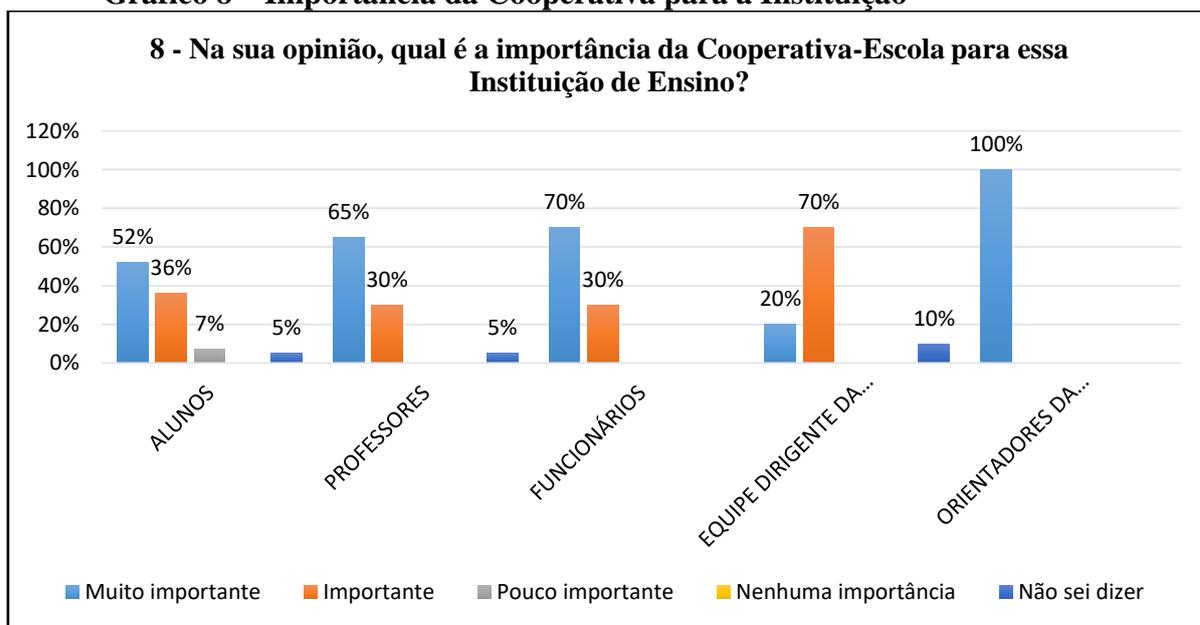
Desta forma, conforme mencionado anteriormente, Ricciardi (1996) destaca que os indivíduos somente participam e possuem interesse naquilo que os atrai e os motiva a participar, e além disso, corroborando com o autor, Belezia (2006) reforça que o sucesso de uma cooperativa está inerentemente relacionado na motivação, conscientização e participação de todos seus associados, sendo, pois, capital, conhecer seus propósitos, finalidades e, sobretudo, a própria doutrina cooperativista.

Categoria II: A importância da Cooperativa-Escola para a instituição de ensino.

De acordo com seu Estatuto, o objetivo da Cooperativa-Escola é educar os discentes nos princípios do cooperativismo, servindo, pois, como instrumento operacional dentro do processo de ensino-aprendizagem, apoiando a escola na sua ação educativa, com integração das atividades curriculares e, além disso, proporcionar a prática e fixação dos conhecimentos essenciais à formação integral do técnico-cidadão (ETEC ORLANDO QUAGLIATO, 2019).

Dessa forma, com relação a sua importância, observa-se, no gráfico a seguir, que a maioria dos atores da escola possui o entendimento que a cooperativa é fundamental para a unidade de ensino. Nota-se, todavia, que ela possui pouca importância somente para 7% dos alunos, e ainda que uma baixa porcentagem dos respondentes não sabe dizer a respeito do perguntado.

**Gráfico 8 – Importância da Cooperativa para a Instituição**



Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

Segundo Morais (2009), em consonância com seus objetivos, a Cooperativa-Escola bem organizada, será capaz de favorecer a educação tecnológica, melhorando, portanto, o ensino e a própria instituição escolar pública. Isso acontecerá quando tornar-se efetiva a implantação de novos e profícuos projetos, sendo estes em parceria com a própria instituição escolar na qual está alocada ou ainda com outras instituições afins. Para tanto, para que isso realmente ocorra, de acordo com o autor, há a necessidade dessas cooperativas serem cada vez mais fortalecidas e preservadas.

De acordo com um dos professores-orientadores,

*“A cooperativa escola é muito importante para a formação dos alunos e permite adquirir experiência prática que será relevante para os alunos no mercado de trabalho, e a escola oferece esta oportunidade para os alunos” (Professor-orientador).*

Para Belezia (2006), todas as atividades que são desenvolvidas pela cooperativa, no âmbito da escola técnica agrícola, são de essencial importância, tanto para o desenvolvimento dos projetos produtivos agropecuários, quanto para a formação de uma cultura cooperativista dos alunos, professores e funcionários.

É inegável que a Cooperativa-Escola exerce um papel relevante e imensurável dentro da unidade escolar agrícola. Nesse sentido, é improtelável que os gestores instiguem constantemente a comunidade escolar, principalmente os alunos, da importância de manter uma cooperativa cada vez mais consolidada e organizada, para que ela possa continuar contribuindo no desenvolvimento de uma escola melhor e mais unida.

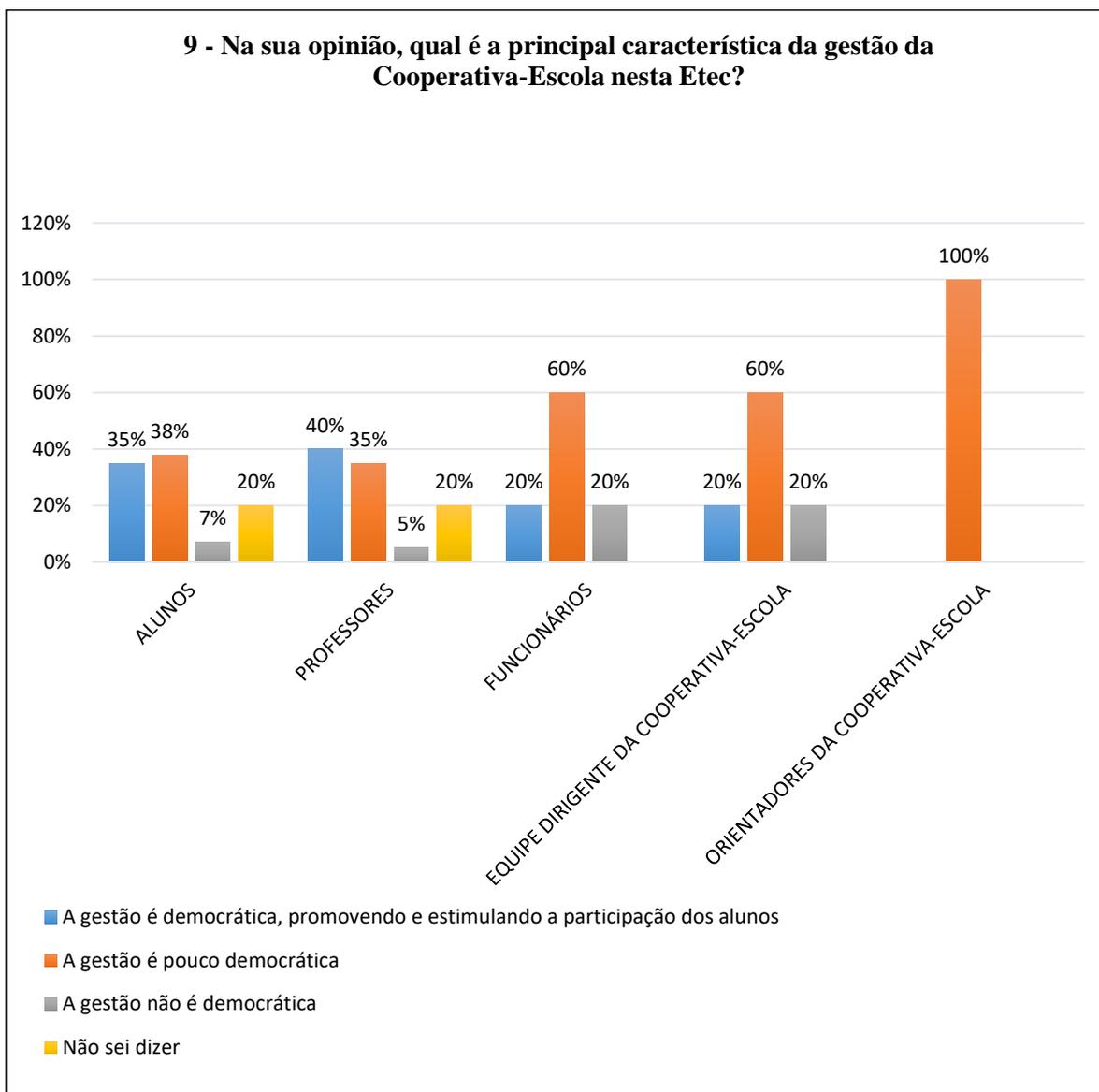
### Categoria III: A gestão da Cooperativa-Escola dos Alunos da Etec Orlando Quagliato

O conceito de gestão surgiu no sistema educacional brasileiro com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino nas escolas. De acordo com Luck (2013), a democratização na gestão escolar deve ser planejada, desenvolvida e realizada por todos os segmentos da escola, em conjunto. Ainda, segundo a autora, para que este processo de gestão democrática ocorra efetivamente, é primordial construir um sistema de relacionamento no qual as oportunidades sejam ofertadas igualmente a todos os indivíduos, e que, sobretudo, possam gozar de autonomia para participar ativamente dos processos decisórios da instituição.

Deste modo, nesta categoria foram tratadas as questões referentes a gestão da cooperativa pela equipe dirigente e por seus professores orientadores, e além disso, sobre a gestão da escola exercida pela direção e suas possíveis interferências nos processos decisórios da cooperativa.

Quanto a gestão da cooperativa, ela acontece de forma democrática somente para 35% dos alunos, 40% dos professores, 20% dos funcionários e 20% da equipe gestora. Para a maioria dos indivíduos, exceto os docentes, a gestão é pouco democrática ou antidemocrática.

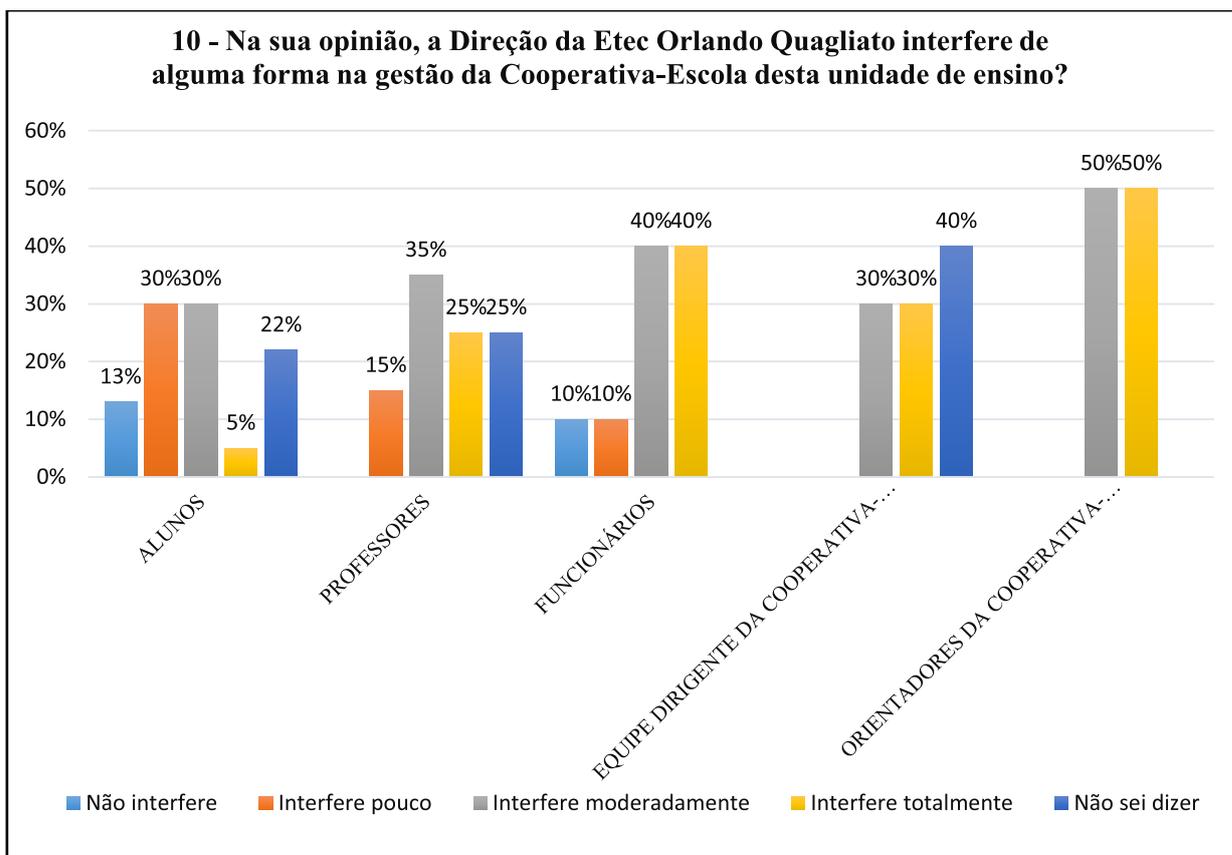
**Gráfico 9 – Característica da gestão da Cooperativa**



Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

Vale informar neste estudo os dados quanto a interferência da direção da escola na gestão da cooperativa, pois como pode ser visto no gráfico a seguir, isso somente não ocorre para 13% dos alunos e 10% dos funcionários. Portanto, para a maior parte dos participantes, ainda que para alguns de forma tímida, para outros moderadamente ou ainda totalmente, a direção da instituição escolar imiscui-se nos processos decisórios da cooperativa.

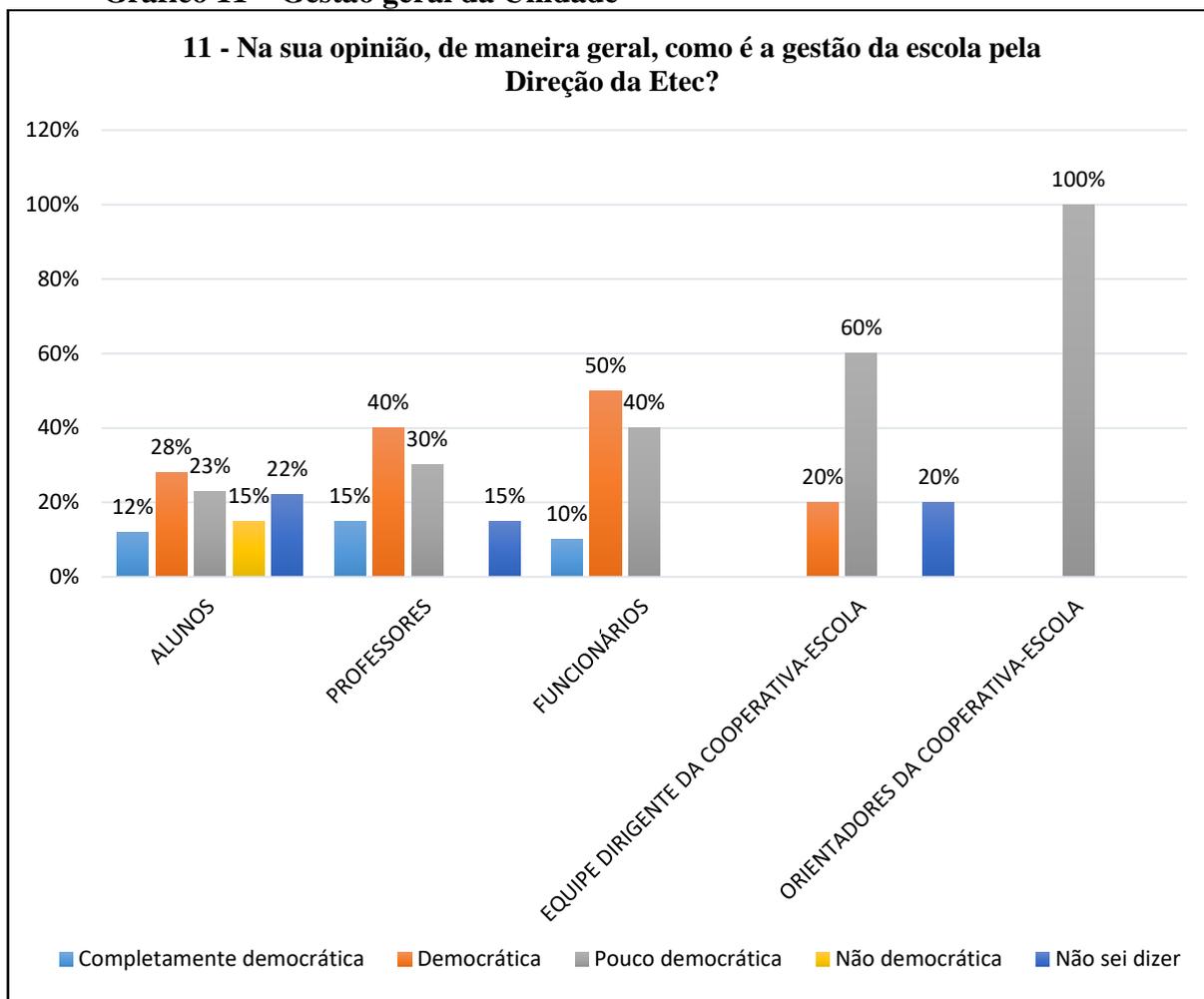
**Gráfico 10 – Autonomia da Cooperativa**



Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

Por final, com o intuito de conhecer, de maneira geral, a opinião dos envolvidos neste estudo acerca da gestão da escola pela direção como um todo, cabe apontar que para 23% dos alunos, 30% dos professores, 40% dos funcionários e 100% dos professores-orientadores, ela processa-se de forma pouco democrática.

Gráfico 11 – Gestão geral da Unidade



Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

Visando esclarecer ainda mais a opinião dos participantes da pesquisa em relação a gestão da cooperativa e da Unidade de Ensino, seguem alguns relatos:

*“Penso que a Cooperativa-Escola juntamente com a Direção da Etec deveria proporcionar maior participação dos alunos nas tomadas de decisões, pois isso com certeza contribuiria muito para uma formação profissional melhor preparada para enfrentar as adversidades do mercado de trabalho atualmente” (Funcionários).*

*“Acho que a Direção da Escola e os responsáveis pela Cooperativa deveriam escutar mais os alunos desta escola, pois talvez assim eles possam se interessar mais pelas coisas da escola” (Funcionários).*

*“Pra mim essa gestão é boa, só precisa ser um pouco menos autoritária” (Aluno 2º Ano).*

De acordo com Lordeiro e Leão (2016), a participação das pessoas na gestão educacional não acontecerá somente se o gestor assumir o compromisso de unir as pessoas e

atribuir-lhes tarefas e responsabilidades, mas, sobretudo, na sua disposição de executá-las junto a elas.

Neste caso, Libâneo, Oliveira e Toschi (2012) acentuam, ainda, que o diretor da escola possui relevante destaque no fomento à gestão democrática na escola, pois cabe a essa autoridade proporcionar à coletividade a possibilidade do diálogo, da participação, da discussão coletiva, da autonomia. Entretanto, não basta tomar decisões, faz-se necessário colocá-las em prática, e para tanto, a instituição escolar deve estar bem coordenada e administrada.

Para isso, Paro (2010) destaca que a solução para a gestão escolar não se restringe à figura de um diretor “democrático” para a promoção das mudanças necessárias na escola. É preciso que o diretor esteja profundamente empenhado na transformação dessa gestão, e para tanto, ele deve envolver o maior número possível de pessoas para obter sucesso nessa missão.

O termo “gestão democrática” está sendo utilizado ultimamente no cenário educacional de forma dominante, seja por meio da legislação e diretrizes vigentes ou mesmo pelo entendimento político da expressão. A democracia remete ao povo a participação de todos os indivíduos, permitindo, pois, expressões de suas opiniões e críticas. Vale ainda lembrar, neste contexto, que o conceito de gestão democrática no ambiente escolar está apregoadado na nossa Constituição Federal de 1988, nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, no Plano Nacional de Educação de 2014. No caso das escolas técnicas estaduais, esse conceito consta no Regimento Comum, no Plano Plurianual de Gestão e no Projeto Político Pedagógico. Além disso, no que tange às cooperativas, um dos sete princípios cooperativistas cita que sua gestão deve ser pautada exclusivamente dentro da concepção democrática.

Nesse contexto, diante das respostas dos participantes dessa pesquisa tangente a gestão da escola, os quais indicaram que a gestão da unidade não atua de forma democrática, vale ressaltar que não basta a equipe gestora promover a construção de uma gestão mais participativa e democrática se cada indivíduo nela pertencente não assumir seu papel nesta tarefa. Cabe sim aos gestores incentivar e promover a participação da comunidade escolar neste processo democrático, contudo, cabe também a todos os atores escolares assumirem o compromisso concreto para a efetivação de fato da democracia dentro do universo escolar.

Vale ainda lembrar, que de acordo com Pereira (2010), também o processo de ensino-aprendizagem dos alunos sofre influências diretas e positivas quando aplicada uma Gestão democrática-participativa autêntica, sendo, portanto, elemento essencial para um bom desempenho pedagógico e administrativo nas escolas.

Importante também mencionar, ainda nessa conjuntura da gestão democrática, a necessidade da escola em desenvolver a autonomia de seus alunos, pois segundo Freire (2006), quando autonomia é trabalhada com educando, isso fomenta sua criticidade e desenvolve suas capacidades, possibilitando, desta forma, sua própria transformação social. Por isso, é primordial a escola concentrar esforços também no aprendizado da autonomia de seus estudantes, formando assim indivíduos cada vez mais capacitados, críticos e líderes de suas crenças e ideais. Para o autor, a autonomia é imprescindível para o alicerce de uma sociedade democrática e proporciona melhores condições dos sujeitos à participação política, dando a eles vez e voz para que digam qual é o melhor modelo individual e coletivo de uma sociedade.

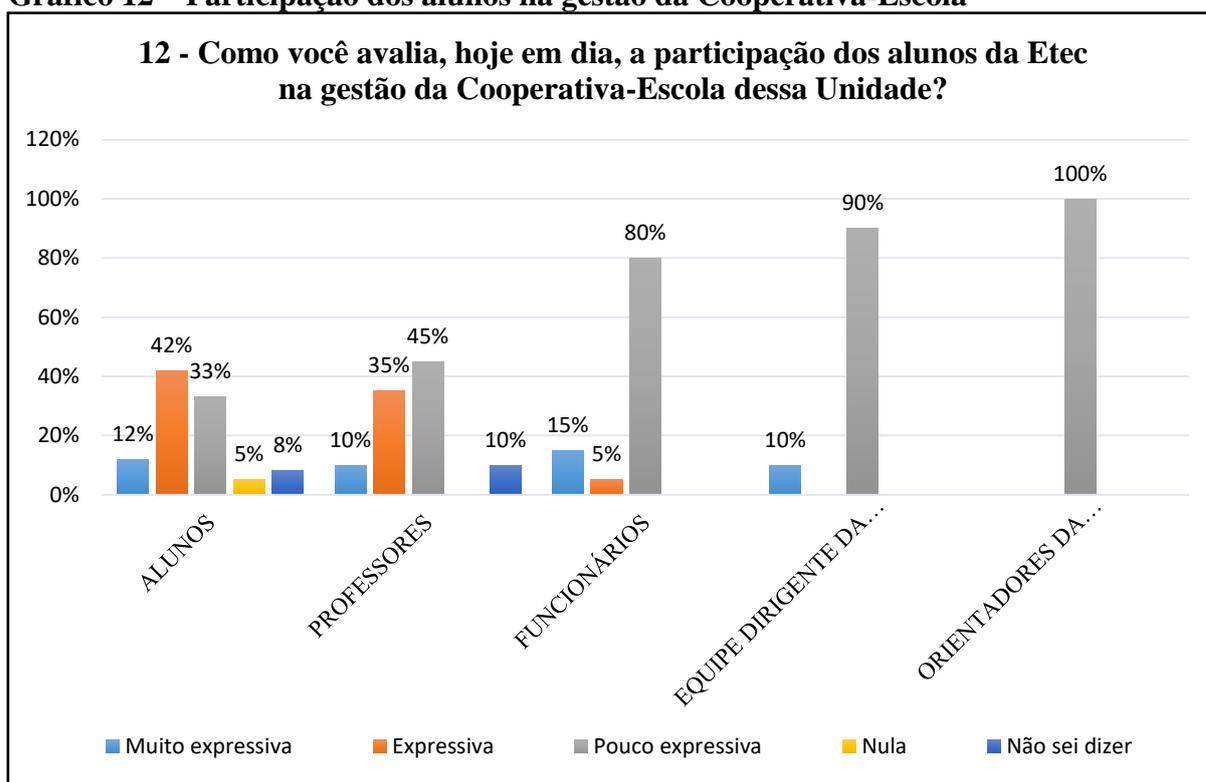
Categoria IV: Participação dos alunos na gestão da Cooperativa-Escola, nos projetos produtivos e nos processos decisórios da unidade.

Paro (2002) salienta que o valor universal da democracia é a prática mutual entre os grupos e indivíduos. Destaca ainda que a democracia é um processo holístico e que necessita envolver cada pessoa na completude de sua personalidade. Porém, segundo o autor, isso está muito longe de ocorrer nas escolas porque estão permeadas de práticas autoritárias em que nada favorecem o crescimento da autonomia dos estudantes.

Gadotti (2014) entende que para ocorrer uma gestão democrática numa instituição de ensino é necessário, pois, que os diversos segmentos dessa comunidade participem de suas decisões internas. No entanto, o autor esclarece que essa participação não deve acontecer por obrigatoriedade, mas com qualidade. É primordial, enfim, que a escola produza meios para cativar seus membros para que estas participações aconteçam espontaneamente.

Assim sendo, vale assinalar a partir da análise do gráfico abaixo, a elevada porcentagem entre os professores, funcionários, equipe dirigente e professores-orientadores, a qual indica que a participação dos discentes no que diz respeito a gestão da Cooperativa-Escola é inexpressiva.

**Gráfico 12 – Participação dos alunos na gestão da Cooperativa-Escola**



Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

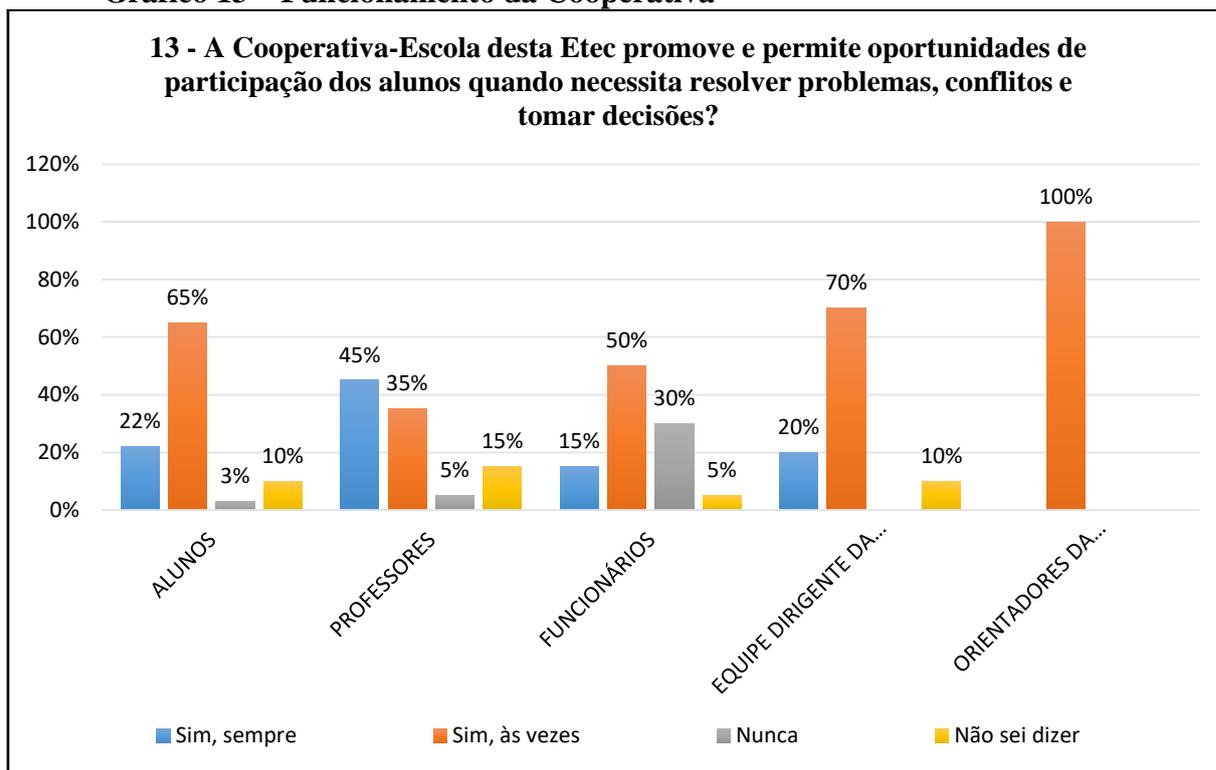
Libâneo, Oliveira e Toschi (2012) ressaltam que quando o sujeito participa dos órgãos deliberativos da escola, aprende a sentir-se responsável pelas decisões que podem afetá-los de alguma forma.

Corroborando com os autores, Ferreira (2011) frisa que a promoção do diálogo com os alunos e suas demandas, leva-os a experimentar situações de pertencimento, e assim, eleva a auto-estima e desejo de cooperação entre eles, e por fim, reconhecem sua própria condição de sujeitos de direitos.

Nesse sentido, para os autores Marques e Love (1993), as práticas cooperativistas administradas e executadas pelos alunos do curso de técnico agrícola, funcionam como campo de estágio e ações voluntárias, pois o envolvimento deles nos setores produtivos desperta o senso de compromisso com o trabalho.

Entretanto, no que se refere a obrigação da Cooperativa-Escola em promover oportunidades de participação de seus cooperados nas tomadas de decisões, fica evidente o cumprimento deste encargo perante as respostas coletadas provenientes dos diversos entes escolares pesquisados, embora para muitos a abertura à participação desses membros nos processos decisórios não ocorra de forma completa.

Gráfico 13 – Funcionamento da Cooperativa



Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

Segundo Gutierrez e Catani (2013), promover a participação da comunidade escolar nas tomadas de decisões escolares é fundamental para a implantação de um processo de ensino-aprendizagem satisfatório, pois representa realmente os anseios de mudanças na realidade social do coletivo.

Contudo, para Lordeiro e Leão (2016), a participação não acontece espontaneamente, sendo essencial pois que a escola desenvolva ferramentas que possam motivar toda a comunidade escolar a assumirem suas responsabilidades dentro do processo educacional.

Nessa conjuntura, Luck (2011) reforça que este processo de participação gera nos indivíduos o sintoma de pertencimento, ou seja, transforma as pessoas em autoras e responsáveis pelos seus resultados, desenvolvendo, sobretudo, a sua própria autonomia e espírito de equipe, eliminando, enfim, comportamentos de passividade, marginalidade e individualismo.

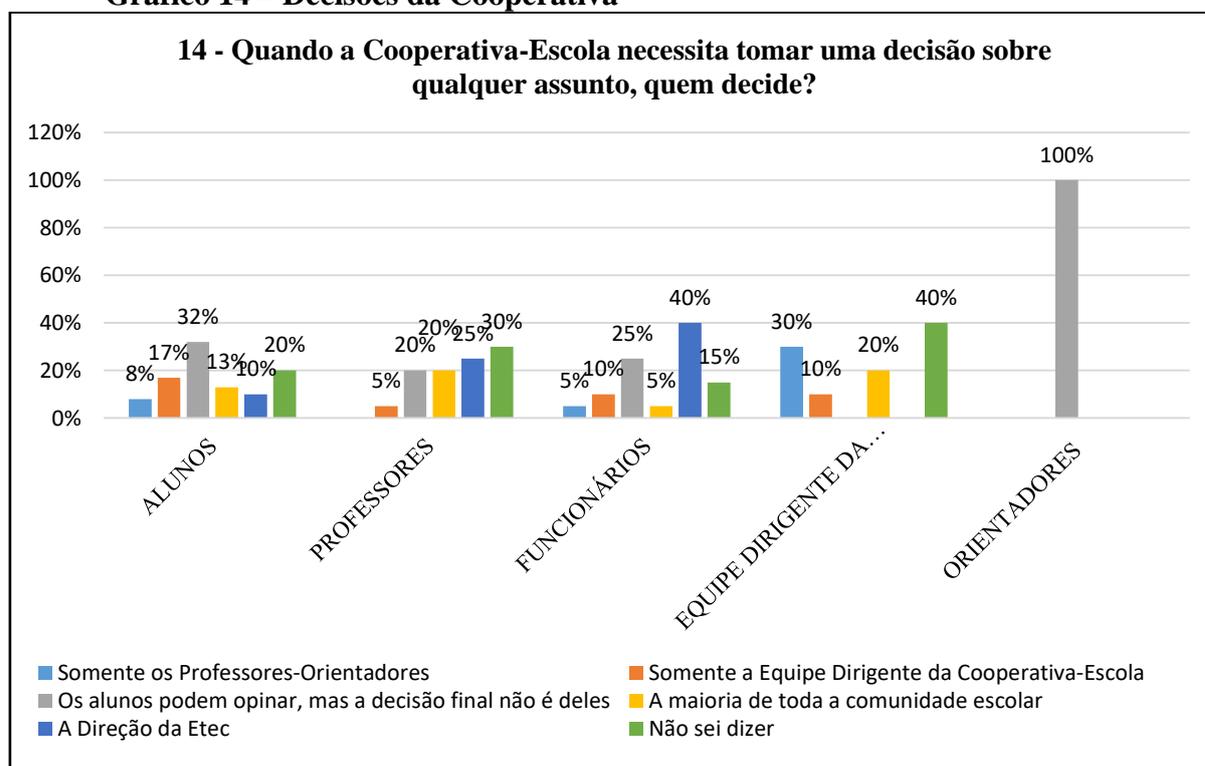
Conforme já mencionado, Souza (2009) afirma que o conceito de gestão escolar democrática não deve se resumir basicamente às tomadas de decisões, porém, deve sustentar-se no diálogo e na alteridade, com a participação atuante de toda a comunidade escolar auxiliando a construção comunitária de regras e ferramentas e no estabelecimento de canais de comunicação, com o propósito de amplificar o domínio das informações a todos os

indivíduos que atuam na escola. De acordo com o autor, as discussões políticas e pedagógicas a respeito da gestão democrática, faz percebermos que a participação política ativa, mesmo que garantida por meio da Legislação vigente e dos instrumentos organizacionais e legais (colegiados escolares), isoladamente, não são suficientes para a efetivação de fato da gestão democrática. Para o autor, os colegiados seguramente concorrem para a construção da democracia nas escolas, entretanto, podem se transformar em mecanismos ainda mais burocráticos e insuficientemente democráticos.

No caso das cooperativas, Drumond (2010) acrescenta ser crucial que cada cooperado participe de tudo o que diz respeito à cooperativa da qual ele faz parte, desde a construção do seu estatuto, do regimento interno (se houver) e principalmente no processo de tomada de decisões, os quais ocorrem sempre por meio de assembleias, que por sua vez são soberanas.

Conquanto a Cooperativa-Escola estudada promova a participação da comunidade escolar nas tomadas de decisões, importante analisar o gráfico abaixo exposto, pois para 32% dos alunos, 20% dos professores, 25% dos funcionários e 100% dos professores-orientadores, apesar da cooperação dos envolvidos, a palavra final nas decisões não pertence a maioria. Desta forma, para uma parcela dos pesquisados, quem afinal decide sobre qualquer assunto são os próprios professores-orientadores da cooperativa ou a direção da escola.

**Gráfico 14 – Decisões da Cooperativa**



Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

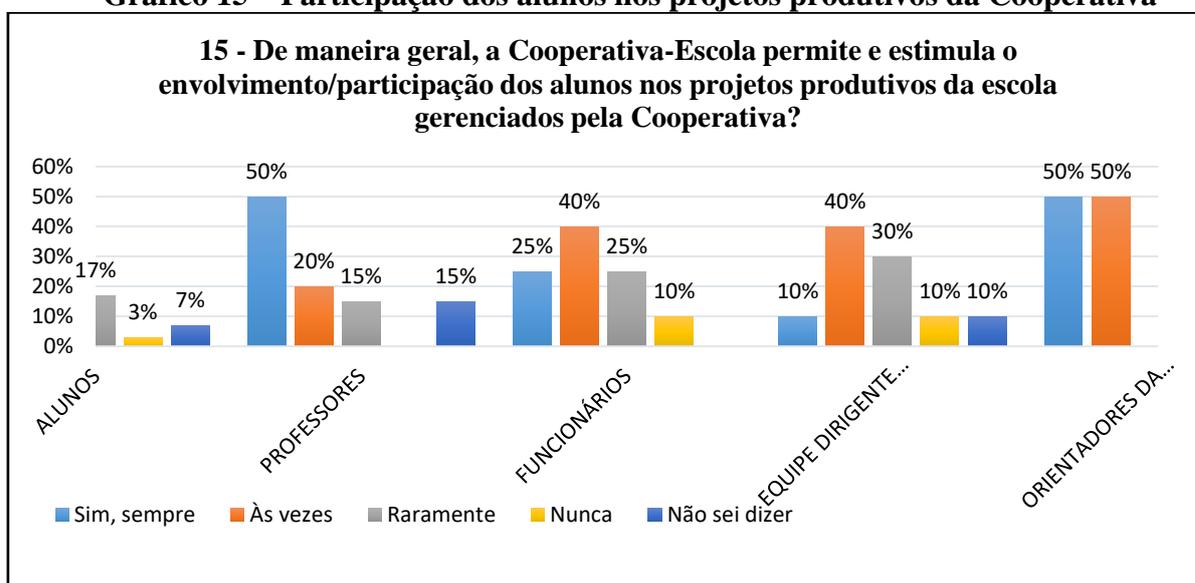
Para Luck (2013) os problemas enfrentados atualmente pelas instituições escolares estão cada vez mais difíceis de resolver. Assim sendo, não cabe a gestão da escola ou da cooperativa somente a função de dividir as responsabilidades entre seus membros, mas sobretudo aceitar suas intenções e deliberações.

Ainda, segundo a Organização da Cooperativas Brasileiras (OBC), as cooperativas são entidades que efetivamente exercem a democracia. Isso pode ser comprovado pelo fato dos associados serem responsáveis pela gestão. Por isso, é de suma relevância a participação efetiva de seus membros para que ocorra a prática democrática, validando assim o diferencial dos empreendimentos cooperativistas. Conforme a Lei nº 5.764/71, cada associado possui direito de voto, tendo assim sua representatividade garantida. Portanto, nesse sentido, cada cooperado têm o direito de participar ativamente das tomadas de decisões.

Boordenave (2008) ressalta que o conceito de participação envolve fazer parte, tomar parte ou ter parte. A prática democrática deve ser alicerçada pela participação, presença e envolvimento dos indivíduos nas questões coletivas. A participação, ainda segundo o autor, deve ocorrer pelo prazer em fazer as coisas de maneira conjunta e porque é mais eficaz fazê-las coletivamente do que individualmente.

Dessa maneira, no que se refere a promoção da participação dos alunos nos projetos produtivos da unidade administrados pela Cooperativa-Escola, para a maioria dos grupos participantes da pesquisa, a cooperativa estimula sim a participação deles nesses projetos, todavia, cabe registrar que para 20% dos alunos, 35% dos professores, 35% dos funcionários, 40% da própria equipe gestora da cooperativa, isso não acontece na realidade.

**Gráfico 15 – Participação dos alunos nos projetos produtivos da Cooperativa**



Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

De acordo com a comunidade escolar:

*“A cooperativa-escola, juntamente com a Direção da Etec deveriam promover e estimular efetivamente a participação dos alunos, não somente nos setores produtivos, mas em todos os processos decisórios da escola, pois isso contribuirá tanto na formação profissional dos alunos bem como na formação de cidadãos autônomos e críticos” (Professores).*

*“Ter mais opinião dos alunos” (Aluno 2º Ano).*

*“A escola está mais focada em ganhar dinheiro chamando apenas os que já sabem assim não dando chance de aprender e nas aulas práticas eles não se preocupam em ensinar apenas em ganhar dinheiro” (Aluno 2º Ano).*

*“Os alunos tinham que dar mais ideias para a cooperativa” (Aluno 2º Ano).*

*“Procurar saber mais a opinião dos alunos” (Aluno 2º Ano).*

*“Deveríamos ter mais participação referente a assuntos que nos tem respeito” (Aluno 3º Ano).*

*“Eu acho que deveria participar mais pessoas das decisões das coisas, pois ultimamente apenas a panelinha dos alunos protegidos pela direção que decide as coisas, os outros não valem nada” (Aluno 3º Ano).*

Algumas estratégias são importantes para construir ambientes participativos e mobilizar as pessoas como aponta Dourado (2001, p. 33): saber ouvir todas as opiniões, estar atento às solicitações da comunidade, ouvir com atenção, delegar responsabilidades ao máximo possível de pessoas, mostrar a responsabilidade e a importância do papel de cada uma para o bom andamento do processo, garantir a palavra a todos, respeitar as decisões tomadas em grupo, criar ambientes físicos confortáveis, tornar a escola um espaço de sociabilidade, valorizar o trabalho participativo, destacar a importância da integração entre as pessoas, submeter o trabalho desenvolvido na escola às avaliações da comunidade e do conselho escolar, valorizar a presença de cada um, desenvolver projetos educativos voltados para a comunidade, ressaltar a importância da comunidade na identidade da escola e tornar o espaço escolar disponível para a comunidade.

No entanto, algumas respostas selecionadas dos pesquisados a seguir mostram as principais dificuldades enfrentadas para a efetivação de uma participação mais concreta do alunado dentro do ambiente escolar, mas cabe informar que todas as respostas da pergunta aberta dos participantes dessa pesquisa estão disponíveis no ANEXO H.

*“Acredito que a participação dos alunos é uma questão sensível à cooperativa que, de certa maneira, envolve a própria essência do espírito do*

*cooperativismo. Não existe uma fórmula pronta ou método fácil para que a participação ocorra adequada e satisfatoriamente. Creio que deve ser um trabalho permanente e sistemático de comunicação e sensibilização no intuito de motivar não só, os alunos, mas todos da comunidade escolar a participar efetivamente na cooperativa” (Professores).*

*“Alguns alunos mostram interesse em participar das atividades, entretanto a maior parte não participa ou não demonstra a responsabilidade necessária, o que de certa forma acaba por levar a equipe gestora a adotar uma postura mais centralizadora” (Professores).*

*“São poucos os alunos que tem interesse e se dedicam aos trabalhos da Cooperativa Escola, mesmo quando incentivados pelos orientadores e direção” (Funcionários).*

*“Os alunos não demonstram interesse na cooperativa, e quando fazem alguma atividade é por interesses particulares” (Funcionários).*

*“Os alunos não se interessam pela cooperativa, e quando algum aluno faz alguma atividade e pensando em tirar vantagens particulares” (Funcionários).*

*“Os alunos poderiam se interagir e se interessar nos projetos elaborados pela escola e a escola se interessar mais sobre o que os alunos pensam” (Equipe dirigente).*

*“Precisamos de mais incentivo para participar das atividades da cooperativa, isto teria mais incentivo para os alunos até mesmo em aulas” (Equipe dirigente).*

*“Incentivo, pois algumas pessoas só trabalham por que são obrigados, mostra que os setores não são apenas para trabalhar e sim apreender coisas novas” (Equipe dirigente).*

*“Uma coisa eu acho que os alunos deveriam ter mais interesses” (Aluno 2º A).*

*“Acredito que em relação a algumas atividades, muitos alunos que querem acabam não podendo ou perdendo a chance de participar de alguns projetos e inovações da escola e da própria cooperativa. Talvez seja devido à falta de divulgação, ou a boatos que acabam sendo espalhados na escola” (Aluno 3ª A).*

*“Os alunos deveriam participar mais nos setores e ser mais ativos nas decisões tomadas sobre os mesmos” (Aluno 3ª A).*

*“Somente falta mais interesse em relação aos alunos. E acredito que como aqui é uma escola agrícola, mesmo que tenha partes práticas no curso, poderia melhorar mais, pois na minha opinião ia ter muito interesse a todos” (Aluno 3º B).*

*“Quase não há participação, por falta de interesse dos alunos. E na minha opinião, em relação aos setores, deveriam investir mais, pois os mesmos são muito importantes, com os setores mais desenvolvidos, despertaria mais o*

*interesse dos alunos” (Aluno 3º B).*

*“Por mais que nós orientadores tentamos estimular a participação dos alunos, eles não têm a maturidade para uma visão cooperativista” (Professor-orientador).*

Como mencionado anteriormente, apesar de não utilizados nos resultados e discussões, a seguir serão apresentados alguns relatos da Diretora da Unidade pertinentes para a pesquisa.

A respeito do conhecimento da comunidade escolar acerca da cooperativa, para a diretora da Unidade,

*“A existência da Cooperativa-Escola é amplamente divulgada a toda a comunidade escolar, então posso afirmar, com certeza, que todos conhecem a existência da Cooperativa-Escola, no entanto, devido ao desinteresse de muitos alunos, embora sabendo que são associados, pouco sabem do estatuto, que faz parte, inclusive, da disciplina Cooperativismo e Associativismo, ministrada na 1ª série do curso. Com isso, o conhecimento dos direitos e deveres também ficam um tanto prejudicados. O despertar desses alunos para uma maior integração com a Cooperativa-Escola seria muito importante e acredito que isso possa se dar através de ações integrativas, como gincanas, participação efetiva em projetos, com responsabilidades sendo mais cobradas por monitores, etc. No entanto, a escola é grande, muitos alunos estão envolvidos, mas envolver todos, realmente é muito complicado” (Diretora).*

Com relação a importância da Cooperativa-Escola para a Unidade Escolar, importante mencionar a resposta da Diretora, pois ela atua nessa instituição por mais de trinta anos:

*“Como atuo nesta escola há vários anos, pude conhecê-la antes e depois da Cooperativa. Houve um salto no desenvolvimento da escola após sua implantação. A participação dos alunos (embora não todos) na definição de projetos, elaboração de custos e conhecimento da receita real, constitui-se numa ferramenta pedagógica que pode ser explorada de várias formas e nos ajuda a formar um técnico mais consciente, com formação também na área de gestão agrícola. Para a escola em si, houve uma abertura para a comercialização do excedente, de uma forma legal, documentada. Assim, há possibilidade de investimento dessa receita na própria escola. Com isso conseguimos também melhorar os setores e a estrutura da Unidade” (Diretora).*

Segundo a Diretora da Escola, com referência a gestão,

*“Quando houve a implantação da Cooperativa-Escola, em 1994, os alunos eram mais velhos, a maioria maiores de idade, com professor-orientador e professor responsável pela relação Escola-Empresa bastante comprometidos, então a gestão acontecia de forma mais eficiente. Hoje, percebemos uma certa insegurança por parte dos alunos que assumem a gestão, pois a exigência de ser maior de 18 anos, limita muito a escolha dos*

*alunos e quem assume, geralmente não têm espírito de liderança, essencial para a gestão. Além disso, houve a supressão do professor responsável pela relação Escola-Empresa” (Diretora).*

É importante enfatizar, que segundo a Diretora,

*“a direção, às vezes, precisa interferir na decisões da Cooperativa-Escola, pois ela funciona dentro da escola em que a direção é responsável por todos os atos administrativos. Então, quem responde por eventuais problemas será sempre a Diretora. Mas, essa interferência deve ser a menor possível. Desde que a Direção tenha conhecimento do que está acontecendo, as decisões podem e devem ser tomadas pelos cooperados, quando se trata de assuntos referentes à cooperativa. Quando se delega funções, deve-se ter a certeza de que ela será executada da melhor forma possível. É assim que costumo agir, como Diretora de Escola” (Diretora).*

No tocante a participação dos alunos na gestão da Cooperativa-Escola, a Diretora da escola ressalta que

*“Embora haja sempre a abertura para a participação dos cooperados nas decisões da Cooperativa-Escola, o desinteresse faz com que apenas parte da escola participe. Com isso a gestão dos projetos fica mais limitada, necessitando da intervenção dos professores responsáveis pela Cooperativa, Gestor Rural e Coordenador do Curso Técnico em Agropecuária. Despertar o interesse de todos os cooperados para maior participação é uma tarefa desafiadora, mas que deve ser enfrentada” (Diretora).*

No que diz respeito aos relatos da Diretora, é importante mencionar que no princípio da da gestão escolar é o diretor que, de acordo com a lei, responde, em última instância por todas as ocorrências dentro do âmbito escolar (PARO, 2010).

Por este motivo, a direção da unidade deve participar ativamente dos colegiados escolares, pois desta forma, evita-se que tomadas de decisões infundadas e em desacordo com a legislação vigente sejam concretizadas nessas instâncias.

Retomando as discussões, de acordo com as respostas de alguns atores da escola, fica evidente a falta de interesse dos alunos à participação nos processos decisórios da unidade, porém, segundo alguns deles, cabe também à escola fazer germinar o interesse dos estudantes a participar e envolverem-se nas ações da escola.

Segundo Dourado (2001), para de fato acontecer uma gestão democrática, a participação da comunidade nas atividades desenvolvidas é primordial, todavia, trata-se de uma tarefa difícil de estabelecer porque os sentimentos, interesses e valores de cada pessoa são diferentes, mas não é impossível. O autor afirma ainda que é função do gestor desenvolver novas e apropriadas ferramentas com a finalidade única de envolver e motivar as pessoas.

Mello (2006) enfatiza que é necessário descentralizar o poder nas escolas, para isso, faz-se necessário a formação de conselhos mais representativos, visando quebrar as barreiras conceituais e conduzir novos processos e, sobretudo, estar apto a prática constante do diálogo. Dessa forma, é necessário, pois, que haja também nas pessoas uma conscientização para mudanças, para que elas possam perceber as possibilidades e fragilidades neste processo para construção, de fato, de espaços emancipatórios.

Portanto, a prática da participação democrática na gestão escolar e nos seus órgãos colegiados deve ser conquistada pela comunidade escolar e não imposta a ela. Desta maneira, faz-se necessário que todos assumam suas responsabilidades com criticidade e autonomia, buscando, pois, o bem comum da coletividade e da instituição.

Promover a concepção de gestão democrática no interior das escolas significa construir uma escola coletiva, fortalecendo a autonomia dos indivíduos e provocando, consequentemente, a descentralização do poder, promovendo, sobretudo, o crescimento social e profissional de seus entes, valorizando, pois, o cidadão em sua plenitude.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Cooperativa-Escola é uma importante ferramenta pedagógica e gerencial dentro da instituição técnica agrícola, pois oportuniza aos estudantes conduzirem os setores produtivos da escola e vivenciar os princípios cooperativistas, além de ser parte fundamental nos processos de ensino/aprendizagem e administrativos, pois estimula o desenvolvimento econômico da fazenda, dando-lhe autonomia para gerenciar os recursos financeiros.

Ademais, a cooperativa na escola agrícola representa um papel relevante no exercício da prática democrática dentro da instituição, pois favorece a participação de seus cooperados nas tomadas de decisões por meio da participação, discussão, negociação e encaminhamentos das demandas pedagógicas, administrativas e financeiras da organização escolar.

Quanto ao conhecimento a respeito da Cooperativa-Escola da Etec Orlando Quagliato, conclui-se que a comunidade escolar recebeu insuficientes informações sobre suas atividades, propósitos e princípios. Os dados revelaram falha grave tangente ao princípio cooperativista da informação, formação e educação dos cooperados, seja pela equipe dirigente ou pelos professores-orientadores da cooperativa. Ressalta-se também que no caso dos alunos, eles recebem, ou deveriam receber a maioria destas informações sobre a cooperativa no componente curricular Cooperativismo e Associativismo, disciplina que faz parte da grade curricular do curso técnico, portanto, nota-se que o processo de ensino-aprendizagem, nesta conjuntura, não ocorreu adequadamente.

Em relação a importância da cooperativa para a Instituição de Ensino, observou-se que os diversos segmentos da unidade possuem ciência de seu significativo aporte.

Na gestão da cooperativa, constatou-se que apesar da abertura de espaço para a participação dos alunos nos processos decisórios, isso não ocorre de maneira plenamente satisfatória, pois a gestão da cooperativa dá-se de forma pouco democrática, visto que os alunos não possuem vez e voz de forma integral, e ainda conta com interferências da direção da instituição nas tomadas de decisões.

No último grupo ficou comprovado, pelas respostas do questionário, o evidente desinteresse pelos discentes no que diz respeito a participação deles na gestão da cooperativa e nos projetos produtivos da escola. Contudo, percebe-se também pelos dados coletados, que a participação desses estudantes poderia acontecer de maneira mais eficaz se a cooperativa e a direção da escola promovessem e incentivassem o envolvimento desses indivíduos de modo mais convincente, ou seja, mostrando-lhes a relevância de participar democraticamente na

gestão da escola, sobretudo para sua formação de aluno-cidadão mais autônomo, crítico e participativo.

Diante das conclusões expostas, sugere-se alguns encaminhamentos:

O cooperativismo, sua filosofia e princípios norteadores, assim como a importância da cooperativa dentro do contexto da escola técnica agrícola e sua significância na formação de técnicos em agropecuária, deve ser profusamente divulgado no círculo escolar. Para tanto, pode-se oferecer à toda comunidade escolar palestras e cursos sobre este assunto e, até mesmo, proporcionar, aos discentes, visitas técnicas às outras cooperativas para verificação *in loco* da estrutura e funcionamento deste ramo de atividade.

O trabalho da equipe dirigente e dos professores-orientadores carece de mais visibilidade, pois dessa maneira, exibirá maior fidedignidade na percepção dos alunos. Nesse ponto, a equipe gestora juntamente com seus orientadores necessitam difundir melhor as atividades propostas e ações desenvolvidas pela cooperativa-escola no âmbito escolar, o que pode ocorrer por meio de divulgações de boletins explicativos nos murais de informações e nas redes sociais, assim como nas reuniões e assembleias da cooperativa.

A gestão da Cooperativa-Escola, bem com a Direção da Unidade precisa, de fato, dar vez e voz à comunidade escolar nos momentos decisórios, principalmente aos alunos, garantindo, desse modo, a consolidação do princípio democrático das cooperativas e ainda contribuindo na concepção de indivíduos mais críticos e conscientes de seu papel na sociedade moderna. Nesse sentido, a cooperativa necessita incentivar ainda mais a participação de seus cooperados nos processos de tomadas de decisões da empresa e no gerenciamento dos projetos produtivos da unidade. Urge, então, a necessidade de dissipar o desinteresse e comodismo por parte deles. Deve-se, portanto, instigá-los neste ato de pertencimento, pois somente assim, participando e conhecendo o trabalho é que eles reconhecerão que podem fazer a diferença dentro do sistema escolar.

Propõe-se a formação de novas equipes ou comissões formadas pelos diversos entes da escola para auxiliar na tomada de decisão e resolução de conflitos nas diferentes áreas da unidade, tais como: residência, gestão, projetos, reparos, convivência, comunicação e assistencialismo.

Recomenda-se, também, a criação de um manual explicativo (*folder*) sobre a importância da Cooperativa-Escola para a Etec Agrícola, sobretudo da relevância da participação dos cooperados na sua gestão.

Sugere-se, ainda, a inserção no calendário escolar da Instituição de uma semana dedicada exclusivamente a prática cooperativista, com dinâmicas voltadas a sensibilizar todos

os membros da comunidade escolar a respeito do papel social do Cooperativismo, de seus benefícios, valores e princípios.

Portanto, este trabalho, além de expor a notoriedade da Cooperativa-Escola no âmbito da Etec Orlando Quagliato, apontou que é possível consolidar cada vez mais o princípio cooperativista da gestão democrática no interior dessa instituição, sobretudo com empenho de seus gestores em proporcionar uma ação coletiva dentro da comunidade escolar, principalmente pela participação efetiva de seu corpo discente.

Enfim, para que isso realmente ocorra, cabe à escola e sua cooperativa repensar suas ações e atividades quanto a motivação da participação de seus componentes no processo de gestão, recriando sua democracia interna e proporcionando aos seus alunos uma participação mais autônoma, efetiva, crítica e consciente.

Dessa forma, diante do exposto, baseado no referencial teórico, normativo, documental e pelos dados obtidos na pesquisa de campo, pode-se compreender a abrangência da gestão democrática-participativa numa cooperativa-escola em uma instituição de ensino técnico agrícola. Espera-se, portanto, que esta pesquisa possa de alguma forma contribuir para o desenvolvimento de práticas mais participativas na gestão da Cooperativa-Escola dos Alunos da Etec Orlando Quagliato, inclusive servir de referência para implantação concreta do princípio de gestão democrática nas demais cooperativas-escola das Etecs agrícolas do Centro Paula Souza.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. C. de; SUHR, I. R. F. Educação profissional no Brasil: a construção de uma proposta educativa dual. **Revista Intersaberes**, vol. 7, n.13, p. 81– 110, jan./jun. 2012, ISSN 1809-7286. Disponível em: <https://www.uninter.com/intersaberes/index.php /revista/article/download/248/157>. Acesso 28 jul. 2019.

AMORIM, A. **Gestão escolar e inovação educacional**: a construção de novos saberes e gestores para a transformação do ambiente educacional na contemporaneidade. 37 Reunião Nacional da ANPEd – 04 a 08 de outubro de 2015, UFSC – Florianópolis. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt09-3967.pdf> Acesso em: 24 nov. 2019.

ARAÚJO, B. M. de. O ensino agrícola e a educação: a formação do trabalhador rural. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - CONHECIMENTO HISTÓRICO E DIÁLOGO SOCIAL**, 27, 2013, Natal, RN. Anais..., Natal, RN: ANPUH, 2013, p. 1-13. Pelotas, RS: Gráfica CEFET-RS, 2004. Disponível em: [http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364473362\\_ARQUIVO\\_BrunoAraujo.Anpuh2013.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364473362_ARQUIVO_BrunoAraujo.Anpuh2013.pdf) Acesso em: 11 ago. 2019.

ARAUJO, S; CASTRO, A. M. D. A. Gestão educativa gerencial: superação do modelo burocrático? **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.**, Rio de Janeiro, v.19, n.70, p. 81-106, Mar. 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br /scielo.php?script=sci\\_arttext&pid= S0104-40362011000100006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br /scielo.php?script=sci_arttext&pid= S0104-40362011000100006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 12 jul. 2019.

BACZINSK, A. V. M; COMAR, S. R. Gestão escolar democrática e a pedagogia histórico-crítica: contradições, limites e possibilidades. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, [S.l.], p. 145-165, dec. 2016. ISSN 1519-9029. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9452/6281>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Edições 70, Lda., 2015.

BARREIRO, I. M. F. **Formação para o ensino agrícola nos centros de treinamento para professores e auxiliares rurais**: (1952-1963) UNESP – Assis. Disponível em: [http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt02-2149\\_int.pdf](http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt02-2149_int.pdf) Acesso em: 11 ago. 2019.

BARRIOS, J. J.P. **A Participação no cooperativismo agrícola: estudo de caso da cooperativa agrícola de Jaguari**. Santa Maria (RS), Monografia apresentada ao Instituto de

BARROSO, J. O reforço da autonomia das escolas e a flexibilização da gestão escolar em Portugal. In: FERREIRA, N.S.C. (Org.). **Gestão democrática da educação**: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 1998.

BASILIO, H. C.; LISBOA, V. M. **Mecânica 50 anos de história**: 1954 2004.

BELEZIA, E. C. **Cooperativa-escola**: metodologia para a construção de uma cultura escolar cooperativa. Eva Chow Belezia. 2006. 172 f. Dissertação (Mestrado) – Centro Universitário Nove de Julho, 2006. Orientador: Prof. Dr. Miguel Henrique Russo.

BERTINETI, E. P. **Gestão escolar democrática e participação dos sujeitos: uma análise a partir dos fundamentos filosóficos de John Dewey.** Disponível em: <<http://repositorio.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/3173>> Acesso em: 15 mai. 2018.

BIALOSKORSKI, N. S. **Aspectos Econômicos das Cooperativas.** Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.

BORDENAVE, J. E. D. **O que é Participação.** São Paulo: Brasiliense, 2008.

BRASIL, **Constituição** (1937) dos Estados Unidos do Brasil, Rio de Janeiro 1937. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 12 jun. 2019.

BRASIL, **Decreto n. 7566**, de 1909; n. 19.402, de 1930; n. 4127, de 1942; n. 8673, de 1942; n. Cria nas Capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices para o ensino profissional primário e gratuito. Coleções de Leis do Brasil. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 31 dez. 1909. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 jul. 2019.

BRASIL, **Decreto-lei n. 4073** de 1942. BRASIL, Lei n. 378, de 1937; Da nova organização ao Ministério da educação e Saúde Pública. n. 5524 de 1968. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 10 jul. 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n° 196**, de 10 de outubro de 1996. Aprova normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília: Diário Oficial da União, 1996. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files//media/document//resolucao-cns-196-96.pdf> Acesso em: 22 mar. 2019.

BRASIL Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n° 466, de 12 de dezembro de 2012.** Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466\\_12\\_12\\_2012.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html) Acesso em: 03 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Centenário da rede federal de educação profissional e tecnológica. (2009).** Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico\\_educacao\\_profissional.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf) Acesso em: 28 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em: 30 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Surgimento das escolas técnicas.** Educação e Ciência. 2011. Disponível em: [www.brasil.gov.br](http://www.brasil.gov.br). Acesso em: 28 jul. 2019.

CAMPOS, L. G. R. **O CEFET-MG ao longo da sua História – 1909 – 1950;** v. 01, 1985, mimeo.

CATTANI, A. D. (Org.). **Trabalho e tecnologia**: dicionário crítico. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. Universidade, 1997. 292 p.

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA. (São Paulo). **Deliberação CEETEPS Nº 003, de 18-7-2013**. Aprova o Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. Diário Oficial [do] Estado de São Paulo: seção 1: Poder Executivo, São Paulo, ano 123, n. 161, p. 91, 28 ago. 2013.

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA. **Sobre o Centro Paula Souza**. Disponível em: <https://www.cps.sp.gov.br/sobre-o-centro-paula-souza/> Acesso em: 21 maio 2019.

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA. **Sistemas produtivos**: da inovação à sustentabilidade. São Paulo: Centro Paula Souza, 2013. p. 506-515. Disponível em: [http://www.portal.cps.sp.gov.br/pos-graduacao/workshop-de-pos-graduacao-e-pesquisa/008-workshop-2013/trabalhos/gestao\\_economico\\_financeira\\_de\\_sistemas\\_produtivos/118105\\_506\\_515\\_FINAL.pdf](http://www.portal.cps.sp.gov.br/pos-graduacao/workshop-de-pos-graduacao-e-pesquisa/008-workshop-2013/trabalhos/gestao_economico_financeira_de_sistemas_produtivos/118105_506_515_FINAL.pdf) , Acesso em: 31 de jul. 2019.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; DA SILVA, R. **Metodologia científica**. 6.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

CHIAVENATO, I. **Introdução geral a teoria da administração**. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

COELHO, F. M. O Cotidiano da Gestão Escolar: o método de caso na sistematização de problemas. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 40, n. 4, p. 1261-1276, dez. 2015. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2175-62362015000401261&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362015000401261&lng=pt&nrm=iso)> Acesso em: 16 maio 2018.

CONSTANTINO, P.R.P.; OLIVEIRA, A.C.O. **Impacto das cooperativas na gestão orçamentária das escolas técnicas de ensino agrícola do Centro Paula Souza**. In: WORKSHOP DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA DO CENTRO PAULA SOUZA,8., 2013, São Paulo.

CÔRREA, F. **Poder e participação**. PLURAL, Revista do Programa de PósGraduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.19.2, p.113-128. 2012. Disponível em: <[www.revistas.usp.br/plural/article/viewFile/74438/78059](http://www.revistas.usp.br/plural/article/viewFile/74438/78059)>. Acesso em 30 dez. 2019.

CUNHA, L. A. **Educação e desenvolvimento no Brasil**. 2.ed. São Paulo, 2000.

DEMO, P. **Pesquisa e informação qualitativa**. Campinas: Papyrus, 2002.

DOMINSCHEK, D. L. **O escudo**: a alma do SENAI PR 1949-1962. Dissertação, mestrado, Programa de Pós-Graduação – Linha de pesquisa: História e Historiografia da Educação. Universidade Federal do Paraná, 2008, Curitiba, PR.

DOURADO, L. F. **Progestão**: como promover, articular e envolver a ação das pessoas no

processo de gestão escolar? Módulo II. Brasília: CONSED, 2001.

DRUMOND, V. R. S. **A aplicação dos princípios cooperativistas na gestão dos empreendimentos cooperativos**. Coletânea de artigos apresentados no I Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo (EBPC). Brasília, 2010.

Etec ORLANDO QUAGLIATO. **Cooperativa-Escola**. Santa Cruz do Rio Pardo: Etec Orlando Quagliato, 2019.

Etec ORLANDO QUAGLIATO. **Plano plurianual de gestão: PPG**. Santa Cruz do Rio Pardo: Etec Orlando Quagliato, 2018.

Etec ORLANDO QUAGLIATO. **Projeto político pedagógico**. Santa Cruz do Rio Pardo: Etec Orlando Quagliato, 2018.

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. São Paulo: Saraiva, 2006.

FÉLIX, M. F.C. **Administração escolar: um problema educativo ou empresarial**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1984.

FERREIRA, A. dos S. **Participação Discente na Escola Pública de Ensino Médio: a perspectiva dos alunos**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação: Processos Sócio-Educativos e Práticas Escolares. UFSJ – MINAS GERAIS JUNHO 2011. Disponível em: [https://ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/mestradoeducacao/Dissertacao %20Adriana%20Moreira%20dos%20Santos%20Ferreira.pdf](https://ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/mestradoeducacao/Dissertacao%20Adriana%20Moreira%20dos%20Santos%20Ferreira.pdf). Acesso em: 30 dez. 2019.

FONSECA, C. S. da. **A história do ensino industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: SENAI–DN– DPEA, 2006, volume único.

FONTANA, A. R. **Gestão escolar democrática: é possível?** Disponível em: <https://docplayer.com.br/10944982-Gestao-escolar-democratica-e-possivel.html> Acesso em: 22 mar. 2019.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FREITAS, A.F. et al. **Participação na Gestão de Cooperativas: A estratégia de organização do quadro social (OQS)**. Em extensão, Uberlândia, v.10, n.1, p.90-99, jan./jun.2011.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs.). Ensino Médio Integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005 176 p. In: RICCIARDI, EDVALDO L. **Cooperativismo: uma solução para os problemas atuais**. Vitória: Coopermídia, 1996. 96p.

GADOTTI, M. **Gestão democrática com participação popular**. 2014. Disponível em:

[http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/artigogadotti\\_final.pdf](http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/artigogadotti_final.pdf). Acesso em: 02 jun. 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, A. **A gestão democrática e o diálogo na proposta do Ministério Público para a mediação de conflitos nas escolas**. Disponível em: <<http://bdtd.unoeste.br:8080/jspui/handle/jspui/1002>> Acesso em: 15 mai. 2018.

GOOGLE. **Formulários Google**: crie e analise pesquisas gratuitamente. Disponível em: <https://www.google.com › intl › pt-BR › forms › about> Acesso em 18 jun. 2019.

GUTIERREZ, L. G.; CATANI, A. M. Participação e gestão escolar: conceitos e potencialidades. In: FERREIRA, N. S. C. (org.). **Gestão Democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. 8ª ed. São Paulo, SP: Cortez, 2013.

HORA, D. L. **Gestão Democrática na Escola**: artes e ofícios da participação coletiva. Campinas: Papirus, 1994.

KANT, I. Crítica da Razão Pura. In: **Os Pensadores**. Trad. Valério Rohden e Udo Valdur Moosburger. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

KANT, I. **Sobre a Pedagogia**. 2.ed. Piracicaba: Unimep, 1999.

KUENZER, A. Z. A formação de educadores no contexto das mudanças no mundo do trabalho: Novos desafios para as faculdades de educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 19, n. 63, p. 105-125, ago.1998. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73301998000200007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301998000200007&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 17 jul. 2019.

KUENZER, A. Z. As mudanças no mundo do trabalho e a educação: novos desafios para a gestão. In: FERREIRA, N. S. C. (org.). **Gestão Democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LIBÂNEO, J. C; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. **Educação Escolar**: política, estrutura e organização. 10.ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção docência em formação: saberes pedagógicos/coordenação Selma Garrido Pimenta).

LIMA, L. C. Por que é tão difícil democratizar a gestão da escola pública?. **Educ. rev.**, Curitiba, v. 34, n. 68, p. 15-28, abr. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S0104-40602018000200015&lng=pt&nrm=isso>. Acesso em: 16 maio 2018.

LORDEIRO, V.; LEÃO, R. DE C. Gestão Escolar Participativa e Compartilhada: Um Desafio para o Gestor Público. **Revista Internacional de Debates da Administração & Pública - RIDAP**, v. 1, n. 1, p. 47-56, 1 out. 2016. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/RIDAP/article/view/1260> Acesso em: 14 jul. 2019.

LUCK, H. **A gestão participativa na escola**. São Paulo: Vozes, 2006.

LUCK, H. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. 9.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. Série: Cadernos de Gestão.

LUCK, H. Perspectivas da gestão escolar e implicações quanto à formação de seus gestores. **Em Aberto**, Brasília, v. 17, n. 72, p. 11-33, fev./jun. 2000.

LUCK, H. et.al. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. 5.ed. São Paulo, 2001.

MACHADO, L. S. F.; LEITE, F. T. **Gestão participativa nas cooperativas agropecuárias do estado do Ceará**. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAD, 26, 2002, Salvador. *Anais...* Salvador: ANPAD, 2002.

MACHADO, M. T. G. Os destinatários do ensino profissional: dos desvalidos da sorte aos trabalhadores urbanos das escolas técnicas profissionais. In: CARVALHO, M. L. M. de (org.). **Cultura, saberes e práticas: memórias e história da educação profissional**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2011. p. 107-126.

MACHADO, M. L. F. N. **Participação da comunidade no contexto escolar: expectativas e entendimento das diretores, professores e funcionários de escolas públicas estaduais de Franca - ciclo I**. 2008. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/16380>> Acesso em: 15 mai. 2018.

MAGALHÃES, A.M.C. **A aprendizagem cooperativa enquanto estratégia para promoção da atenção dos alunos (O caso de uma turma do 10º ano na disciplina de Economia A)**. Relatório da Prática de Ensino Supervisionada, Mestrado em Ensino de Economia e Contabilidade. Universidade de Lisboa, 2014.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

MARQUES, P.V.; LOVE, H.G. **Cooperativa-escola nas Escolas Técnicas Agrícolas**. *Sci. agric.* [online]. Piracicaba, 1993. pp. 509-516. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sa/v50n3/28.pdf> Acesso em: 31 jul. 2019.

MARQUES, L. R. A formação de uma cultura democrática na gestão da escola pública: analisando o discurso dos conselheiros escolares. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 121, p.1175-1194, dez. 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302012000400014&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302012000400014&lng=pt&nrm=iso)> Acesso em: 16 maio 2018.

MAXIMIANO, A. **Além da hierarquia: como implantar estratégias participativas para administrar a empresa enxuta**. São Paulo: Atlas, 1995.

MAYER, P. P.; CANOPF, L. **A correlação entre a administração geral e a administração escolar**. 2008). Synergismus Scyentifica. UTFPR. Pato Branco, v. 3, n. 1, 2008. Disponível em: <http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/SysScy/article/view/421/197>. Acesso em: 4 jul. 2019.

MELLO, E. M. B. Gestão da educação básica: ausências e emergências. In: CAMARGO, Ieda

de (org). **Gestão e políticas da educação**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006. APUD Vol. 6 – Nº 14 - Julho - Dezembro 2011 Semestral. ISSN: 1809-6220.

MENDONÇA, A. G. Ensino técnico de nível médio: momentos de prestígio e de esquecimento se alternando durante a história da educação profissional no Brasil. **Horizontes**, [S.l.], v. 32, n. 2, dez. 2014. ISSN 2317-109X. Disponível em: <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/178>. Acesso em: 11 ago. 2019.

MENDONÇA, C. de. **Participação na Organização**: uma introdução aos seus fundamentos, conceitos e formas. São Paulo: Atlas, 1987.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

MORAIS, R. N. de. **A Importância da Cooperativa-escola na formação do Técnico em Agropecuária**. 2009. 43p. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2009.

MORAIS, R.N; VILAS BOAS, A.A. **O papel da cooperativa-escola na formação do técnico em agropecuária: estudo na escola agrotécnica de Crato – CE, Tema: Juventude, Educação e Cooperativismo**. V encontro de pesquisadores latino-americanos do cooperativismo, Universidade de São Paulo (USP), campus de Ribeirão Preto, 2008.

MOTOYAMA, S. (org.). **Educação técnica e tecnológica em questão: 25 anos do CEETEPS**. História vivida. São Paulo, EDUNESP/CEETEPS, 1995.

NATIONAL COMMISSION FOR THE PROTECTION OF HUMAN SUBJECTS OF BIOMEDICAL AND BEHAVIORAL RESEARCH. **The Belmont Report: Ethical Principles and Guidelines for the Protection of Human Subjects of Research**. Washington: U. S. Government Printing Office; 1979.

NICOLINI, E. H. **Desafios da implantação das diretrizes curriculares nacionais para a educação ambiental na educação profissional**: estudo de caso em escola técnica agrícola do Estado de São Paulo. Piracicaba, 2016. 166 p.: il. Dissertação (Mestrado) - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. Centro de Energia Nuclear na Agricultura.

NUNES, M. L. F. Gestão democrática e participativa: educar com a participação de todos. **Só Pedagogia**. Virtuosa Tecnologia da Informação, 2008-2019. Disponível em: [http://www.pedagogia.com.br/artigos/gestao\\_democratica\\_participativa/?pagina=4](http://www.pedagogia.com.br/artigos/gestao_democratica_participativa/?pagina=4). Acesso em: 18 jul. 2019.

OLIVEIRA G. L. P. de; ARTIGAS, N. Associação de pais mestres e funcionários: conhecimento e participação nos processos decisórios do cotidiano escolar. In: Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação – SIRSSE, 4 - Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente (SIPD/CÁTEDRA UNESCO), 6, 2017. **Anais...** Curitiba: EDUCERE, 2017. Disponível em: [https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24334\\_12191.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24334_12191.pdf)

OLIVEIRA, A. A. S. de. **Gestão Democrática e Participativa**: em busca da ação coletiva. 2014. Disponível em: [https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/155278/1/unesp-nead\\_reei1\\_d03\\_texto01.pdf](https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/155278/1/unesp-nead_reei1_d03_texto01.pdf). Acesso em: jul. 2019.

OLIVEIRA, E. S. G. Teorias da administração aplicadas à gestão escolar I. In: OLIVEIRA, E. S. G.; LIMA, E. C.; SÁ, M. S. M. M. **Princípios e métodos de gestão escolar integrada**. Curitiba: IESDE Brasil, 2009. p. 13-31.

OLIVEIRA, E. S. G. Teorias da administração aplicadas à gestão escolar II. In: OLIVEIRA, E. S. G.; LIMA, E. C.; SÁ, M. S. M. M. **Princípios e métodos de gestão escolar integrada**. Curitiba: IESDE Brasil, 2009. p. 33-51.

OLIVEIRA, J.B. et al. **Gestão democrática na cooperativa de empreendimentos solidários do município de Boa Vista**. Revista de Administração de Roraima – UFRR, Boa Vista, Vol.6 n.3, p. 582-604 especial, 2016.

OLIVEIRA, P. S. de. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Ática, 2010.

PÁDUA, J. A.; MONTE-MÓR, R. L. M. **Formação Histórica: três momentos da história de São Paulo**. Relatório final do projeto Belo Horizonte no século XXI, modulo 1, BH: Cedeplar, Face/Ufmg, 2004.

PARO, V. H. **Administração Escolar: introdução crítica**. 16 ed. São Paulo, Cortez. 2010.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2002.

PASSADOR, C. S.; SALVETTI, T. S. Gestão escolar democrática e estudos organizacionais críticos: convergências teóricas. **Educ. Soc.** Campinas, v. 34, n. 123, p. 477-492, jun. 2013. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010173302013000200009&lng=pt&nr=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302013000200009&lng=pt&nr=iso)> Acesso em: 16 maio 2018.

PEREIRA, M. I. B. **Implicações da atuação do gestor escolar na qualidade do processo educativo: o caso de uma escola municipal em Camaragibe**. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/3942>> Acesso em: 17 mai. 2018.

PIPITONE, M. A. P. **O ensino técnico agrícola no Brasil: trajetória e desafios**. Disponível em: <https://edisiplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=618900> Acesso em: 15 ago. 2019.

REICHERT, A. C. H. **Práticas de gestão em escolas públicas estaduais de Porto Alegre: um pacto de equipes**. Universidade dos Rio dos Sinos – UNISINOS. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UNISINOS, 2015. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuista.org.br/handle/UNISINOS/3868?locale-attribute=es> Acesso em: 24 nov. 2019.

REIS, N.J. **Aspectos Societários das Cooperativas**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.

RIBEIRO, M. **O cooperativismo na formação do técnico agrícola: contradições da cooperativa-escola**. Cadernos de Educação. p. 85 - 117, janeiro/junho 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/viewFile/1792/1674>> Acesso em: 14 mai. 2018.

RICCIARDI, L. **Cooperativismo: uma solução para os problemas atuais**. Vitória: Coopermídia, 1996.

RODRIGUES, J. **Celso Suckow da Fonseca e a sua “História do ensino industrial no**

**Brasil**". Revista Brasileira de História da Educação, n. 4 jul./dez. 2002. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38722/20251>. Acesso 28 jul. 2019.

ROSALEM, V.; SILVA, E. A. **A percepção dos cooperados acerca da gestão de cooperativas**: Um estudo em uma cooperativa de granjeiros. 2008. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos08/46>. Acesso em: 28 ago. 2019.

ROSÁRIO, P. et. al. De pequenino que se auto-regula o destino. **Educação: tema e problemas**, Évora, n. 4 (2), 2007.

ROSÁRIO, P.; NÚÑEZ, J. C.; GONZÁLEZ-PIENDA, J. **Autorregulação em crianças sub 10**: Projecto Sarilhos do Amarelo. Portugal: Porto Editora. 2007.

SALES, J.E. **Cooperativismo: Origens e Evolução**. Revista Brasileira de Gestão e Engenharia. Centro de Ensino Superior de São Gotardo, Número I, Jan-Jin 2010, Trabalho 01, p. 23-24.

SAPOVICIS, R.T.; SOUZA, M.T.S. **Gestão social e democrática em cooperativas de trabalho: um estudo de caso na Cooperdata Processamento de Dados**. In: ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO — ENANPAD, 28. Curitiba, 2004. *Anais...* Curitiba: Enanpad, 2004 Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enanpad2004-gsa-2846.pdf>>. Acesso em: 24 nov.2019.

SARMENTO, E. C. D.; SOUSA, M. R. C. D. Administração à gestão escolar: representações sociais para o contexto da educação brasileira. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 3; 5 a 7, out., 2016, Natal, RN. *Anais...* Natal, RN: CEMEP, 2016.

SCHWARTZ, C. M.; ARAUJO, G. C. de; RODRIGUES, P. da S. (orgs). **Escola de gestores da educação básica**: democracia, formação e gestão escolar - reflexões e experiências do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica no Estado do Espírito Santo. 2.ed. Vitória: GM, 2010.

SILVA, C. M. **Escola Cooperativa: Uma experiência em ensino público com gestão privada**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE: Presidente Prudente – SP, 2007.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: UFSC/PPGEP/LED, 2000.

SILVA, L. S. do N.; ROCHA, F. R. P. O tecnicismo e as reformas educacionais no contexto da ditadura militar. In: II CONEDU – CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2015. *Anais*. Disponível em: [http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO\\_EV045\\_MD1\\_SA1\\_ID5667\\_06092015200241.pdf](http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV045_MD1_SA1_ID5667_06092015200241.pdf) Acesso em: 31 jul. 2019.

SILVA, M. L. da. A trajetória histórico-normativa do ensino agrícola: do Brasil-Império ao Brasil-República (1960) **Vértices**, Campos dos Goytacazes/RJ, v.17, n.2, p. 77-101, maio/ago. 2015. Disponível em: <http://www.essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/1809-2667>, v. 17, n. 215-05/4974 Acesso em: 11 ago. 2019.

SILVA, N. R. G. Democracia e educação na constituição federal, na LDB e no PNE: a participação da comunidade na escola. **Educ. Anál., Londrina**, v.2, n.1, 278-297, jul./dez. 2016. Disponível em: file:///C:/Users/manager/Down loads/25272-139107-1-PB.pdf. Acesso em: 14 jul. 2019.

SILVA, P.H. et al. **Participação social e controle democrático nas cooperativas: uma análise da cooperativa de transporte de Minas Gerais**. Revista de Gestão e Organizações Cooperativas – RGC – Santa Maria, RS, Edição Especial 01/2018.

SOBRAL, F. J. M. Retrospectiva Histórica do ensino agrícola no Brasil. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 2, n. 2, p. 78-95, jul. 2015. ISSN 2447-1801. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/2953>. Acesso em: 14 ago. 2019.

SOUSA, J. V. **Teorias administrativas**. Brasília: Universidade de Brasília, 2006. 100p. (Profucionário - Curso técnico de formação para os funcionários da educação). Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc/10\\_trab\\_esc\\_teo\\_ad.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc/10_trab_esc_teo_ad.pdf). Acesso em: 05 jul. 2019.

SOUZA, A. R. De. A natureza política da gestão escolar e as disputas pelo poder na escola. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 49, p. 159-174, abr. 2012. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782012000100009&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782012000100009&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 14 mai. 2018.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. Explorando e construindo um conceito de gestão escolar democrática. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p. 123-140, dez. 2009. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-46982009000300007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982009000300007&lng=pt&nrm=iso)> Acesso em: 16 mai. 2018.

TAIRA, L. Tecnologia e poder: a educação tecnológica em São Paulo (1911/1990). **Projeto História, São Paulo**, n. 34, p. 147-167, jun. 2007. Disponível em: <https://revistas.puc sp .br/index.php/revph/article/viewFile/2471/1566> Acesso em; 20 ago. 2019.

TEIXEIRA, F. M. P.; DANTAS, J. **História do Brasil: da colônia à república**. 2.ed. São Paulo: Moderna, 1979.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em Educação**. São Paulo: Editora Atlas, 1987.

TRUGILHO, W.S. et al. **Evolução e perspectivas do cooperativismo no Brasil**. UNIVAP, 2014. Disponível em: <[http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC\\_2014/anais/arquivos/RE\\_0546\\_0209\\_01.pdf](http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2014/anais/arquivos/RE_0546_0209_01.pdf)>. Acesso em: 23 nov. 2019.

VIANNA, A. C. **Escola técnica e formação do técnico industrial**. MEC-DEI, Rio de Janeiro, 1970.

VIEIRA, A. M. D. P; SOUZA JÚNIOR, A. A educação profissional no Brasil. **Interacções** n. 40, p. 152-169 (2016). Disponível em: <http://www.eses.pt/interaccoes> Acesso em: 28 jul. 2019.

VISINTIN, F.; ESTEVAM, D.O. **Cooperativismo e a gestão social democrática como forma de desenvolvimento socioeconômico.** I Jornada Nacional de Desenvolvimento de Políticas Públicas, V Seminário de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, 2016.

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

**ANEXOS**

## ANEXO A – CONSENTIMENTO INSTITUCIONAL


**UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA**

 Rua Voluntários da Pátria, 1309 Centro – Araraquara - SP  
 CEP 14801-320 – Telefone: (16) 3301.7263 [www.uniara.com.br/comite-de-etica](http://www.uniara.com.br/comite-de-etica)
**CONSENTIMENTO INSTITUCIONAL**

 Prezada Sra. Leni de Fátima Dário de Oliveira  
 Diretora da Etec Orlando Quagliato

Venho por meio desta solicitar a vossa senhoria autorização para a realização da coleta de dados da pesquisa intitulada **“A percepção dos integrantes da comunidade escolar com relação a participação dos alunos na gestão da Cooperativa-Escola.”**, sob a minha orientação e com a participação dos discentes das 1ª, 2ª e 3ª séries do Curso de Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, dos professores-orientadores e equipe dirigente da Cooperativa-Escola dos Alunos da Etec Orlando Quagliato, dos funcionários e professores da escola.

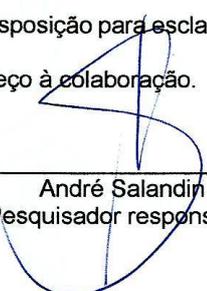
O trabalho tem como objetivo investigar se ocorre e como funciona a gestão democrática participativa dos discentes na Cooperativa-Escola dos Alunos da Etec Orlando Quagliato.

Informo que o referido projeto será submetido à avaliação ética junto ao Comitê de Ética em Pesquisa da Uniara, e me comprometo a encaminhar a vossa senhoria uma cópia do parecer ético após a sua emissão.

Ressaltamos que os dados coletados serão mantidos em absoluto sigilo de acordo com as Resoluções vigentes relacionadas com pesquisas com seres humanos. Salientamos ainda que tais dados serão utilizados somente para a realização deste estudo.

Desde já, coloco-me à disposição para esclarecimentos de qualquer dúvida que possa surgir.

Antecipadamente agradeço à colaboração.




---

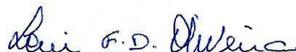
 André Salandim  
 Pesquisador responsável

**PARA PREENCHIMENTO DA INSTITUIÇÃO**

 Autorizado 

Não autorizado ( )

Assinatura \_\_\_\_\_



 Data: 19 / 11 / 2018

 Leni de Fátima Dário de Oliveira  
 Diretora de Escola Técnica  
 RG 14.069.352

## ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



www.uniara.com.br/comite-de-etica

### UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Rua Voluntários da Pátria, 1309 Centro – Araraquara - SP  
CEP 14801-320 – Telefone: (16) 3301.7263

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto: **“A percepção dos integrantes da comunidade escolar com relação a participação dos alunos na gestão da Cooperativa-Escola.”**

Pesquisador Responsável: André Salandin

Nome do participante:

\_\_\_\_\_

Data de nascimento: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

R.G.:

\_\_\_\_\_

Responsável legal (quando for o caso): \_\_\_\_\_ R.G.:

\_\_\_\_\_

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, do projeto de pesquisa **“A percepção dos integrantes da comunidade escolar com relação a participação dos alunos na gestão da Cooperativa-Escola.”**, de responsabilidade do pesquisador André Salandin.

Leia cuidadosamente o que segue e me pergunte sobre qualquer dúvida que você tiver. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso aceite fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que consta em duas vias. Uma via pertence a você e a outra ao pesquisador responsável. Em caso de recusa você não sofrerá nenhuma penalidade.

#### Declaro ter sido esclarecido sobre os seguintes pontos:

1. O trabalho tem por objetivo verificar como e se ocorre gestão democrática e participativa dos alunos na Cooperativa-Escola.
2. A minha participação nesta pesquisa consistirá em responder um questionário semiestruturado (professores-orientadores) e questionário com múltiplas escolhas (alunos), com duração máxima de 30 minutos.
3. Durante a execução da pesquisa poderão ocorrer riscos, sendo os principais riscos aos envolvidos de origem física (cansaço, desconforto), psicológica (*stress*, constrangimento), emocional (medo, vergonha) intelectual (quebra de sigilo e anonimato) e social (devolução dos resultados de forma inadequada gerando situações de conflito na comunidade escolar). Todavia, várias providências serão adotadas para amenizar os riscos aos partícipes quando da aplicação dos questionários, tais como: garantia de local seguro e confortável para coleta de dados com os indivíduos participantes; liberdade aos participantes de não responderem perguntas constrangedoras; assegurar a privacidade e confidencialidade das informações obtidas; respeitar aos valores religiosos, éticos, culturais e sociais dos integrantes da pesquisa; certificar a ausência de conflito de interesses entre as partes; suspensão imediata dos procedimentos ao perceber algum fato causador de risco à saúde de qualquer participante.
4. Ao participar desse trabalho estarei contribuindo na implantação de um projeto contemplando a

participação da comunidade escolar na gestão da Cooperativa-Escola, visando, além disso, melhorar a qualidade do ensino-aprendizagem e autonomia dos alunos.

5. A minha participação neste projeto deverá ter a duração de no máximo 30 minutos.

Rubrica do pesquisador: \_\_\_\_\_. Rubrica do participante/Responsável: \_\_\_\_\_. Pág. 1 de 2.

6. Não terei nenhuma despesa ao participar da pesquisa e poderei deixar de participar ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e não sofrerei qualquer prejuízo.

7. Fui informado e estou ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação, no entanto, caso eu tenha qualquer despesa decorrente da participação na pesquisa, serei ressarcido.

8. Caso ocorra algum dano comprovadamente decorrente de minha participação no estudo, poderei ser compensado conforme determina a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde

9. Meu nome será mantido em sigilo, assegurando assim a minha privacidade, e se eu desejar terei livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

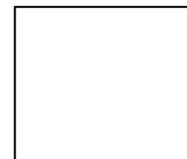
10. Fui informado que os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para fins desta pesquisa, e que os resultados poderão ser publicados.

11. Qualquer dúvida, pedimos a gentileza de entrar em contato com André Salandin, pesquisador (a) responsável pela pesquisa, telefone: (14) 3372-2011 e-mail: [andresalandin@gmail.com](mailto:andresalandin@gmail.com) e/ou com Comitê de Ética em Pesquisa da Uniara, localizado na Rua Voluntários da Pátria nº 1309 no Centro da cidade de Araraquara-SP, telefone: 3301.7263, e-mail: [comitedeetica@uniara.com.br](mailto:comitedeetica@uniara.com.br), atendimento de segunda a sexta-feira das 08h00min. – 13h00min. - 14h00min – 17h00min.

Eu, \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_ declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito.

Santa Cruz do Rio Pardo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante



Impressão dactiloscópica

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do responsável por obter o consentimento

OBS: Este TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO poderá ser solicitado em época oportuna.

Rubrica do pesquisador: \_\_\_\_\_. Rubrica do participante/Responsável: \_\_\_\_\_. Pág. 2 de 2.

**ANEXO C – TERMO DE ASSENTIMENTO****UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA**

Rua Voluntários da Pátria, 1309 Centro – Araraquara - SP  
CEP 14801-320 – Telefone: (16) 3301.7263

[www.uniara.com.br/comite-de-etica](http://www.uniara.com.br/comite-de-etica)

---

**TERMO DE ASSENTIMENTO**

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, do projeto de pesquisa “**A percepção dos integrantes da comunidade escolar com relação a participação dos alunos na gestão da Cooperativa-Escola.**”, de responsabilidade do pesquisador André Salandin.

Leia cuidadosamente o que segue e me pergunte sobre qualquer dúvida que você tiver. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso aceite fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que consta em duas vias. Uma via pertence a você e a outra ao pesquisador responsável. Em caso de recusa você não sofrerá nenhuma penalidade.

**Declaro ter sido esclarecido sobre os seguintes pontos:**

Dados do Projeto: Título: “A percepção dos integrantes da comunidade escolar com relação a participação dos alunos na gestão da Cooperativa-Escola.”

- Pesquisador André Salandin, Universidade de Araraquara.
- Dados do participante: alunos do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio.
- Objetivos: A pesquisa tem o objetivo de analisar como e se ocorre a participação dos alunos na gestão da Cooperativa-Escola.
- Escolha dos participantes: Vocês foram escolhidos por serem alunos cooperados da Cooperativa-Escola.
- Voluntariedade de Participação: Sua participação é voluntária. Você decide se quer ou não participar da pesquisa e, caso decida não participar nada mudará no seu tratamento ou em sua relação com os profissionais que lhe atendem. Mesmo que inicialmente tenha aceitado em participar, pode mudar de ideia e desistir, sem nenhum problema.
- Procedimentos: Será aplicado um questionário ao aluno de múltipla escolha, devendo o aluno assinalar somente uma resposta. Esta pesquisa respeitará as normas estabelecidas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).
- Riscos: Os principais riscos aos participantes da pesquisa são de origem física (cansaço, desconforto), psicológica (*stress*, constrangimento), emocional (medo, vergonha) intelectual (quebra de sigilo e anonimato) e social (devolução dos resultados de forma inadequada gerando situações de conflito na comunidade escolar). Todavia, várias providências serão adotadas para amenizar os riscos aos partícipes quando da aplicação dos questionários, tais

Rubrica do pesquisador: \_\_\_\_\_. Rubrica do participante/Responsável: \_\_\_\_\_. Pág. 1 de 3.

como: garantia de local seguro e confortável para coleta de dados com os indivíduos participantes; liberdade aos participantes de não responderem perguntas constrangedoras; assegurar a privacidade e confidencialidade das informações obtidas; respeitar aos valores religiosos, éticos, culturais e sociais dos integrantes da pesquisa; certificar a ausência de conflito de interesses entre as partes; suspensão imediata dos procedimentos ao perceber algum fato causador de risco à saúde de qualquer participante.

- Caso algum aluno venha a sentir algum desconforto, o Auxiliar de Docente que também é farmacêutico poderá socorrê-lo.
- Desconfortos: Neste estudo, de acordo com a metodologia que será aplicada, os principais riscos aos envolvidos são de origem física (cansaço).
- Benefícios: Implantação de um projeto contemplando a participação da comunidade escolar na gestão da Cooperativa-Escola, visando, além disso, melhoria da qualidade do ensino-aprendizagem e autonomia dos alunos.
- Confidencialidade: Outras pessoas poderão saber que você está participando de uma pesquisa? Não. As informações sobre você serão coletadas na pesquisa e ninguém, exceto os pesquisadores poderão ter acesso a elas. Não falaremos que você está na pesquisa com mais ninguém e seu (nome/imagem/voz) não irá aparecer em nenhum lugar.
- Direito de recusa ou retirada do assentimento informado: Sua participação é voluntária. Ex. Ninguém ficará bravo ou desapontado com você se você disser não. A escolha é sua. Você pode pensar nisto e falar depois se você quiser. Você pode dizer sim agora e mudar de ideia depois e tudo continuará bem.
- Divulgação dos resultados: Depois que a pesquisa acabar, os resultados serão informados para você e seus pais, também poderá ser publicada em uma revista, ou livro, ou conferência, etc.
- Incentivos: A Organização Mundial de Saúde não recomenda dar incentivos além dos reembolsos para as despesas de viagem e de tempo perdido. Qualquer presente dado à criança deverá ser pequeno o bastante para que não ser um incentivo ou argumento para participarem.
- Contato: caso queira conversar sobre a pesquisa, segue dados do pesquisador: André Salandin, telefone (14) 99713-9962, e-mail: [andresalandin@gmail.com](mailto:andresalandin@gmail.com).

### **Certificado de Assentimento**

Eu \_\_\_\_\_ entendi que a pesquisa é sobre Gestão Democrática e Participativa na Cooperativa-Escola.

- Objetivo: A pesquisa tem o objetivo de analisar como e se ocorre a participação dos alunos na gestão da Cooperativa-Escola.

Rubrica do pesquisador: \_\_\_\_\_. Rubrica do participante/Responsável: \_\_\_\_\_. Pág. 2 de 3.

- **Procedimentos:** Para tanto, na elaboração de tal instrumento se utilizará questionário junto aos participantes contendo questões semiestruturadas sobre o tema proposto.

Nome e/ou assinatura da criança/adolescente:  
\_\_\_\_\_.

Nome e assinatura dos pais/responsáveis: **Vide TCLE dos pais anexo.**

Nome do pesquisador responsável por obter o consentimento: André Salandin.

Assinatura: \_\_\_\_\_

Santa Cruz do Rio Pardo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**Obs:** Deve ser apresentado em duas vias (uma a ser entregue à criança/adolescente/família e outra que ficará com o pesquisador responsável) e, se em diversas páginas, todas devem ser rubricadas e a última assinada. Este Termo de Assentimento poderá ser solicitado em época oportuna.

Rubrica do pesquisador: \_\_\_\_\_. Rubrica do participante/Responsável: \_\_\_\_\_. Pág. 3 de 3.

## APÊNDICES

## APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PRÉ-TESTE

### QUESTIONÁRIO PRÉ-TESTE

Este questionário se refere a uma pesquisa para uma Dissertação de Mestrado em Educação, realizada no PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROCESSOS DE ENSINO, GESTÃO E INOVAÇÃO na UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA.

Os resultados obtidos serão utilizados apenas para fins acadêmicos (Dissertação de Mestrado), sendo realçado que as respostas dos inquiridos representam apenas a sua opinião individual.

O questionário é anônimo, não devendo por isso colocar a sua identificação em nenhuma das folhas nem assinar o questionário. Não existem respostas certas ou erradas. Por isso, solicitamos que responda de forma espontânea e sincera a todas as questões. Na maioria das questões terá apenas de assinalar com um X a sua opção de resposta.

Obrigado pela sua colaboração.

1. Idade: \_\_\_\_\_ 2. Série: \_\_\_\_\_ 3. Sexo: ( ) masculino ( ) feminino
4. Você tem conhecimento da existência da Cooperativa-Escola nesta instituição de ensino?  
( ) Sim ( ) Não
5. Você sabe quais são os Professores-Orientadores da Cooperativa-Escola?  
( ) Sim ( ) Não
6. Você sabe dizer como o Professor-Orientador foi eleito para este cargo?  
( ) Sim ( ) Não
7. Você sabe qual é a função de cada Professor-Orientador da Cooperativa-Escola?  
( ) Sim ( ) Não
8. Você sabe que todo aluno é cooperado dentro da Cooperativa-Escola?  
( ) Sim ( ) Não
9. Você já foi convidado a participar como membro da equipe dirigente da Cooperativa-Escola?  
( ) Já sou membro ( ) Sim, mas recusei ( ) Nunca
10. Você sabe quem são os membros da equipe dirigente da Cooperativa-Escola? Por exemplo: Presidente; Secretário; Conselho Fiscal; etc?  
( ) Sim ( ) Não ( ) Somente alguns membros
11. Você sabe qual é a função da Cooperativa-Escola dentro da ETEC?  
( ) Cuidar do alojamentos ( ) Gerenciar os projetos produtivos  
( ) Pagar as contas ( ) Cuidar dos alunos internos  
( ) Vender produtos ( ) Comprar produtos (ração; adubos, etc)  
( ) Cobrar mensalidades ( ) Auxiliar na formação técnicos em Agropecuária
12. Na sua opinião, a atuação da Cooperativa-Escola dentro da ETEC é:  
( ) Muito satisfatório ( ) Satisfatório ( ) Pouco satisfatório ( ) Insatisfatório
13. Na sua opinião, a atuação dos Professores-Orientadores da Cooperativa-Escola é: ( )  
Muito satisfatório ( ) Satisfatório ( ) Pouco satisfatório ( ) Insatisfatório
14. O Professor-Orientador da Cooperativa-Escola promove oportunidades de participação dos alunos quando necessita resolver problemas, conflitos e tomar decisões?  
( ) Sim, sempre ( ) Sim, às vezes ( ) nunca ( ) Não sei dizer

15. Na sua opinião, qual é a importância da Cooperativa-Escola com relação ao curso de Técnico em Agropecuária?  
 Muito importante  Importante  Pouco importante  Sem importância
16. Como você avalia a participação dos alunos na Cooperativa-Escola?  
 Muito expressiva  Expressiva  Pouco expressiva  Não sei dizer
17. Você acha que uma participação mais efetiva na Cooperativa-Escola pode contribuir de alguma forma na sua motivação para aprender coisas novas?  
 Sim, com certeza  Sim, talvez  Acho que não  Não sei dizer
18. Nos setores produtivos da escola sob responsabilidade da Cooperativa-Escola, qual é sua real participação?  
 Sempre participo com minhas opiniões  Às vezes dou minha opinião  
 Participo, mas não dou minha opinião  Não participo nos setores
19. Nos setores produtivos da escola, alguma vez sua opinião foi “levada em conta”?  
 Sempre  Algumas vezes  Nenhuma vez  Nunca dei opinião
20. Você gostaria de envolver-se mais nos projetos produtivos da Cooperativa-Escola?  
 Sim, com certeza  Talvez  Nunca  Não sei dizer
21. De maneira geral, você acha que a Cooperativa-Escola permite e estimula seu envolvimento nos projetos produtivos da escola?  
 Sim, sempre  Às vezes  Raramente  Nunca
22. A equipe gestora da Cooperativa-Escola proporciona a você construir suas habilidades e competências com visão inovadora para um aprendizado autônomo e crítico.  
 Sim, sempre  Às vezes  Raramente  Nunca
23. De maneira geral, como você avalia a contribuição da Cooperativa-Escola para sua formação de Técnico em Agropecuária?  
 Muito significativa  Significativa  Pouco significativa  Insignificante
24. Você gostaria de acrescentar alguma informação relevante a respeito da Cooperativa-Escola dos Alunos da Etec Orlando Quagliato?

## APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA OS ALUNOS

### QUESTIONÁRIO PARA OS ALUNOS

Este questionário se refere a uma pesquisa para uma Dissertação de Mestrado em Educação, realizada no PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROCESSOS DE ENSINO, GESTÃO E INOVAÇÃO na UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA.

Os resultados obtidos serão utilizados apenas para fins acadêmicos (Dissertação de Mestrado), sendo realçado que as respostas dos inquiridos representam apenas a sua opinião individual.

O questionário é anônimo, não devendo por isso colocar a sua identificação em nenhuma das folhas nem assinar o questionário. Não existem respostas certas ou erradas. Por isso, solicitamos que responda de forma espontânea e sincera a todas as questões. Na maioria das questões terá apenas de assinalar com um X a sua opção de resposta.

Obrigado pela sua colaboração.

Idade: \_\_\_\_\_ Série: \_\_\_\_\_ Sexo: ( ) masculino ( ) feminino

01. Você sabe o que é, para que serve e como funciona uma cooperativa?  
( ) sim, com certeza ( ) sim, mas tenho algumas dúvidas ( ) não sei dizer
02. Você sabe quais são os 7 (sete) princípios cooperativistas?  
( ) sim ( ) conheço apenas alguns ( ) não conheço nenhum deles
03. Você tem conhecimento da existência de uma cooperativa nesta escola?  
( ) sim ( ) não
04. Você conhece o estatuto da cooperativa desta escola?  
( ) sim ( ) não
05. Você sabia que você, como aluno, é cooperado da Cooperativa-Escola desta Instituição de Ensino?  
( ) sim ( ) não
06. Você sabe quais são os direitos e deveres dos cooperados da Cooperativa-Escola?  
( ) sim ( ) não ( ) somente sei os direitos ( ) somente sei os deveres
07. Você sabe quem são os membros da equipe gestora da Cooperativa-Escola? Por exemplo: Presidente; Secretário; Conselho Fiscal; Cotae, etc?  
( ) conheço todos os membros da equipe gestora da Cooperativa-Escola  
( ) conheço somente alguns membros da equipe gestora da Cooperativa-Escola  
( ) não conheço nenhum membro da equipe gestora da Cooperativa-Escola
08. Na sua opinião, qual é a importância da Cooperativa-Escola para essa Instituição de Ensino?  
( ) muito importante ( ) importante ( ) pouco importante  
( ) nenhuma importância ( ) não sei dizer
09. Na sua opinião, qual é a principal característica da gestão da Cooperativa-Escola nesta Etec?

- a gestão é democrática, promovendo e estimulando a participação dos alunos
- a gestão é pouco democrática
- a gestão não é democrática
- não sei dizer

10. Na sua opinião, a direção da Etec Orlando Quagliato interfere de alguma forma na gestão da Cooperativa-Escola desta Unidade de Ensino?

- não interfere                       interfere pouco                       interfere moderadamente
- interfere totalmente               não sei dizer

11. Na sua opinião, de maneira geral, como é a gestão da escola pela direção da Etec Orlando Quagliato?

- completamente democrática                       democrática                       pouco democrática
- não democrática                       não sei dizer

12. Como você avalia, hoje em dia, sua participação na GESTÃO da Cooperativa-Escola dessa Unidade?

- muito expressiva     expressiva     pouco expressiva     nula     não sei dizer

13. A Cooperativa-Escola desta Etec promove e permite oportunidades de participação dos alunos quando necessita resolver problemas, conflitos e tomar decisões?

- sim, sempre               sim, às vezes               nunca               não sei dizer

14. Quando a Cooperativa-Escola necessita tomar uma decisão sobre qualquer assunto, quem decide?

- somente os professores-orientadores               somente a equipe dirigente da cooperativa
- os alunos podem opinar, mas a decisão final não é deles
- a maioria de toda a comunidade escolar               a Direção da Etec               não sei dizer

15. De maneira geral, a Cooperativa-Escola permite e estimula o envolvimento/participação dos alunos nos projetos produtivos da escola gerenciados pela cooperativa?

- sim, sempre               às vezes               raramente               nunca               não sei dizer

16. Você gostaria de acrescentar alguma informação relevante a respeito da Cooperativa-Escola dos Alunos da Etec Orlando Quagliato?

R: \_\_\_\_\_

## APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO PARA OS PROFESSORES

### QUESTIONÁRIO PARA OS PROFESSORES

Este questionário se refere a uma pesquisa para uma Dissertação de Mestrado em Educação, realizada no PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROCESSOS DE ENSINO, GESTÃO E INOVAÇÃO na UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA.

Os resultados obtidos serão utilizados apenas para fins acadêmicos (Dissertação de Mestrado), sendo realçado que as respostas dos inquiridos representam apenas a sua opinião individual.

O questionário é anônimo, não devendo por isso colocar a sua identificação em nenhuma das folhas nem assinar o questionário. Não existem respostas certas ou erradas. Por isso, solicitamos que responda de forma espontânea e sincera a todas as questões. Na maioria das questões terá apenas de assinalar com um X a sua opção de resposta.

Obrigado pela sua colaboração.

Idade: \_\_\_\_\_ Sexo: ( ) masculino ( ) feminino Tempo na Instituição: \_\_\_\_\_ anos  
Formação Acadêmica: \_\_\_\_\_ Área que atua: ( ) ensino médio ( ) técnico

01. Você sabe o que é, para que serve e como funciona uma cooperativa?  
( ) sim, com certeza ( ) sim, mas tenho algumas dúvidas ( ) não sei dizer
02. Você sabe quais são os 7 (sete) princípios cooperativistas?  
( ) sim ( ) conheço apenas alguns ( ) não conheço nenhum deles
03. Você tem conhecimento da existência de uma cooperativa nesta escola?  
( ) sim ( ) não
04. Você conhece o estatuto da cooperativa desta escola?  
( ) sim ( ) não
05. Você sabia que você é cooperado da Cooperativa-Escola desta Instituição de Ensino?  
( ) sim ( ) não
06. Você sabe quais são os direitos e deveres dos cooperados da Cooperativa-Escola?  
( ) sim ( ) não ( ) somente sei os direitos ( ) somente sei os deveres
07. Você sabe quem são os membros da equipe gestora da Cooperativa-Escola? Por exemplo: Presidente; Secretário; Conselho Fiscal; Cota, etc?  
( ) conheço todos os membros da equipe gestora da Cooperativa-Escola  
( ) conheço somente alguns membros da equipe gestora da Cooperativa-Escola  
( ) não conheço nenhum membro da equipe gestora da Cooperativa-Escola
08. Na sua opinião, qual é a importância da Cooperativa-Escola para essa Instituição de Ensino?  
( ) muito importante  
( ) importante  
( ) pouco importante  
( ) nenhuma importância  
( ) não sei dizer
09. Na sua opinião, qual é a principal característica da gestão da Cooperativa-Escola nesta Etec?  
( ) a gestão é democrática, promovendo e estimulando a participação dos alunos  
( ) a gestão é pouco democrática  
( ) a gestão não é democrática  
( ) não sei dizer

10. Na sua opinião, a direção da Etec Orlando Quagliato interfere de alguma forma na gestão da Cooperativa-Escola desta Unidade de Ensino?

- não interfere
- interfere pouco
- interfere moderadamente
- interfere totalmente
- não sei dizer

11. Na sua opinião, de maneira geral, como é a gestão da escola pela direção da Etec Orlando Quagliato?

- completamente democrática
- democrática
- pouco democrática
- não democrática
- não sei dizer

12. Como você avalia, hoje em dia, a participação dos alunos na GESTÃO da Cooperativa-Escola dessa Unidade?

- muito expressiva
- expressiva
- pouco expressiva
- nula
- não sei dizer

13. A Cooperativa-Escola desta Etec promove e permite oportunidades de participação dos alunos quando necessita resolver problemas, conflitos e tomar decisões?

- sim, sempre
- sim, às vezes
- nunca
- não sei dizer

14. Quando a Cooperativa-Escola necessita tomar uma decisão sobre qualquer assunto, quem decide?

- somente os professores-orientadores
- somente a equipe dirigente da cooperativa
- os alunos podem opinar, mas a decisão final não é deles
- a maioria de toda a comunidade escolar
- a Direção da Etec
- não sei dizer

15. De maneira geral, a Cooperativa-Escola permite e estimula o envolvimento/participação dos alunos nos projetos produtivos da escola gerenciados pela cooperativa?

- sim, sempre
- às vezes
- raramente
- nunca
- não sei dizer

16. Você gostaria de acrescentar alguma informação relevante a respeito da Cooperativa-Escola dos Alunos da Etec Orlando Quagliato?

R: \_\_\_\_\_

## APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO PARA OS FUNCIONÁRIOS

### QUESTIONÁRIO PARA OS FUNCIONÁRIOS

Este questionário se refere a uma pesquisa para uma Dissertação de Mestrado em Educação, realizada no PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROCESSOS DE ENSINO, GESTÃO E INOVAÇÃO na UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA.

Os resultados obtidos serão utilizados apenas para fins acadêmicos (Dissertação de Mestrado), sendo realçado que as respostas dos inquiridos representam apenas a sua opinião individual.

O questionário é anônimo, não devendo por isso colocar a sua identificação em nenhuma das folhas nem assinar o questionário. Não existem respostas certas ou erradas. Por isso, solicitamos que responda de forma espontânea e sincera a todas as questões. Na maioria das questões terá apenas de assinalar com um X a sua opção de resposta.

Obrigado pela sua colaboração.

Idade: \_\_\_\_\_ Sexo: ( ) masculino ( ) feminino Tempo na Instituição: \_\_\_\_\_ anos  
 Função na Escola: \_\_\_\_\_ Formação Acadêmica: \_\_\_\_\_

01. Você sabe o que é, para que serve e como funciona uma cooperativa?  
 ( ) sim, com certeza ( ) sim, mas tenho algumas dúvidas ( ) não sei dizer
02. Você sabe quais são os 7 (sete) princípios cooperativistas?  
 ( ) sim ( ) conheço apenas alguns ( ) não conheço nenhum deles
03. Você tem conhecimento da existência de uma cooperativa nesta escola?  
 ( ) sim ( ) não
04. Você conhece o estatuto da cooperativa desta escola?  
 ( ) sim ( ) não
05. Você sabia que você é cooperado da Cooperativa-Escola desta Instituição de Ensino?  
 ( ) sim ( ) não
06. Você sabe quais são os direitos e deveres dos cooperados da Cooperativa-Escola?  
 ( ) sim ( ) não ( ) somente sei os direitos ( ) somente sei os deveres
07. Você sabe quem são os membros da equipe gestora da Cooperativa-Escola? Por exemplo: Presidente; Secretário; Conselho Fiscal; Cota, etc?  
 ( ) conheço todos os membros da equipe gestora da Cooperativa-Escola  
 ( ) conheço somente alguns membros da equipe gestora da Cooperativa-Escola  
 ( ) não conheço nenhum membro da equipe gestora da Cooperativa-Escola
08. Na sua opinião, qual é a importância da Cooperativa-Escola para essa Instituição de Ensino?  
 ( ) muito importante  
 ( ) importante  
 ( ) pouco importante  
 ( ) nenhuma importância  
 ( ) não sei dizer

09. Na sua opinião, qual é a principal característica da gestão da Cooperativa-Escola nesta Etec?

- a gestão é democrática, promovendo e estimulando a participação dos alunos  
 a gestão é pouco democrática  
 a gestão não é democrática  
 não sei dizer

10. Na sua opinião, a direção da Etec Orlando Quagliato interfere de alguma forma na gestão da Cooperativa-Escola desta Unidade de Ensino?

- não interfere                       interfere pouco                       interfere moderadamente  
 interfere totalmente               não sei dizer

11. Na sua opinião, de maneira geral, como é a gestão da escola pela direção da Etec Orlando Quagliato?

- completamente democrática                       democrática                       pouco democrática  
 não democrática                       não sei dizer

12. Como você avalia, hoje em dia, a participação dos alunos na GESTÃO da Cooperativa-Escola dessa Unidade?

- muito expressiva     expressiva     pouco expressiva     nula     não sei dizer

13. A Cooperativa-Escola desta Etec promove e permite oportunidades de participação dos alunos quando necessita resolver problemas, conflitos e tomar decisões?

- sim, sempre               sim, às vezes               nunca               não sei dizer

14. Quando a Cooperativa-Escola necessita tomar uma decisão sobre qualquer assunto, quem decide?

- somente os professores-orientadores               somente a equipe dirigente da cooperativa  
 os alunos podem opinar, mas a decisão final não é deles  
 a maioria de toda a comunidade escolar               a Direção da Etec               não sei dizer

15. De maneira geral, a Cooperativa-Escola permite e estimula o envolvimento/participação dos alunos nos projetos produtivos da escola gerenciados pela cooperativa?

- sim, sempre               às vezes               raramente               nunca               não sei dizer

16. Você gostaria de acrescentar alguma informação relevante a respeito da Cooperativa-Escola dos Alunos da Etec Orlando Quagliato?

R: \_\_\_\_\_

## APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO PARA EQUIPE DIRIGENTE

### QUESTIONÁRIO PARA A EQUIPE DIRIGENTE DA COOPERATIVA

Este questionário se refere a uma pesquisa para uma Dissertação de Mestrado em Educação, realizada no PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROCESSOS DE ENSINO, GESTÃO E INOVAÇÃO na UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA.

Os resultados obtidos serão utilizados apenas para fins acadêmicos (Dissertação de Mestrado), sendo realçado que as respostas dos inquiridos representam apenas a sua opinião individual.

O questionário é anônimo, não devendo por isso colocar a sua identificação em nenhuma das folhas nem assinar o questionário. Não existem respostas certas ou erradas. Por isso, solicitamos que responda de forma espontânea e sincera a todas as questões. Na maioria das questões terá apenas de assinalar com um X a sua opção de resposta.

Obrigado pela sua colaboração.

Idade: \_\_\_\_\_ Ano/Série: \_\_\_\_\_ Sexo: ( ) masculino ( ) feminino

Qual é sua função na Equipe Dirigente da Cooperativa-Escola?

\_\_\_\_\_

01. Você sabe o que é, para que serve e como funciona uma cooperativa?  
( ) sim, com certeza ( ) sim, mas tenho algumas dúvidas ( ) não sei dizer
02. Você sabe quais são os 7 (sete) princípios cooperativistas?  
( ) sim ( ) conheço apenas alguns ( ) não conheço nenhum deles
03. Você tem conhecimento da existência de uma cooperativa nesta escola?  
( ) sim ( ) não
04. Você conhece o estatuto da cooperativa desta escola?  
( ) sim ( ) não
05. Você sabia que você é cooperado da Cooperativa-Escola desta Instituição de Ensino?  
( ) sim ( ) não
06. Você sabe quais são os direitos e deveres dos cooperados da Cooperativa-Escola?  
( ) sim ( ) não ( ) somente sei os direitos ( ) somente sei os deveres
07. Você sabe quem são os membros da equipe gestora da Cooperativa-Escola? Por exemplo: Presidente; Secretário; Conselho Fiscal; Cotae, etc?  
( ) conheço todos os membros da equipe gestora da Cooperativa-Escola  
( ) conheço somente alguns membros da equipe gestora da Cooperativa-Escola  
( ) não conheço nenhum membro da equipe gestora da Cooperativa-Escola
08. Na sua opinião, qual é a importância da Cooperativa-Escola para essa Instituição de Ensino?  
( ) muito importante  
( ) importante  
( ) pouco importante  
( ) nenhuma importância

não sei dizer

09. Na sua opinião, qual é a principal característica da gestão da Cooperativa-Escola nesta Etec?

a gestão é democrática, promovendo e estimulando a participação dos alunos

a gestão é pouco democrática

a gestão não é democrática

não sei dizer

10. Na sua opinião, a direção da Etec Orlando Quagliato interfere de alguma forma na gestão da Cooperativa-Escola desta Unidade de Ensino?

não interfere                       interfere pouco                       interfere moderadamente

interfere totalmente               não sei dizer

11. Na sua opinião, de maneira geral, como é a gestão da escola pela direção da Etec Orlando Quagliato?

completamente democrática

democrática

pouco democrática

não democrática

não sei dizer

12. Como você avalia, hoje em dia, a participação dos alunos na GESTÃO da Cooperativa-Escola dessa Unidade?

muito expressiva     expressiva     pouco expressiva     nula     não sei dizer

13. A Cooperativa-Escola desta Etec promove e permite oportunidades de participação dos alunos quando necessita resolver problemas, conflitos e tomar decisões?

sim, sempre               sim, às vezes               nunca               não sei dizer

14. Quando a Cooperativa-Escola necessita tomar uma decisão sobre qualquer assunto, quem decide?

somente os professores-orientadores

somente a equipe dirigente da cooperativa

os alunos podem opinar, mas a decisão final não é deles

a maioria de toda a comunidade escolar

a Direção da Etec

não sei dizer

15. De maneira geral, a Cooperativa-Escola permite e estimula o envolvimento/participação dos alunos nos projetos produtivos da escola gerenciados pela cooperativa?

sim, sempre               às vezes               raramente               nunca               não sei dizer

16. Você gostaria de acrescentar alguma informação relevante a respeito da Cooperativa-Escola dos Alunos da Etec Orlando Quagliato?

R: \_\_\_\_\_

## APÊNDICE F – QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES-ORIENTADORES

### QUESTIONÁRIO PARA OS PROFESSORES-ORIENTADORES DA COOPERATIVA-ESCOLA DOS ALUNOS DA ETEC ORLANDO QUAGLIATO

Este questionário se refere a uma pesquisa para uma Dissertação de Mestrado em Educação, realizada no PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROCESSOS DE ENSINO, GESTÃO E INOVAÇÃO na UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA.

Os resultados obtidos serão utilizados apenas para fins acadêmicos (Dissertação de Mestrado), sendo realçado que as respostas dos inquiridos representam apenas a sua opinião individual.

O questionário é anônimo, não devendo por isso colocar a sua identificação em nenhuma das folhas nem assinar o questionário. Não existem respostas certas ou erradas. Por isso, solicitamos que responda de forma espontânea e sincera a todas as questões. Na maioria das questões terá apenas de assinalar com um X a sua opção de resposta.

Obrigado pela sua colaboração.

Idade: \_\_\_\_\_ Sexo: ( ) masculino ( ) feminino Tempo na Instituição: \_\_\_\_\_ anos  
Formação Acadêmica: \_\_\_\_\_ Área que atua: ( ) ensino médio ( ) técnico

01. Você sabe o que é, para que serve e como funciona uma cooperativa?  
( ) sim, com certeza ( ) sim, mas tenho algumas dúvidas ( ) não sei dizer
02. Você sabe quais são os 7 (sete) princípios cooperativistas?  
( ) sim ( ) conheço apenas alguns ( ) não conheço nenhum deles
03. Você tem conhecimento da existência de uma cooperativa nesta escola?  
( ) sim ( ) não
04. Você conhece o estatuto da cooperativa desta escola?  
( ) sim ( ) não
05. Você sabia que você é cooperado da Cooperativa-Escola desta Instituição de Ensino?  
( ) sim ( ) não
06. Você sabe quais são os direitos e deveres dos cooperados da Cooperativa-Escola?  
( ) sim ( ) não ( ) somente sei os direitos ( ) somente sei os deveres
07. Você sabe quem são os membros da equipe gestora da Cooperativa-Escola? Por exemplo: Presidente; Secretário; Conselho Fiscal; Cotae, etc?  
( ) conheço todos os membros da equipe gestora da Cooperativa-Escola  
( ) conheço somente alguns membros da equipe gestora da Cooperativa-Escola  
( ) não conheço nenhum membro da equipe gestora da Cooperativa-Escola
08. Na sua opinião, qual é a importância da Cooperativa-Escola para essa Instituição de Ensino?  
( ) muito importante  
( ) importante  
( ) pouco importante  
( ) nenhuma importância

não sei dizer

09. Na sua opinião, qual é a principal característica da gestão da Cooperativa-Escola nesta Etec?

a gestão é democrática, promovendo e estimulando a participação dos alunos

a gestão é pouco democrática

a gestão não é democrática

não sei dizer

10. Na sua opinião, a direção da Etec Orlando Quagliato interfere de alguma forma na gestão da Cooperativa-Escola desta Unidade de Ensino?

não interfere                       interfere pouco                       interfere moderadamente

interfere totalmente               não sei dizer

11. Na sua opinião, de maneira geral, como é a gestão da escola pela direção da Etec Orlando Quagliato?

completamente democrática                       democrática                       pouco democrática

não democrática                       não sei dizer

12. Como você avalia, hoje em dia, a participação dos alunos na GESTÃO da Cooperativa-Escola dessa Unidade?

muito expressiva     expressiva     pouco expressiva     nula     não sei dizer

13. A Cooperativa-Escola desta Etec promove e permite oportunidades de participação dos alunos quando necessita resolver problemas, conflitos e tomar decisões?

sim, sempre               sim, às vezes               nunca               não sei dizer

14. Quando a Cooperativa-Escola necessita tomar uma decisão sobre qualquer assunto, quem decide?

somente os professores-orientadores

somente a equipe dirigente da cooperativa

os alunos podem opinar, mas a decisão final não é deles

a maioria de toda a comunidade escolar

a Direção da Etec

não sei dizer

15. De maneira geral, a Cooperativa-Escola permite e estimula o envolvimento/participação dos alunos nos projetos produtivos da escola gerenciados pela cooperativa?

sim, sempre               às vezes               raramente               nunca               não sei dizer

16. Você gostaria de acrescentar alguma informação relevante a respeito da Cooperativa-Escola dos Alunos da Etec Orlando Quagliato?

R: \_\_\_\_\_

## APÊNDICE G – QUESTIONÁRIO PARA A DIRETORA DA ESCOLA

### QUESTIONÁRIO PARA DIRETORA DA ETEC ORLANDO QUAGLIATO

Este questionário se refere a uma pesquisa para uma Dissertação de Mestrado em Educação, realizada no PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROCESSOS DE ENSINO, GESTÃO E INOVAÇÃO na UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA.

Os resultados obtidos serão utilizados apenas para fins acadêmicos (Dissertação de Mestrado), sendo realçado que as respostas dos inquiridos representam apenas a sua opinião individual.

O questionário é anônimo, não devendo por isso colocar a sua identificação em nenhuma das folhas nem assinar o questionário. Não existem respostas certas ou erradas. Por isso, solicitamos que responda de forma espontânea e sincera a todas as questões.

Obrigado pela sua colaboração.

Idade: \_\_\_\_\_ Sexo: ( ) masculino ( ) feminino Tempo na Instituição: \_\_\_\_\_ anos  
Formação Acadêmica: \_\_\_\_\_ Área que atua: ( ) ensino médio ( ) técnico

**- CATEGORIA: Conhecimento da comunidade escolar, sobretudo dos alunos, a respeito da Cooperativa-Escola:**

A Sra. acha que essa comunidade escolar possui conhecimento da existência da Cooperativa-Escola nesta Unidade de Ensino? A Sra. acha que todos conhecem o estatuto da Cooperativa-Escola? Conhecem seus direitos e deveres como cooperados? O que poderia ser feito para melhorar o conhecimento de todos indivíduos dessa escola a respeito da Cooperativa-Escola?

**- CATEGORIA: Importância da Cooperativa-Escola para a Etec Orlando Quagliato.**

Na sua opinião, qual é a importância da Cooperativa-Escola para essa Instituição de Ensino?

**- CATEGORIA: A gestão da Cooperativa-Escola.**

A Sra. poderia falar um pouco sobre a gestão da Cooperativa-Escola? A Sra. acha que a Cooperativa-Escola atua de forma democrática, promovendo e estimulando a participação dos alunos nos processos decisórios da escola? O que poderia ser realizado para melhorar a gestão da Cooperativa-Escola? A Sra. como diretora, acha que a Direção deve ou não interferir nas decisões da Cooperativa-Escola? Por quê? A Sra. acha que sua gestão da escola como um todo é democrática ou não? Por quê?

**- CATEGORIA: Participação dos alunos na gestão da Cooperativa-Escola e nos processos decisórios da Unidade.**

Como está a participação dos alunos na gestão da Cooperativa-escola? E a participação dos alunos nos setores produtivos da escola gerenciados pela Cooperativa? A Sra. acha que os alunos possuem VOZ e VEZ dentro desta escola? O que poderia ser feito, na opinião, para que estes discentes possam ter mais interesse nas atividades da cooperativa.

## **APÊNDICE H: TRANSCRIÇÃO DAS RESPOSTAS ABERTAS DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA REFERENTE A OPINIÕES, SUGESTÕES E CRÍTICAS A RESPEITO DA COOPERATIVA-ESCOLA**

### **PROFESSORES**

*“Os alunos pouco participam, eles não tem interesse.”*

*“É muito importante para os alunos a cooperativa-escola, pois ajuda no aprendizado e gestão de projetos.”*

*“Que a Cooperativa-Escola possa continuar colaborando para a formação do futuro profissional técnico em agropecuária e também incentivar a participação de alunos dos outros cursos da ETEC na participação da cooperativa-escola.”*

*“A participação dos alunos é muito importante pois agrega conhecimento, como vem acontecendo.”*

*“A participação dos alunos é boa.”*

*“Não.”*

*“Acredito que a participação dos alunos é uma questão sensível à cooperativa que, de certa maneira, envolve a própria essência do espírito do cooperativismo. Não existe uma fórmula pronta ou método fácil para que a participação ocorra adequada e satisfatoriamente. Creio que deve ser um trabalho permanente e sistemático de comunicação e sensibilização no intuito de motivar não só, os alunos, mas todos da comunidade escolar a participar efetivamente na cooperativa.”*

*“Não.”*

*“Não.”*

*“Acho que a Cooperativa Escola deveria ser mais divulgada dentro da Instituição de Ensino.”*

*“Os alunos da Cooperativa deveriam assumir a organização de alguns serviços na Escola como: limpeza do gramado, cata lixo ao redor dos pavilhões, venda de produtos da horta e organizar melhorar a distribuição do café da tarde.”*

*“Nada a declarar”.*

*“Prefiro não dizer.”*

*“Não.”*

*“Acredito que a Cooperativa tem um papel de extrema importância na formação dos alunos desta instituição. No entanto, sinto que falta uma maior divulgação das atividades feitas por ela frente a comunidade escolar.”*

*“Alguns alunos mostram interesse em participar das atividades, entretanto a maior parte não participa ou não demonstra a responsabilidade necessária, o que de certa forma acaba por levar a equipe gestora a adotar uma postura mais centralizadora.”*

*“Não”*

*“Mais respaldo nos projetos como um todo.”*

*“Não”*

*“A cooperativa-escola, juntamente com a Direção da Etec deveriam promover e estimular efetivamente a participação dos alunos, não somente nos setores produtivos, mas em todos os processos decisórios da escola, pois isso contribuirá tanto na formação profissional dos alunos bem como na formação de cidadãos autônomos e críticos.”*

### **FUNCIONÁRIOS**

*“Os alunos deveriam ter mais participação.”*

*“Bom, acho que os alunos deveriam planejar os trabalhos e desenvolver mais suas*

*habilidades.”*

*“São poucos os alunos que tem interesse e se dedicam aos trabalhos da Cooperativa Escola, mesmo quando incentivados pelos orientadores e direção.”*

*“Na minha opinião, primeiramente deve haver uma maior divulgação da existência da cooperativa-escola, (para toda comunidade escolar: alunos, funcionários, professores, etc.) quais suas finalidades e objetivos. Posteriormente, um maior envolvimento da comunidade escolar, com participação em reuniões, divulgação das atividades, resultados obtidos, etc., e através de conteúdos em sala de aula, aplicar atividades que envolva o aluno de forma dinâmica nos trabalhos desenvolvidos, para que possa ser transmitidos conhecimentos para sua formação, agregando valores que contribuam para sua formação, tornando-o capaz de assumir compromissos na sociedade.”*

*“Os alunos não demonstram interesse na cooperativa, e quando fazem alguma atividade e por interesses particulares.”*

*“Não.”*

*“Os alunos não se interessam pela cooperativa, e quando algum aluno faz alguma atividade e pensando em tirar vantagens particulares.”*

*“Não.”*

*“Penso que a Cooperativa-Escola juntamente com a Direção da Etec deveria proporcionar maior participação dos alunos nas tomadas de decisões, pois isso com certeza contribuiria muito para uma formação profissional melhor preparada para enfrentar as adversidades do mercado de trabalho atualmente.”*

*“Acho que a Direção da Escola e os responsáveis pela Cooperativa deveriam escutar mais os alunos desta escola, pois talvez assim eles possam se interessar mais pelas coisas da escola.”*

## **EQUIPE GESTORA DA COOPERATIVA-ESCOLA**

*“Sim por que as vezes os alunos ficam sem interesse e sem motivação.”*

*“Que eles devem mais ficar informado de tudo que acontece.”*

*“Não.”*

*“Os alunos poderiam se interagir e se interessar nos projetos elaborados pela escola e a escola se interessar mais sobre o que os alunos pensam.”*

*“Não.”*

*“Seria muito interessante os professores responsáveis pela cooperativa, convidar os alunos a ter mais conhecimento sobre a cooperativa, incentivando novos conhecimentos, e a terem mais vontade de se envolver, não somente na parte da Cooperativa, mas em geral com toda a escola. Precisamos de mais incentivos.”*

*“Não.”*

*“Não.”*

*“Precisamos de mais incentivo para participar das atividades da cooperativa, isto teria mais incentivo para os alunos até mesmo em aulas.”*

*“Incentivo, pois algumas pessoas só trabalham por que são obrigado, mostra que os setores não são apenas para trabalhar e sim apreender coisas novas a cada.”*

## **ALUNOS DO 1º A**

*“Os alunos podem ajudar sim na cooperativa.”*

*“Nada a dizer.”*

*“O café da escola não deveria ser bolacha pois estamos cansados de sempre ser bolacha poderia ser alguma coisa diferenciada tipo de vez em quando dar frutas por que isso é saudável e dar também pão seria bem melhor que comer bolacha todo dia e todo café é muito*

*enjoativo isso e acho que nos dos primeiros anos deveriamos ser todos tratados igualmente e nao que a diretoria ficasse do lado dos paraenses eu sei que por causa deles serem de longe da mais visibilidade pra escola mas nos queremos igualdade aqui e nao que o terceiro seja o maioral sopq eles sao do terceiro nao quer dizer nada tudo deveria ser igual.”*

*“Os cafés são muito ruim.”*

*“Achei bom isso pode ajudar.”*

*“Não.”*

*“ Não.”*

*“Não. Obrigado.”*

*“Não.”*

*“Nao a escola e muito boa.”*

### **ALUNOS DO 1º B**

*“Que ter mais atividades, ter mais organização das coisa”*

*“Não.”*

*“Não.”*

*“Não.”*

*“Não.”*

*“Não quero falar.”*

*“Não sei dizer.”*

*“Não.”*

*“Não.”*

*“Não vou dizer nada.”*

### **ALUNOS DO 2º A**

*“Pra mim essa gestão é boa, só precisa ser u m pouco menos autoritária.”*

*“Ter mais opinião aos alunos.”*

*“Não.”*

*“Não quero acrescentar nada.”*

*“Uma coisa eu acho que os alunos deveriam ter mais interesses.”*

*“A cooperativa realizar mais coisas para os alunos.”*

*“A escola esta mais focada em ganhar dinheiro chamando apenas os que ja sabem assim n dando chance de aprender e nas aulas práticas eles não se preocupam em ensinar apenas em ganhar dinheiro.”*

*“Os alunos tinha que dar mais ideias para a cooperativa.”*

*“Não.”*

*“Deveria levar os alunos para visitar mais lugares.”*

*“Não a cooperativa da escola esse ano está bem melhor do que o ano passado.”*

### **ALUNOS DO 2º B**

*“A Cooperativa deve ser mais visível em relação aos seus projetos.”*

*“Não.”*

*“Não.”*

*“Não, prefiro não dizer.”*

*“Não.”*

*“Não há nada para dizer.”*

*“Deveríamos ter mais atividades para fazer quando termina as aulas.”*

*“Não.”*

*“Não.”*

*“Acho que eles deveriam incluir mais a escola, como um todo mas de resto eu não participo mas eu queria saber mais sobre a cooperativa e entre outras coisa”*

### **ALUNOS DO 3º A**

*“Procurar saber mais a opinião dos alunos.”*

*“Acredito que em relação a algumas atividades, muitos alunos que querem acabam não podendo ou perdendo a chance de participar de alguns projetos e inovações da escola e da própria cooperativa. Talvez seja devido a falta de divulgação, ou a boatos que acabam sendo espalhados na escola.”*

*“Eu acho que deveria participar mais pessoas das decisões das coisas, pois ultimamente apenas a panelinha dos alunos protegidos pela direção que decide as coisas, os outros não valem nada.”*

*“Prefiro não comentar.”*

*“Prefiro não comentar.”*

*“Deveríamos ter mais participação referente á assuntos que nos tem respeito os alunos deveriam participar mais nos setores e ser mais ativos nas decisões tomadas sobre os mesmos.”*

*“Não.”*

*“Não.”*

*“Sim, há muitas críticas a se fazer em questão da comunicação e a falta de atualizações de conteúdo com os alunos, coisas que normalmente deveria ser mais eficaz em relação aos dados gastos!”*

*“Não.”*

### **ALUNOS DO 3º B**

*“Tem que ter maior divulgação sobre o que a cooperativa e pra que ela serve.*

*“Mais participação dos alunos*

*“Somente falta mais interesse em relação aos alunos. E acredito que como aqui é uma escola agrícola, mesmo que tenha partes praticas no curso, poderia melhorar mais. Pois na minha opinião ia ter muito interesse a todos.”*

*“Mais participação dos alunos.”*

*“Não.”*

*“Não.”*

*“Quase não a participação, por falta de enterece dos alunos. E na minha opinião, em relação aos setores, deveriam investir mais, pois os mesmos e muito importante, com os setores mais desenvolvidos, despertaria mais o interesse dos alunos.”*

*“Não.”*

*“Não.”*

*“Falta de anuncio.”*

### **PROFESSORES-ORIENTADORES DA COOPERATIVA-ESCOLA**

*“A cooperativa escola é muito importante para a formação dos alunos e permite adquirir experiência prática que será relevante para os alunos no mercado de trabalho, e a escola oferece esta oportunidade para os alunos. Porém, acredito que devido a idade (alunos*

*entram com 14 e 15 anos), poucos alunos se interessam em participar ativamente das atividades da cooperativa. Não por falta de conhecimento, no sentido de saber que existe, afinal todos os alunos fazem na matrícula sua inscrição na cooperativa e tem dentro do conteúdo o componente curricular de cooperativismo. Talvez, ainda não encontramos a forma correta de sensibilizar estes alunos.”*

*“Por mais que nos orientadores tentando estimular a participação dos alunos, eles não tem a maturidade para uma visão cooperativista.”*

**APÊNDICE I: TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM, NOME, MARCA DE ESTABELECIMENTO ESCOLAR E COMERCIAL – ETEC ORLANDO QUAGLIATO**



**Etec Orlando Quagliato**

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM, NOME, MARCA DE ESTABELECIMENTO ESCOLAR E COMERCIAL**

Eu, **LENI DE FÁTIMA DÁRIO DE OLIVEIRA**, portadora da Cédula de Identidade RG nº 14.069.352, inscrito no CPF sob o nº 034.860.588-94, Diretora da ETEC Orlando Quagliato, inscrita no CNPJ sob nº 62.823.257/0084-28, localizada na Rod. Engº João Baptista Cabral Rennó, km 309 e 70m, no Bairro Cachoeira, no município de Santa Cruz do Rio Pardo, **AUTORIZO** expressamente o uso de imagem, nome e marca da Escola Técnica Estadual “Orlando Quagliato”, em caráter gratuito, definitivo e exclusivo para realização da pesquisa de **Dissertação de Mestrado** intitulada “**A percepção dos integrantes da comunidade escolar com relação a participação dos alunos na gestão da Cooperativa-Escola.**”, sob a orientação do pesquisador André Salandin, RG nº 22.065.158.

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo inclusive a licença de publicação dos resultados obtidos por meio da pesquisa.

Por esta ser a expressão da minha vontade, declaro que autorizo o uso acima descrito, sem que nada haja a ser reclamado a título de contraprestação.

Santa Cruz do Rio Pardo, 03, fevereiro, 2020.

*Leni F. D. Oliveira*  
 Leni de Fátima Dário de Oliveira  
 Diretora de Escola Técnica  
 RG 14.069.352



ETEC “Orlando Quagliato”  
 Rod. João Baptista Cabral Rennó, km 309 e 70m – Bairro Cachoeira  
 CNPJ 62.823.257/0084-28  
 Cep: 18900-000 Santa Cruz do Rio Pardo SP  
 Tel. (14) 3372-2011 / 3372-2760  
 e-mail: e084adm@cps.sp.gov.br

**APÊNDICE J-TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM, NOME, MARCA DE ESTABELECIMENTO ESCOLAR E COMERCIAL-COOPERATIVA-ESCOLA DOS ALUNOS DA ETEC ORLANDO QUAGLIATO**



"COOPERANDO PARA CONSTRUIR  
UMA ESCOLA MELHOR"

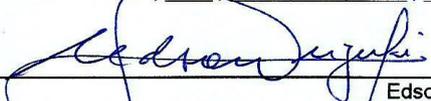
**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM, NOME, MARCA DE ESTABELECIMENTO ESCOLAR E COMERCIAL**

Eu, **EDSON SUZUKI**, portador da Cédula de Identidade RG nº 22.062.777, inscrito no CPF sob o nº 163.165.758-58, Professor-Orientador da COOPERATIVA-ESCOLA DOS ALUNOS DA ETEC ORLANDO QUAGLIATO, inscrita no CNPJ sob nº 00.372.757/0001-06, localizada na Rod. Engº João Baptista Cabral Rennó, km 309 e 70m, no Bairro Cachoeira, no município de Santa Cruz do Rio Pardo, **AUTORIZO** expressamente o uso de imagem, nome e marca da **COOPERATIVA-ESCOLA DOS ALUNOS DA ETEC ORLANDO QUAGLIATO**, em caráter gratuito, definitivo e exclusivo para realização da pesquisa de **Dissertação de Mestrado** intitulada **"A percepção dos integrantes da comunidade escolar com relação a participação dos alunos na gestão da Cooperativa-Escola."**, sob a orientação do pesquisador André Salandin, RG nº 22.065.158.

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo inclusive a licença de publicação dos resultados obtidos por meio da pesquisa.

Por esta ser a expressão da minha vontade, declaro que autorizo o uso acima descrito, sem que nada haja a ser reclamado a título de contraprestação.

Santa Cruz do Rio Pardo, 03 Fevereiro, 2020.

  
\_\_\_\_\_  
Edson Suzuki  
Professor-Orientador  
Cooperativa-Escola dos Alunos da Etec Orlando Quagliato